



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**PEDAGOGIA(S) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR PARA OS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

Rio de Janeiro

2020

Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento

**PEDAGOGIA(S) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR PARA OS
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro

RIO DE JANEIRO

2020

CIP - Catalogação na Publicação

F866p Freitas Marques do Nascimento, Maria Luiza
PEDAGOGIA(S) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR
PARA OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO / Maria Luiza
Freitas Marques do Nascimento. -- Rio de Janeiro,
2020.
160 f.

Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Economia Solidária. 2. Empreendimentos
Econômicos Solidários. 3. Trabalho autogestionário.
4. Práticas educativas. I. Loureiro, Carlos
Frederico Bernardo, orient. II. Título.



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "PEDAGOGIA(S) DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM OLHAR PARA OS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO"

Mestrando(a): Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento

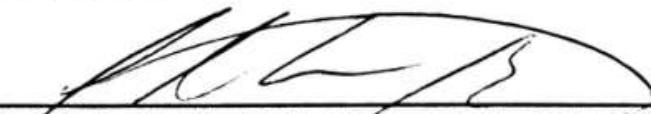
Orientado(a) pelo(a): **Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de


MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.

Banca Examinadora:



Prof(a). Dr(a). Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ)- Presidente



Prof(a). Dr(a). Vânia Cardoso da Motta (UFRJ)



Prof(a). Dr(a). Gaudêncio Frigotto (UERJ)

**à juventude da economia solidária
que a levanta no braço
e não deixa morrer o sonho de outro mundo possível**

AGRADECIMENTOS

Um dos maiores aprendizados da luta organizada é a tomada de consciência de que não estamos sozinhos, de que toda a construção de alternativas da classe trabalhadora, para que essa tome os rumos da nação, já foi idealizada por muitos outros sujeitos que deram a vida e seus sonhos pelo futuro. Hoje, no trem da história, sejamos gratos a todos aqueles que deixaram sua marca na edificação de um projeto econômico solidário alternativo. Também, minha eterna admiração e gratidão ao querido Professor Paul Singer, o qual tive a honra de conhecer.

Esse trabalho é fruto coletivo, jamais o faria sozinha, por isso meus sinceros agradecimentos.

Ao Lucas Barbosa Pelissari, meu grande amor, pelo companheirismo e amizade. O seu acompanhamento didático e amoroso foi essencial no acolhimento das minhas inseguranças e incertezas durante todo o processo de escrita.

A minha mãe, por me mostrar que mesmo com todos os percalços que enfrenta a classe trabalhadora para garantir o pão sobre a mesa, é possível acalantar com a força e a ternura de uma mãe trabalhadora. Ao meu pai, por manter a serenidade ao meu lado. Obrigada por jamais soltarem minha mão, me incentivando sempre, vocês são meu porto seguro.

A Rosica, Madrinha e Padrinho, pelo cuidado e amor carinhoso, vocês são minha grande referência na vida. Tem muito de vocês em mim.

A Maíra, Adriano e Bruno, pela inspiração, as melhores lembranças são com vocês ao meu lado.

A Cinthia e Marcos, com quem tive todo o apoio necessário, sem vocês tudo seria mais difícil.

Ao Paulo, Angélica, Priscila, Gabriela e Beatriz pela amizade sincera, que apesar da ausência e distância, sempre se mantiveram perto para todos os desabafos e crises. Capitu, com seu calor e olhar atento, você foi a melhor companhia nessa caminhada.

A Patrícia e ao Anderson, pela amizade madura e repentina, por me acolherem no Rio e me ensinarem um pouco mais sobre a vida (seus desafios e possibilidades).

Ao Fred, meu orientador, pela tranquilidade em ensinar a cada reunião, por contribuir na minha formação como pesquisadora e pela docência comprometida com

os desafios do povo. Seu olhar sensível, espiritualizado e crítico aos problemas sociais foi guia fundamental nesse trabalho.

A todos os colegas do mestrado e, em especial, aos pesquisadores militantes do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS-FE/UFRJ), pelo compartilhamento de ideias, vocês também são parte importante na minha formação e no meu processo de humanização.

A Isadora e Alex, meus padrinhos no movimento de economia solidária, pela disposição em me ouvir e auxiliar nessa pesquisa, pela garra e determinação diária para representar a juventude periférica e trabalhadora da economia solidária.

Às companheiras e companheiros do Levante Popular da Juventude e da Consulta Popular, pela construção da força e identidade revolucionária que animam e mobilizam o povo a conduzir o Brasil, por me levarem à prática militante e me ensinar que só a luta muda a vida.

A todos os servidores da UFRJ, em especial a Solange do Programa de Pós-Graduação em Educação, por ser o sol que energiza todos e todas estudantes que ali passam. São servidores como você, com toda agilidade e comprometimento com o serviço público, que elevam a excelência da Universidade Pública.

Aos membros da banca, professora Vânia Cardoso da Motta e professor Gaudêncio Frigotto, por contribuírem essencial e conceitualmente no desenvolvimento desse trabalho, foram importantes discussões e ensinamentos no campo do Trabalho e Educação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento dos meus estudos, possibilitando a concretização desta pesquisa.

A toda liderança, trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária, pela transformação do ideal no real, do impossível no possível e a luta diária pelo fim da exploração a qual a classe trabalhadora foi marcada, aos poucos vocês vão dando sentido ao trabalho.

ESSE DESEMPREGO!

Meus senhores, é mesmo um problema
Esse desemprego!
Com satisfação acolhemos
Toda oportunidade
De discutir a questão.
Quando queiram os senhores! A todo momento!

Pois o desemprego é para o povo
Um enfraquecimento.
Para nós é inexplicável
Tanto desemprego.
Algo realmente lamentável
Que só traz desassossego.

Mas não se deve na verdade
Dizer que é inexplicável
Pois pode ser fatal
Difícilmente nos pode trazer
A confiança das massas
Para nós imprescindível.

É preciso que nos deixem valer
Pois seria mais que temível
Permitir ao caos vencer
Num tempo tão pouco esclarecido!
Algo assim não se pode conceber
Com esse desemprego!

Ou qual a sua opinião?
Só nos pode convir
Esta opinião: o problema
Assim como veio, deve sumir.
Mas a questão é: nosso desemprego
Não será solucionado
Enquanto os senhores não
Ficarem desempregados!

(Bertold Brecht, Poemas, 1913-1953)

RESUMO

NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques do. **Pedagogia(s) da Economia Solidária: um olhar para os empreendimentos econômicos solidários da Região Metropolitana de São Paulo**. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação): Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A economia solidária, objeto de estudo desse trabalho, é produto das transformações no mundo do trabalho nos países de capitalismo periférico e dependente, tornando-se uma alternativa coletiva para a geração de renda, além de forma organizativa ímpar na luta por trabalho e outros direitos sociais. Tendo como premissa teórica que grupos organizados apontam para uma práxis pedagógica, a presente pesquisa teve o objetivo de conhecer as práticas nas organizações que compõem a economia solidária no Brasil, explicitando suas trajetórias e perspectivas educativas no processo de trabalho associado. Especificamente, este estudo pretendeu identificar concepções pedagógicas que emergem do cotidiano prático dos empreendimentos econômicos solidários localizados na Região Metropolitana de São Paulo – território com altas taxa de crescimento populacional, baixo desenvolvimento socioeconômico e elevado incremento do contingente de trabalhadores ocupando postos de trabalho informal. Por meio de entrevista não estruturada, participaram da pesquisa lideranças de cinco empreendimentos econômicos solidários, sendo eles: Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente; Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais; Cooperativa de Alimentação; Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos; Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos. Do ponto de vista teórico, partimos do conjunto de produções no campo da educação que identificaram as Pedagogias emergentes das práticas sociais educativas. A análise possibilitou concluir que, na materialidade histórica na qual a economia solidária se desenvolve, diferentes Pedagogias organizam dialeticamente a prática cotidiana nos distintos momentos educativos (político-organizativo, formais ou não formais) vivenciados pelos empreendimentos. Identificamos a presença de uma Pedagogia Hegemônica, cujas evidências apontaram para a normatização dos processos produtivos a partir de concepções de eficiência e eficácia, do aprender a aprender, a formação para o empreendedorismo, a educação ambiental conservadora e que, portanto, indicam práticas educativas que se distanciam da perspectiva de crítica e de superação da lógica neoliberal da sociedade capitalista. As práticas autogestionárias, de comércio justo, de decisão coletiva do destino da empresa solidária e todos os momentos de formação sociopolítica e movimentação ativa/reivindicatória são destaques do afloramento de uma Pedagogia Crítica, a qual abrange a perspectiva da Pedagogia da Autogestão, Popular, Comunitária, da Práxis e dos Movimentos Sociais. Conclui-se também que, predominantemente, os trabalhadores atuantes na economia solidária buscam um modelo socioeconômico diferente do atual e consideram a organização coletiva do trabalho a melhor forma de assumirem o controle coletivo da produção de suas vidas.

Palavras-Chave: Economia Solidária. Práticas educativas. Trabalho autogestionário. Empreendimentos Econômicos Solidários.

ABSTRACT

NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques do. **Solidary Economy Pedagogy(s): a look at the solidarity economic undertakings in the metropolitan region of São Paulo**. Rio de Janeiro, 2020. Thesis (Masters in Education): Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The solidarity economy, object of study of the present work, is a result of the transformations in the work field in the countries with peripheric and dependent capitalism, becoming a collective alternative to income generation, as well as an unparalleled form of organization in the struggle for social rights and jobs. Under the theoretical premise that organized groups point to a pedagogical practice, the present work aimed to get to know the practices that form the solidarity economies in Brazil, specifying its courses and educational perspectives in the associated work process. Specifically, this study aimed to identify pedagogical conceptions that emerge from the practical routine of the solidarity economic undertakings in the metropolitan region of São Paulo – a territory with high population growth rates, low socio-economic development and high increase in the contingent of workers occupying informal jobs. Through non-structured interviews, leaders of five social economic activities took part in the survey: Work Cooperative, Technical Support, Rural Extension and Environment; Solidarity Microenterprise of Handcraft, Women Accessories and Handmade Toys; Food Cooperative; Informal Group of Environmental Education and Organic/Agroecological Food Production; Service Provider Cooperative of Environmental Education, Collection and Home Oil Recycling. From a theoretical point of view, we started from the set of productions in the field of education that identified the Pedagogies emerging from educational social practices. The analysis made it possible to conclude that, in the historical materiality in which the solidarity economy develops, different Pedagogies organize daily practice dialectically in the different educational moments (political-organizational, formal or non-formal) experienced by the enterprises. We identified the presence of a Hegemonic Pedagogy, whose evidence pointed to the normatization of productive processes based on concepts of efficiency and effectiveness, learning to learn, training for entrepreneurship, conservative environmental education and that, therefore, indicate educational practices that distance themselves from the perspective of criticism and overcoming the neoliberal logic of capitalist society. The practices of self-management, of fair trade, of collective decision of the destiny of the solidary company and all the moments of socio-political formation and active/religious movement are highlights of the outgrowth of a Critical Pedagogy, which includes the perspective of the Pedagogy of Self-Management, Popular, Community, Praxis and Social Movements. It is also concluded that, predominantly, workers working in the solidarity economy seek a socio-economic model different from the current one and consider the collective organization of work as the best way to assume collective control of the production of their lives.

Keywords: Solidarity economy. Educational practices. Self-managing work. Solidarity Economic Enterprises.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Ações integradas do Fome Zero, enquadradas em quatro eixos articuladores.....	54
Figura 2 - Símbolo da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF)	57
Figura 3 - Símbolo da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária	57
Figura 4 - Símbolo da Rede Juventudes e Economia Solidária	57
Figura 5 - Divulgação do I Encontro Indígena da Economia Solidária do Sul da Bahia	58
Figura 6- Mapa da Região Metropolitana de São Paulo	79
Figura 7- Mapa de localização dos empreendimentos econômicos solidários entrevistados – Região Metropolitana de São Paulo, SP	82
Figura 8- Páginas do livro “Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”	117
Figura 9- Momentos educativos vivenciados na economia solidária.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Número de empreendimentos econômicos solidários por região metropolitana do sudeste brasileiro	24
Tabela 2- Número de empreendimentos econômicos solidários que acessaram algum tipo de qualificação profissional, técnica, gerencial ou formação sócio-política por região metropolitana do sudeste brasileiro.....	25

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABPES	Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
AMESOL	Associação das Mulheres na Economia Solidária
Anteag	Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Centro de Apoio ao Trabalhador
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFES	Centro de Formação em Economia Solidária
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONPES	Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRS	Desenvolvimento Regional Sustentável
ENPES	Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP	Fórum de Cooperativismo Popular
FEICOOP	Feira Internacional do Cooperativismo
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIC	Formação Inicial e Continuada
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEDI	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
JUVESOL	Rede Juventudes e Economia Solidária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAS	Ministério da Assistência Social
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MESA	Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MST	Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTST	Movimento Trabalhadores Sem-Teto
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PANCs	Plantas Alimentícias não Convencionais
PESD	Programa Economia Solidária em Desenvolvimento
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPA	Plano Plurianual
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PT	Partido dos Trabalhadores
REDE ITCP	Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas

Rede Unitrabalho	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
RESF	Rede de Economia Solidária e Feminista
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Seade	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Senai	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi	Serviço Social da Indústria
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UFABC	Universidade Federal do ABC Paulista
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil
UNISOL Cooperativas	União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CONTEXTUALIZAÇÃO	16
APRESENTAÇÃO	22
OBJETIVOS	23
METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO	24
1 O UNIVERSO TEÓRICO, HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	30
1.1 CAPITALISMO DEPENDENTE: FÁBRICA DE MISERÁVEIS	39
1.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO: O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?	42
1.2.1 A Economia Solidária no Brasil.....	45
2 EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMPO ABERTO PARA ENTENDER SUAS RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES	59
2.1 AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	59
2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: PRÁTICA EDUCATIVA E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	62
3 A CLASSE TRABALHADORA TECENDO SAÍDAS ORGANIZATIVAS PARA GERAR TRABALHO E RENDA NO BRASIL	76
3.1 A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS POPULARES ENTREVISTADAS.....	76
3.1.1 Região Metropolitana de São Paulo: região rica, região pobre	78
3.1.2 A Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente: um olhar sensível para o campo	82
3.1.3 A Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais: mãos feministas.....	84
3.1.4 A Cooperativa de Alimentação: mãos que alimentam por meio da inclusão social	86
3.1.5 A Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos: limpeza e autogestão.....	88
3.1.6 Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos: alimentos sem veneno produzidos na cidade.....	89
3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA CLASSE TRABALHADORA	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

REFERÊNCIAS	143
ANEXO	155

INTRODUÇÃO

CONTEXTUALIZAÇÃO

A tendência da economia informal é obter espaço em meio à crise do mercado formal de trabalho. Os trabalhadores se ocupam de práticas laborais para darem respostas às necessidades imediatas e garantir a sobrevivência familiar mês a mês. São diferentes tipos de “bicos” permanentes que ocupam a classe trabalhadora na América Latina e que a descobre dos direitos conquistados historicamente por lutas e pressão social. Salgadeiras, boleiras, prestadores de pequenos reparos, vendedores ambulantes, vendedoras/res de joias, ouro e cosméticos, entre outros, essa mão de obra que antes era ora absorvida ora rejeitada pelas unidades produtivas capitalistas nas distintas oscilações socioeconômicas (KOWARICK, 1977) vem sendo rejeitada como via de regra pelo desemprego estrutural. Aos poucos vemos um cenário de pauperização e formação de uma massa marginal excluída do mercado de trabalho que passa a não ter condições de produzir as bases materiais de sua vida.

Nas últimas décadas do século XX, reduziu-se a força político-representativa da classe trabalhadora, o que custou o aprofundamento da subordinação dos trabalhadores aos interesses do capital privado – dessa maneira, o pleno aproveitamento das forças produtivas e a garantia de direitos trabalhistas deixaram de ser objetivos almejados pela política econômica da classe capitalista, não mais se priorizando as políticas sociais que resguardavam os trabalhadores. Assim, aqueles que se encontram nos postos de trabalho formal ficam sujeitados à instabilidade, à flexibilização de direitos e à redução dos salários.

A partir da segunda metade dos anos 1970, cresce o volume de trabalhadores que compõem o exército de reserva; muitos deles ficam aquém dos requisitos laborais para disputar uma vaga na fila do desemprego, resultando no barateamento do custo da força de trabalho. Além disso, os setores marginalizados da sociedade oferecem um conjunto de serviços e produtos abaixo do custo de mercado e garantem a sobrevivência dos trabalhadores. (KOWARICK, 1977)

Certas ocupações características da mão de obra marginal – serviços de reparação, conservação e confecção de roupas, construção de habitações e comercialização de alimentos que é amplamente desenvolvida por

trabalhadores autônomos –, criam as condições para que a classe trabalhadora, marginal ou não, se reproduza a níveis mínimos de subsistência, tornando viável uma acumulação a altas taxas de exploração do trabalho, pois o capital pode remunerar os trabalhadores a ele diretamente submetidos a preços que frequentemente se deterioram historicamente (KOWARICK, 1977, p. 105)

Desta forma, estamos diante de um contingente populacional que não vê saída para o desemprego, restando a inserção nos postos precarizados de trabalho impulsionados pelo desmonte do Estado e das legislações protetivas do trabalhador. O neoliberalismo¹ faz corroer a perspectiva de qualidade de vida², principalmente daqueles mais pobres, pois a cartilha neoliberal prevê a retirada de direitos sociais e a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais. Esse fato, articulado aos empréstimos financeiros condicionados à aplicação do modelo neoliberal, traz à tona o empobrecimento nos países periféricos de capitalismo dependente. No Brasil, a desindustrialização, a diminuição de contratações por carteira assinada, o fim da estabilidade e de carreiras comuns até 1990 abrem passagem para o desemprego estrutural.

Deparamo-nos com a crescente propaganda ideológica que vende a ideia de que as estratégias de geração de renda são saídas empreendedoras para a crise econômica. Porém, Antunes adverte que o empreendedorismo “é mito em país que não cria trabalho digno” (MARCHESAN, 2019) e que tem relação direta com as novas tecnologias e o enfraquecimento das políticas sociais no país.

Dados recentes mostram a evolução do contingente de desocupados ou desalentados – subgrupo de pessoas com força de trabalho potencial – no Brasil. Na retrospectiva de 2012 a 2018 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

¹ O processo de neoliberalização do Estado capitalista configura-se por uma “teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas” (HARVEY, 2008, p.12).

² A partir de Minayo, Hartz e Buss (2000), a noção de qualidade de vida pode ser entendida como condições de vida, isto é, exigências físicas, mentais e espirituais necessárias para viver com dignidade. Para além, a percepção sobre condição de vida deve assimilar a importância dos elementos necessários da vida em sociedade, portanto, devem ser considerados o domínio do trabalho, das potencialidades artísticas, do sentir e produzir como promotores da qualidade de vida. Se negadas tais necessidades humanas, nega-se o direito à vida. A relação entre trabalho e condições de vida no capitalismo se manifesta como formas de adoecimento e morte da classe trabalhadora com diferentes graus e doenças conforme os períodos históricos e as formas de exploração (ANTUNES; PRAUN, 2015).

(PNAD) Contínua, apontou-se para um aumento, iniciado em 2014³, de 6,1 milhões de brasileiros desocupados. Os dados mostram também que muitos trabalhadores do setor privado passaram a ser contratados sem carteira assinada; o ano de 2018 terminou com 11,2 milhões de empregados nessa categoria. O serviço doméstico também cresceu: foram mais de 268 mil pessoas que passaram a executar tarefas em domicílios entre 2014 e 2018. Inseriram-se na categoria trabalhadores por “conta própria” ou “empreendedores” dois milhões de pessoas de 2014 para cá.

No que se refere aos trabalhadores por conta própria, o boletim de julho de 2018 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) mostra que esse tipo de ocupação cresce cada vez mais. Aumentam os cursos de empreendedorismo no mercado, a mídia divulgando casos de sucesso e as oportunidades lucrativas e inovadoras que a falta de emprego formal proporciona. No entanto, os números revelam que esses trabalhadores estão há menos de dois anos nesses postos e que os cargos são de baixo rendimento, como faxineiros, pedreiros, preparadores de comidas etc. (DIEESE, 2018a)

O boletim sobre emprego do DIEESE que tratou desse tema foi intitulado de “Trabalho novo, precarização antiga”, isto é, aponta que no período analisado, muitos trabalhadores conseguiram um novo tipo de rendimento após tempos de desemprego, mas na informalidade, mostrando velhas alternativas precarizadas de trabalho. Na análise dos

[...] ‘novos ocupados’ por ‘conta própria’, 71% concentraram-se em 20 ocupações, a maioria ligada a atividades manuais ou de prestação de serviços e vendas. Destacam-se os vendedores a domicílio (281 mil), agricultores (276 mil) e pedreiros (275 mil). Também aumentou a participação em ocupações que geralmente crescem em períodos de baixo dinamismo econômico, como condutores de automóveis (88 mil) e vendedores ambulantes (77 mil, de alimentação, e 59 mil, os demais). (DIEESE, 2018b)

São ocupações precarizadas e sem garantias trabalhistas, cuja marginalização nos faz crer que, além da não garantia de uma aposentadoria na velhice – só 14% contribuem para a Previdência (DIEESE, 2018b, p. 1) –, não são acessados outros direitos e serviços básicos para a qualidade de vida no presente, como saneamento básico, lazer e saúde. Temos um mercado com poucas alternativas estruturadas de

³ Segundo o PNAD Contínua (IBGE, 2019a, p. 3), “2014 foi o ano em que o mercado de trabalho brasileiro registrou os menores níveis de desocupação desde o início da série da pesquisa.”

trabalho e, atualmente, pouca preocupação com a temática⁴, evidenciando uma crise de cunho econômico e político.

No Brasil, as experiências de trabalho coletivizado não são recentes, principalmente aquelas que envolvem comunidades tradicionais. No entanto, desde a década de 1980 o movimento da classe trabalhadora brasileira vem se organizando de diferentes formas para enfrentamento das condições precárias de vida e trabalho. São associações, cooperativas, coletivos e movimentos que têm como princípio a solidariedade e a autogestão.

De acordo com Singer (2000), a economia solidária surge como uma alternativa criada (e recriada constantemente) “pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (p. 13). Entre os 19.708 empreendimentos entrevistados pelo segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (SENAES, 2013), aproximadamente 46% alegavam que criaram a organização como uma alternativa ao desemprego e 43% buscavam uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as).

Na marginalização do mercado de trabalho, a economia solidária “casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo)” (SINGER, 2000, p. 13). Dessa forma, passa a direcionar os trabalhadores da economia popular a produzirem coletivamente, uma possibilidade concreta de mudar a qualidade das condições e relações de trabalho.

Isso se torna um contraditório conjunto de relações socioeconômicas, pois se desdobram em práticas econômicas solidárias que ora tensionam ora se amparam no modo de produção e distribuição capitalista:

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e

⁴ A primeira Medida Provisória do presidente Jair Bolsonaro em 2019 foi extinguir o Ministério do Trabalho, dividindo a pasta entre o Ministério da Economia, da Justiça e Segurança e da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O objetivo de “esquartejamento” do Ministério do Trabalho é identificado por Queiroz (2019) como uma forma de “facilitar a implementação da reforma trabalhista, inclusive em sua dimensão sindical” e de “esvaziar o poder da fiscalização, tanto na exigência de cumprimento da legislação e das normas coletivas, quanto na elaboração e implementação das orientações normativas em matéria de segurança e medicina do trabalho”.

setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente. (SINGER, 2002, p. 116)

Como campo de pesquisa, debruçamo-nos sobre a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), território que abriga os empreendimentos estudados nesse trabalho e que acompanha o processo de interiorização e descentralização da indústria paulista desde a década de 1990. Regiões como essa, que se constituíram como grandes centros industriais, estão enfrentando uma precoce desindustrialização, sendo afetadas pelas transposições de fábricas em outros países ou, em último e pior caso, pelo fechamento/falência de plantas industriais.⁵ As demissões em massa e a deterioração das condições de trabalho são resultados visíveis das transformações promovidas pela crise da acumulação capitalista acompanhada de um amplo processo de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2018). Tal conjuntura vai reduzindo os postos de trabalho formais e estáveis⁶, impondo aos trabalhadores saírem em busca de estratégias de sobrevivência, aumentando o contingente na informalidade.

Na reunião do Fórum Paulista de Economia Solidária, realizada em 17 de maio de 2019 na cidade de São Paulo⁷, comentários dos representantes do fórum da região do ABCDMRR (que, além do ABC Paulista – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano -, inclui Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) apontaram para possibilidades de recuperação de fábricas na região sob a tutela dos trabalhadores, transformando-as em autogestionárias. Essa é uma possibilidade que conta com

⁵ Para exemplificar tal situação, na RMSP, em específico na cidade em São Bernardo do Campo, em 2019, a montadora americana Ford anuncia sua reestruturação, pretendendo fechar uma de suas fábricas, demitir cerca de 3 mil operários e cancelar contratos que emprega mais de 20 mil trabalhadores de empresas terceirizadas. O presidente global da marca anuncia que os cortes serão feitos em diversos países para diminuir a saturação e ter sucesso competitivo, conseguindo assim, encaixar-se no futuro de rápidas mudanças tecnológicas. O correio Braziliense (MENDES, 2019) divulga em sua reportagem o pronunciamento do presidente global Jim Hackett sobre o fechamento da fábrica da Ford e a Folha de São Paulo (FLORA, 2019) mostra as incertezas que funcionários da empresa vivem.

⁶ Cai por terra o entendimento de trabalho formalizado sinônimo de proteção social, pois vemos que as reformas trabalhistas e outras em curso tendem a desproteger toda e qualquer ocupação laboral. Singer (1999) aponta que “o decréscimo do emprego formal e o crescimento do informal acabam operando em conjunto uma ampla mudança no mercado de trabalho. Se os empregados formais deixam de ser maioria dos ocupados e passam a se tornar minoria, seus direitos legais se tornam alvos de ataques como privilégios, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal.” (p. 46)

⁷ Existem 12 fóruns regionais do Estado de São Paulo. Cada fórum envia representantes às reuniões ordinárias do Fórum Paulista, que ocorrem mensalmente na Superintendência do Trabalho e Emprego de São Paulo, no centro da cidade de São Paulo.

experiências exitosas de recuperação de empresas e fábricas em processo falimentar no Brasil e na América Latina⁸. Dessa forma, a economia solidária se movimenta no sentido de sensibilizar trabalhadores desempregados a buscarem saídas coletivas para a geração de renda, através de cooperativas e microempresas de trabalho e prestação de serviço, por exemplo.

Campanhas da ação social da Igreja Católica e da economia solidária estimulam os sujeitos a consumirem bens e serviços de organizações das suas próprias comunidades. O debate se refere ao entendimento de que a força de trabalho, os serviços e os produtos já são produzidos e estão disponíveis nos bairros empobrecidos. O incentivo é que a economia gire nesses espaços para gerar renda e novas oportunidades de trabalho ou que a renda familiar dos trabalhadores assalariados não saia da comunidade, sendo possível, assim, investir na produção local e desenvolver o território.

A economia solidária se insere em um campo progressista na luta por direitos, incorporando e propondo lutas e reivindicações para a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. No entanto, a formação dos sujeitos que se envolvem no trabalho autogestionário nos empreendimentos econômicos solidários mostra-se contraditória, isto é, passiva e ao mesmo tempo indignada com a cultura de trabalho estabelecida pelo capitalismo.

A formação dos trabalhadores é um dos objetos de pesquisa educacional brasileira, principalmente no ambiente escolar. No entanto, ainda é pouco estudado os ambientes de trabalho associado. Entendemos que esses ambientes são formadores de uma cultura diferenciada, que estrutura outras relações interpessoais e, portanto, um novo trabalhador com distintas perspectivas e percepções sobre o mundo do trabalho. Assim, como justificativa desta pesquisa, ressaltamos a importância de captarmos e analisarmos os movimentos práticos da classe trabalhadora que constrói cotidianamente saídas ao desemprego estrutural. É um pressuposto, a partir da discussão de Singer e Gadotti (GADOTTI, 2009), entender a economia solidária como “processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos” (p. 13). Segundo os autores, se um dia tal economia for a hegemônica, em que os trabalhadores tenham para si os meios de produção, sejam capazes de melhorar “as

⁸ Para saber mais, consultar Novaes (2011).

condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição” (p. 13), será possível também imaginar o desaparecimento do capitalismo e da categoria lucro.

Mesmo a economia solidária não se configurando como um movimento social propriamente dito, muitos movimentos absorvem e levantam a bandeira da solidariedade e da autogestão. Assim, a economia solidária aglutina inúmeros grupos de trabalho coletivo que se envolvem com as pautas e ideais do campo combativo e reivindicam direitos. Por isso, também cabe considerar se ocorrem implicações formativas naqueles que participam de movimentos sociais (CALDART, 2009) e da economia solidária, e averiguar se esses sujeitos são formados por uma Pedagogia Crítica (ou emancipatória), “com o objetivo de formar os sujeitos da transformação social” (p. 43). Portanto, ainda que se considere que há uma dimensão formativa nas práticas de trabalho, cultura e luta social que se relaciona com o projeto societário da economia solidária, essa formação pode não estar isenta da lógica operante do capital.

Dessa maneira, levantamos a hipótese de que o projeto societário da economia solidária em confronto com a realidade concreta dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários impõe práticas político-educativas. Nesse sentido, apontamos para o problema desta pesquisa: quais são as especificidades que a economia solidária assume em relação ao seu papel educador?

APRESENTAÇÃO

Nesse momento, pedimos para utilizar a primeira pessoa do singular para apresentar as motivações que ensejaram a pesquisadora a iniciar este trabalho:

Ainda em 2013, após as manifestações de junho, comecei a me organizar em um movimento social de juventude, cuja atuação principal na cidade onde eu cursava a graduação em Gestão Ambiental era o movimento estudantil. Em 2015, surgiu o convite aos militantes do movimento para participarem do I Módulo do Encontro Paulista de Formação, com o tema de Juventudes e Economia Solidária. Esse curso foi em um dos quilombos no Vale do Ribeira, o Quilombo Ivaporunduva, e eu fui selecionada a participar.

A organização do espaço foi realizada pela Rede Paulista de Educadoras e Educadores em Economia Solidária, formada com o apoio do Centro de Formação

em Economia Solidária (CFES) a partir do projeto articulado por seus atores juntamente à Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Essa primeira vivência, a participação do II Módulo do Encontro – com o recorte sobre desenvolvimento sustentável solidário e superação da pobreza – e a articulação do movimento do qual eu participo, com a rede de Juventudes e Economia Solidária (JUVESOL), possibilitou-me entender as organizações econômicas dos trabalhadores como estratégias de vida e enfrentamento direto ao capital.

Dessa forma, com a organização popular e o envolvimento com as diferentes formas e pautas de reivindicações da economia solidária e dos movimentos sociais, foi possível perceber de perto que ali existia um ambiente educativo e que eu estava participando de um processo formativo, eu mesma como sujeita educanda e como educadora popular. Será que os espaços, cursos, encontros, atos e passeatas me educaram de tal forma que mudaram meus valores, atitudes e comportamentos? Será que cursos como o de Juventudes e Economia Solidária, junto ao cotidiano dos empreendimentos, educam os sujeitos? Existem práticas educativas também na economia solidária?

Essas dúvidas me levaram a construir o percurso da pós-graduação e percorrer os passos deste trabalho. Para concluir, a escrita do capítulo 2 possibilitou-me olhar não somente para o desenvolvimento do capitalismo em solo latino-americano e suas consequências à classe trabalhadora, mas também para a trajetória da minha família, que fez do trabalho manual primitivo, da venda de quinquilharias, alimentos preparados, in natura etc. sua fonte de renda. A economia popular é a realidade de milhões de trabalhadores no Brasil, por essa razão, a relevância de fazer pesquisa sobre uma forma ímpar de auto-organização do trabalho que é a economia solidária.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer as práticas nas organizações que compõem a economia solidária no Brasil, explicitando suas trajetórias e perspectivas educativas no processo de trabalho associado. Especificamente, este estudo pretendeu identificar concepções pedagógicas que emergem do cotidiano prático dos empreendimentos econômicos solidários.

METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

Detectada a necessidade de pesquisas no campo da educação que aprofundassem tanto o seu olhar para a economia solidária quanto para o mundo do trabalho em geral, iniciou-se o mapeamento de empreendimentos das regiões metropolitanas do sudeste brasileiro e, assim, a região de São Paulo foi diagnosticada com o maior número de organizações⁹.

Tabela 1- Número de empreendimentos econômicos solidários por região metropolitana do sudeste brasileiro

Região	Total de empreendimentos
Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	277
Metropolitana de São Paulo (SP)	508
Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)	250
Metropolitana do Vitória (ES)	95

Fonte: SENAES, 2013.

Além disso, a região metropolitana de São Paulo vivenciou debates importantes para a consolidação de um campo de articulações e experiências que apontaram para a necessidade da disputa do Estado brasileiro por recursos, incentivos para a sobrevivência e permanência das práticas de trabalho baseadas no cooperativismo e na autogestão. Mais à frente trataremos do histórico da economia solidária, mas destacamos desde já que foi nessa região que algumas das principais entidades nacionais de reivindicação e apoio foram gestadas.

Outro motivo que nos levou a pesquisar a região metropolitana de São Paulo, foram os dados sobre o acesso dos empreendimentos a algum tipo de qualificação profissional, técnica, gerencial e de formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária), disponíveis no Sistema de Informação em Economia Solidária no Brasil (SIES) (SENAES, 2013), informações que se relacionam fundamentalmente com os objetivos deste trabalho. Chegamos à conclusão de que, entre os empreendimentos do sudeste brasileiro, foi na região metropolitana paulista que mais trabalhadores da economia solidária vivenciaram momentos formativos.

⁹ Em relação as capitais, temos Belo Horizonte com 183 empreendimentos, Vitória com 17, Rio de Janeiro com 121 e São Paulo com 201, segundo os dados disponíveis do Sistema de Informação em Economia Solidária no Brasil (SENAES, 2013). A saber, esse mapeamento subdividiu os empreendimentos em grupo informal, associação, cooperativa e sociedade mercantil.

Tabela 2- Número de empreendimentos econômicos solidários que acessaram algum tipo de qualificação profissional, técnica, gerencial ou formação sócio-política por região metropolitana do sudeste brasileiro

Região	Total de empreendimentos
Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	264
Metropolitana de São Paulo (SP)	540
Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)	192
Metropolitana do Vitória (ES)	73

Fonte: SENAES, 2013.

A investigação do objeto concentrou-se em três partes principais: detalhamento do objeto de estudo e mapeamento dos casos a serem estudados; aproximação e observação dos empreendimentos; entrevista com lideranças desses empreendimentos.

Nossa formação, oriunda de disciplinas escolhidas no processo de estudo do mestrado e em cursos oriundos dos movimentos sociais, apontou para o método dialético como ferramenta de interpretação da realidade. Analisamos as circunstâncias sabendo que elas estão em movimento, são interpeladas por situações diversas e serão transformadas por outras circunstâncias. Nessa dinâmica, a totalidade do processo não pode ser desconsiderada, permitindo-nos olhar para a realidade em seu conjunto, unido e coerente. Nesse sentido, a existência desses empreendimentos está em unidade e ação recíproca com a sociedade, sendo resultado dela e da materialidade histórica da vida de homens e mulheres empobrecidos. Também importante pontuar categoria da contradição, presente na análise deste trabalho:

[...] indica que para pensar a realidade é possível aceitar a contradição, caminhar por ela e apreender o que dela é essencial. Nesse caminho lógico, movimentar o pensamento significa refletir sobre a realidade partindo do empírico (a realidade dada, o real aparente, o objeto assim como ele se apresenta à primeira vista) e, por meio de abstrações (elaborações do pensamento, reflexões, teoria), chegar ao concreto: compreensão mais elaborada do que já de essencial no objeto, objeto síntese de muitas determinações, concreto pensado. (PIRES, 1997, p. 86)

A categoria trabalho cumpre papel central na nossa análise. Não porque o trabalho, no seu sentido cotidiano (senso comum de ocupação ou tarefa), é a base da existência de um empreendimento econômico, mas porque, segundo Pires (1997),

lendo Marx, “o trabalho é central nas relações dos homens com a natureza e com os outros homens porque esta é sua atividade vital”, garantidor de sua sobrevivência e que possibilita produzir e reproduzir a vida humana. Logo, tal categoria é central, pois é do trabalho que se garante a reprodução da vida humana e a organização da sociedade.

A partir dessa premissa teórico-metodológica, que nos auxiliou na interpretação das dinâmicas que ocorrem no espaço de estudo, foi possível organizar o trabalho de campo como um momento relacional e prático, cujo universo do cotidiano do empreendimento gerou dados (ou inquietações) que possibilitaram desenvolver nossa pesquisa. (NETO, 1994)

Antes de iniciar o processo de coleta de dados pela técnica da entrevista não estruturada (LAKATOS; MARCONI, 1985), aproximamo-nos primariamente do campo empírico de pesquisa. Para que fosse possível entender as particularidades do cotidiano do empreendimento, a técnica da observação participante foi fundamental nesse processo (NETO, 1994). Nesses momentos, foi possível “captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (p. 60).

A busca por empreendimentos com mais de um trabalhador se deu de maneira relativamente simples devido à pesquisadora ser militante da articulação JUVESOL. Buscaram-se grupos que tivessem o mínimo contato com as centrais de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL) São Paulo ou Nacional, a fim de que houvesse alguma ligação com as pautas da economia solidária e conseguíssemos assim partir do mesmo repertório teórico-prático nas entrevistas. Também decidimos pedir referências de empreendimentos aos militantes da economia solidária da região metropolitana de São Paulo, especificamente àqueles atuantes orgânicos do Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES) e da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF); contamos também com a indicação de uma ex-diretora da UNISOL Brasil. Entre nove grupos contatados, lideranças de cinco empreendimentos se disponibilizaram a participar das entrevistas.¹⁰

¹⁰ A partir do recorte estabelecido para se chegar aos objetivos da pesquisa, foi de suma importância o auxílio dos militantes do Fórum, RESF e UNISOL Brasil, pois eles tinham o conhecimento do perfil dos empreendimentos da região metropolitana. Apresentaram-nos lideranças que tinham contato com as centrais de representação e vinculadas a grupos de trabalho associado com mais de um

Importante expor que por conta do nosso percurso em movimentos sociais e entidades da economia solidária, foram atenuadas grande parte das limitações ou dificuldades que poderíamos enfrentar se fôssemos simplesmente pesquisadores universitários. Cremos que diminuímos possíveis constrangimentos e a violência simbólica que poderia existir entre a entrevistadora e os entrevistados. Constatamos que ao decorrer da entrevista, pela própria relação de companheirismo, bastante valorizada na economia solidária, todas as lideranças se esforçavam ao máximo em nos deixar à vontade para fazermos as perguntas necessárias para a pesquisa.

Didaticamente, a pesquisa de campo concentrou-se em dois blocos principais:

Bloco 1 (terceira semana de maio de 2019) – entrevistas: Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais e Cooperativa de Alimentação. Observações e vivências junto aos empreendimentos, participação do curso de introdução à economia solidária no bairro Nova Heliópolis e da Reunião do Fórum Paulista de Economia Solidária (FOPES).

Bloco 2 (primeira semana de junho) – entrevistas: Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos e Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos. Observações e vivências junto aos empreendimentos e visita ao Espaço Social, Cidadão e Cidadania de Mauá.

Organizamos o campo da pesquisa para que este contemplasse o reconhecimento e a observação do ambiente de trabalho dos cinco empreendimentos¹¹. No entanto, o momento de entrevista com as lideranças da cooperativa de trabalho e com a microempresa solidária de artesanato não ocorreu no próprio espaço de trabalho das duas organizações.

Como a cooperativa de trabalho não possui sede própria e suas reuniões e discussões presenciais ocorrem na casa dos cooperados – que moram em cidades distintas do estado de São Paulo –, a entrevista ocorreu na sede de uma cooperativa de produtores rurais ligada à economia solidária¹² em Santo André, município da

trabalhador. Além disso, tal mediação reduziu dificuldades de comunicação e entrosamento durante as entrevistas, pois as lideranças tinham confiança nesses militantes.

¹¹ Por motivos éticos, optamos por preservar a identidade dos empreendimentos, portanto, trataremos deles a partir de suas características gerais, sem expor o nome fantasia do grupo.

¹² A Coopercentral VR nos acolheu e concedeu um espaço para realizarmos a entrevista com a Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente. Essa Central aglutina

região metropolitana de São Paulo. Já a microempresa possui sede em um bairro afastado de Osasco – por isso, para facilitar a nossa locomoção, a liderança reservou uma sala no Centro Público de Economia Solidária de Osasco, no centro do município. Os outros três empreendimentos, a cooperativa de alimentação, o grupo informal e a cooperativa de serviço abriram suas portas para realizarmos nosso trabalho de campo.

Desta forma, este trabalho se constitui em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo se concentra em apresentar o pano de fundo laboral comum aos trabalhadores na América Latina. As transformações ocorridas após a neoliberalização do Estado brasileiro relacionam-se com a exclusão constante e intensa dos trabalhadores do mercado de trabalho. Discutimos como o desemprego estrutural impõe a grande parte da população à procura de ocupação e renda somente opções de ofícios precarizados. Esse cenário faz crescer a economia popular e a ideologia do empreendedorismo (negro, feminino, juvenil etc.). Nesse capítulo, também nos debruçaremos sobre os antecedentes e no histórico da economia solidária. Conheceremos brevemente as influências conceituais de economias alternativas ao projeto econômico vigente e os diferentes atores que construíram o solo fértil para que a economia solidária se fortalecesse e ascendesse ao plano governamental com agenda própria até 2016 – depois do golpe político no Brasil (BOITO JR., 2016), os governos que assumiram após o impedimento da então presidenta Dilma Rousseff extinguiram e desarticularam a SENAES¹³ – e, assim, também aqueles que se dedicam diariamente a produzir a vida de forma autogestionária e solidária.

O segundo capítulo divide-se em duas partes. A primeira seção propõe-se a olhar para a pesquisa em educação com o recorte em economia solidária. Na segunda seção, buscamos evidenciar as ideias pedagógicas (críticas e hegemônicas) que se relacionam com duas vertentes da economia solidária, trazendo concepções de educação distintas que cada pedagogia defende.

O terceiro e último capítulo tem como objetivo apresentar o campo de pesquisa, contextualizando brevemente os antecedentes históricos. A penúltima seção divide-

cinco cooperativas de produção familiar no Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. Essa região abriga grande vegetação da Mata Atlântica, quilombos, comunidades indígenas e caiçaras.

¹³ Para saber mais sobre o abandono da economia solidária pelo atual governo brasileiro, ler Pina (2019).

se em seis subseções: a primeira traz o retrato da Região Metropolitana de São Paulo, território onde estão inseridos os empreendimentos; as demais subseções buscam brevemente caracterizar os grupos entrevistados, contar suas trajetórias e conexões com a economia solidária. Por fim, a última seção é composta pelo esforço de sistematização das práticas educativas que emergem das organizações¹⁴ entrevistadas e pelo diálogo teórico dessas práticas com concepções pedagógicas críticas e não críticas, tratando-se, assim, dos resultados desta pesquisa.

¹⁴ Nesse trabalho iremos usar como sinônimos empreendimento econômico solidário, organização econômica solidária e grupo econômico solidário.

1 O UNIVERSO TEÓRICO, HISTÓRICO E CONCEITUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Este capítulo abordará brevemente os elementos geradores de exclusões e inclusões forçadas que se conectam com a forma estrutural do sistema capitalista e suas repercussões no mundo do trabalho. Na primeira seção, traçaremos o pano de fundo que guiará a pesquisa, pois é em países periféricos de capitalismo dependentes que a economia solidária floresce como alternativa de sobrevivência e recuperação do trabalho menos alienado¹⁵. Também nessa seção (especificamente na subseção 1.1.1) faremos um pequeno esforço de analisar aqueles que sofrem com as transformações e exigências do mercado e que, por diversos motivos, acabam ficando ainda mais distantes das oportunidades de trabalho, por consequência não conseguindo criar minimamente as condições necessárias para produzir a própria existência.

Na sequência, temos a segunda seção, a qual serão abordadas brevemente as bases teóricas que fundamentam a economia solidária e seu desenrolar histórico no Brasil, evidenciando suas características e os principais atores que tiveram papel principal na estruturação desse movimento.

1.1 CRISE DO TRABALHO EM UM PAÍS DE CAPITALISMO DEPENDENTE

As especificidades que os países latino-americanos possuem na divisão internacional do trabalho formou subempregados, desempregados e uma massa de excluídos do assalariamento formal. Essa massa é excluída das riquezas e benefícios dos avanços produzidos pela humanidade, mas incluída no processo de

¹⁵ Quando caracterizamos as atividades laborais de produção da vida na economia solidária, considera-se que as relações evidenciadas nesse espaço não geram estranhamento ao trabalhador (ou geram menos estranhamento em comparação com o trabalho em uma empresa capitalista), pois todo o processo de produção autogestionária é do seu conhecimento e este não está sob os imperativos da produtividade exigida pela reprodução do capital. Além disso, a economia solidária não envolve o sistema de assalariamento que mascara a expropriação da força de trabalho em altas taxas de lucro, tensionando para que haja a ampliação e/ou a precarização da jornada de trabalho. Na economia solidária, tanto os meios de produção, como os ganhos da produção são coletivizados; também se incentiva e oportuniza o desenvolvimento de tecnologias e instrumentos sociais; o trabalhador pode, em comunhão coletiva, imprimir aos objetos, produtos e serviços “a sua ação, sua criatividade, sua vontade, seu savoir-faire.” (FRANCO, 2011, p. 171)

mercantilização de seus corpos. Tal lógica serve de base estrutural para o desenvolvimento capitalista.

Fontes (1996) cita dois movimentos que a reprodução ampliada do capital gera: primeiro, constante absorção de setores que não foram capitalizados, servindo de assalariamento contínuo da mão de obra disponível; segundo, a introdução constante de inovações tecnológicas que recriam o desemprego. Assim, cria-se um exército industrial de reserva, cujo papel serve como disciplinador da classe trabalhadora, que força para baixo o valor dos salários. A autora segue trazendo outros elementos constitutivos da expansão capitalista, como a impossibilidade de os trabalhadores assegurarem a própria existência e, ao mesmo tempo, estar diante do desemprego estrutural. Temos uma exclusão e inclusão mútua, isto é, exclusão das condições anteriores de existência e inclusão fugazmente imposta da mercantilização de sua força de trabalho.

Expropriados da capacidade autônoma de sobrevivência e de parte do valor produzido por seu trabalho, mas incluídos em um processo mercantil e industrial que produzirá, ainda segundo Marx, as formas de pensamento para assegurar sua continuidade. Uma verdadeira sociabilidade adequada ao sistema capitalista por-se-ia em marcha, controlando e disciplinando tanto a força de trabalho efetivamente empregada quanto aqueles que constituíssem suas bordas, enquanto exército industrial de reserva. (FONTES, 1996, p.3)

Alguns grupos sociais não foram incluídos no processo de proletarização e mantinham-se às margens, fazendo parte do excedente de mão de obra disponível para o mercado de trabalho. Tínhamos a constituição de um cenário em que a população, que antes consumia de forma tradicional e abastecia-se conforme costumes com a terra, não escapou do processo de inclusão, forçando a grande maioria a sair das regiões camponesas e disciplinando-a a vender sua força de trabalho para viver nos centros urbanizados.

A constituição do mercado é a chave para compreendermos o debate que Fontes (1996; 2017) vem trazendo em seus textos. Essa robusta constituição reduziu ao máximo a possibilidade de sobrevivência individual fora dele:

[...] ninguém pode ser excluído do mercado, simplesmente porque ninguém pode dele sair, posto que o mercado é uma forma ou uma 'formação social' que não comporta exterioridade. Dito de outra forma, quando alguém é expulso do mercado, na realidade, funcionalmente ou não, ele é mantido em suas margens, e suas margens estão sempre ainda em seu interior. Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem

precedentes na história, que inclui sempre suas próprias 'margens' (e portanto, seus próprios 'marginais') e que, finalmente, somente conhece exclusão interna? (BALIBAR apud FONTES, 1996, p. 5)

De acordo com os argumentos de Fontes (1996) sobre a expansão colonial e imperialista dos séculos XIX e XX, podemos acrescentar que o capitalismo dependente latino-americano também foi fruto da desarticulação das “antigas formas produtivas, tradicionais modalidades de vida” (p.5), alterando crenças e os modos de pensar das populações locais (p. 6). Além disso, incentivava-se forçadamente a construção de outra forma de organização social e civilizatória mediante o consumo, o crescimento da produção e, logicamente, pela implementação do mercado.¹⁶

O capitalismo, de forma organizada, conseguiu ampliar espaços mercantis, chegando às “margens” (periferia do capital) a partir da “acumulação primitiva, a separação entre trabalhadores diretos e meios de produção, a inclusão forçada, o assalariamento crescente, urbanização” (FONTES, 1996, p. 6). Implantavam-se nos países novos mercados, burguesias e o operariado urbano, e, com isso, cresciam as formas de desemprego que eliminavam, paulatinamente, as atividades de subsistência das populações tradicionais.

A questão da marginalidade aparece em trabalhos que tentam fazer o recorte entre países periféricos e de centro, trabalhos que trazem elementos do caráter diferenciador produzido pelo desenvolvimento das forças produtivas e do modelo político estabelecido nas Américas Central e do Sul (KOWARICK, 1977; SANTANA JR., 2006; ALVAREZ et al., 1978).

Na América Latina e em outras regiões periféricas, a relação entre capital e trabalho vincula-se com a superexploração à qual os sujeitos estão submetidos, gerando adoecimento, crise ambiental e precarização social. Essa degradação é resultado, segundo Fernandes (2009), da “perpetuação de estruturas econômicas mais ou menos arcaicas” e, além disso, de um processo de “modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura” (p. 68). Para o autor, a história de formação social dependente impõe especificidades nos processos de trabalho e de formação das classes sociais, a partir

¹⁶ Em relação à economia solidária, tenta-se reaver a lógica comunitária, associativa e religiosa que as tradicionais modalidades de vida cultivavam, em oposição à lógica mercantil e de consumo. Pelo menos, se não há possibilidade, por hora, de desvincular-se do mercado, que ocorra a implementação não degradante de um sistema produtivo, isto é, que ele seja a preço justo e proveniente do trabalho não alienado. Em resumo, o movimento defende a não redução dos padrões morais, éticos, estéticos e sustentáveis, pois o objetivo não é a acumulação de capital, nem o lucro.

da promoção do “subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida” (p. 68). Assim, a degradação através do trabalho produz efeitos particularmente perversos na periferia capitalista, resultantes do processo mais geral de inserção na divisão internacional do trabalho como correia de transmissão dos interesses imperialistas.

O capital, conforme escreve Fernandes (2009), institucionaliza-se para conseguir sua expansão e acumulação nos núcleos centrais dominantes socialmente externos e internos. É necessária a partilha das riquezas entre as economias centrais, dividindo o excedente econômico, cujo processo ocorre “às custas dos setores assalariados destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexploração capitalistas.” (p.52)

Em uma análise sociológica, Fernandes (2009) sistematiza as fases e formas de dominação externa que o sistema básico de colonização sofreu em quase todo o território latino-americano e mostra-nos que a concretização atual do modelo de dependência periférica com os países do centro deu-se através de séculos de acordos econômicos, culturais e políticos e obediência mercantil à Europa. Em geral, podemos caracterizar as economias dependentes como grandes mercados, que, seguramente, até hoje, fornecem condições adequadas para altas taxas de lucro.

Ao longo da história, as fases e formas de dependência e dominação externas produziram nas nações latino-americanas uma “exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida”. (FERNANDES, 2009, p. 21) Entre os impactos dessa relação de dependência, estão uma extrema concentração de renda, saques dos bens naturais, remoção das comunidades tradicionais, crescimento das favelas, dos bolsões de pobreza e de fome, resignações e acordos unilaterais que influenciam nas flexibilizações das leis e nos mecanismos de seguridade social.

Em relação ao cenário de degradação da vida e do trabalho, alguns textos de Florestan Fernandes (1977; 2008; 2009) também apontam para uma caracterização das classes sociais no capitalismo dependente. Esses textos nos ajudam a entender a perspectiva assumida pelo povo latino-americano na ordem econômica. Os não possuidores de bens só dispõem da força de trabalho como mercadoria, cuja valorização não é homogênea. Entre eles, os que não se inserem na ordem vigente de assalariamento acabam ingressando (muitos não saíram ou nunca sairão) na “economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico” (2008, p. 65). O autor os chama de “condenados do sistema”, os “marginalizados de sua

origem econômica”, ou, conceitualmente, “massa de despossuídos”. Do ponto de vista teórico, o debate sobre a marginalidade nos ajuda a compreender melhor a questão.

Na tentativa de explicar a realidade latino-americana e relacioná-la com o capitalismo dependente, alguns autores nas décadas de 1960 e 1970, aprofundaram e atualizaram as análises feitas por Marx (que aparecem em “A lei geral da acumulação capitalista”, sobre o exército industrial de reserva), apresentando debates importantes sobre a marginalidade. O argentino José Nun, o brasileiro Lúcio Kowarick e o peruano Aníbal Quijano levantam questões sobre a capacidade (ou incapacidade) de o capitalismo absorver toda a força de trabalho e as implicações dessa incapacidade para a classe trabalhadora na América Latina. Além disso, os efeitos do capitalismo dependente e neoliberal geram contradições entre a acumulação de capital e a existência de superpopulação (FIGUEIREDO FILHO; OLIVEIRA, 2012):

As diferenças do contexto em que se dá o processo de industrialização influenciam muito a questão da marginalidade. Enquanto na Europa houve crescimento populacional reduzido, emigração que diminuiu o montante de desocupados e a industrialização do século XIX que absorveu grande parte dos trabalhadores excedentes; na América Latina, tivemos um alto crescimento populacional, alta taxa de natalidade, imigração, grande intensidade na migração do campo para a cidade e um grande número de pessoas que não conseguiram se inserir no sistema produtivo dominante. (FIGUEIREDO FILHO; OLIVEIRA, 2012)

O cenário produzido pela dependência contribuiu para o aumento da precarização das condições de vida dos mais pobres, os quais se somam ao contingente de trabalhadores desempregados, que vivem do subdesemprego e do trabalho informal. Cresce o número de pessoas que se inserem na economia popular como única opção, mas que, ainda assim, se encontram sem estabilidade e temporariamente sem fonte de renda.

Se, em 1999, Frigotto (1999) comentava que a indústria não concentrava mais o grande contingente de pessoas, pois estava em um patamar jamais visto de desindustrialização no país, hoje continuamos a observar tais números. O Brasil vive uma desindustrialização precoce – considerando o histórico tardio e a quase ausência de investimento estatal no setor, tal retrocesso acaba gerando uma sociedade de serviços. Além da disseminação de postos de serviços que não permitem uma identificação de classe entre os trabalhadores cada vez mais precarizados, o

neoliberalismo dependente determina “o tipo de produção interna que deve ser fomentada para a exportação, conforme demonstraram os anteriores ciclos econômicos [...] e agora dos bens do agronegócio assentados na exploração dos recursos naturais e mão de obra barata.” (FACHIN, 2019)

Os números mostram, segundo o estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2019), que o desmonte industrial em curso conseguiu atingir “prematuramente o núcleo dinâmico em termos de tecnologia, crescimento econômico e mão de obra qualificada da indústria brasileira”, e que “os setores de maior intensidade tecnológica perderam 40% de peso no PIB desde 1980.” (p. 2)

Frigotto (1999) discute que a defesa do salário passou a ser secundária, dada as condições de desemprego estrutural. Considerando o baixo número de trabalhadores formalizados, sindicatos e outros movimentos sociais se empenham para defender o direito ao trabalho e à vida (entre as mais diferentes formas de viver, como a dos indígenas, por exemplo) que está em permanente ameaça pelo movimento predatório do capital.

Não há mais a necessidade de um grande número de trabalhadores estáveis para que o capital prossiga. O capital subordina e estilhaça o trabalho sob várias formas: estáveis, precarizados, excedentes ou seja, multidões simplesmente desnecessárias à reprodução do capital. (FRIGOTTO, 1999, p. 95)

Podemos relacionar o atual estado de precarização do trabalho e o desemprego no debate realizado por Fontes (2006) e Antunes (2018). Observamos que a busca pela inserção no mercado de trabalho acaba impondo ao trabalhador a servidão voluntária, sendo que essa passa a ser um privilégio em contexto de crise econômica e reestruturação produtiva. Tendo em vista os últimos dados do IBGE, em que 12,5 milhões de pessoas estavam em busca de trabalho, constatou-se que uma boa parte da inserção dessa mão de obra acaba acontecendo no mercado informal.

O privilégio de servir, colocando-se à disposição para as mais diversas e brutais formas de extração de sobretrabalho, é resultado da necessidade de fuga da condição de extrema pobreza que enfrentam mais de 13 milhões de brasileiros. Segundo o IBGE (2019b), milhões de pessoas viveram com rendimento domiciliar de até 145 reais mensais em 2018. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2019) também divulgou que, em 2018, 184 milhões de pessoas

estavam vivendo na pobreza, sendo que, dessas, 62 milhões estavam abaixo dessa situação e viviam na miséria.

A nova morfologia do trabalho, descrita por Antunes e Braga (2009), daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho pode ser resumidamente descrita da seguinte forma (p. 235-237): a) redução do proletariado estável e especializado que estava distribuído nos tradicionais ramos do mercado de trabalho, como o industrial e o fabril; b) surgimento de formas de ocupação no setor de serviços, no trabalho informal e precarizado, como os terceirizados, subcontratados, freelancer. Em 2018 eram mais de 14 milhões de trabalhadores sem carteira assinada (IBGE, 2019b); b) a feminização do mercado de trabalho aumentou na América Latina, mas esse movimento ocorreu sem igualdade no comparativo com os salários e direitos dos trabalhadores masculinos; c) o setor de serviços acaba por absorver os trabalhadores do mundo produtivo industrial e também as mutações organizacionais, tecnologias e gestões vinculadas à racionalidade produtiva do capital e à lógica mercadológica; d) exclusão dos jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho e dos trabalhadores com idade avançada ou idosos, sendo que os últimos são indesejáveis por não se enquadrarem nas especificações de trabalho modernas: polivalentes, resilientes, criativos e multifuncionais; e) de forma precoce e criminosa, o mercado tende a incluir mão de obra infantil em atividades produtivas; f) expansão do trabalho em domicílio e relacionados às tecnologias de informação.

Ainda trazendo as reflexões de Antunes e Braga (2009) sobre o cenário laboral para aqueles que vivem do trabalho:

A classe trabalhadora hoje também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital, de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais e incorpora também o proletariado precarizado, o proletário moderno, fabril e de serviços, *part time*, que se caracteriza pelo vínculo empregatício temporário, por condições precarizadas, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui, também, além dos trabalhadores materiais, aqueles que exercem formas do trabalho imaterial. E abarcam, ainda, a totalidade dos trabalhadores desempregados. Por isso, se trata de uma concepção ampliada de classe trabalhadora, que incorpora a totalidade de trabalho coletivo e social que participa da produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, seja direta ou indiretamente partícipe do processo de reprodução do capital. (p. 238)

Ao olharmos para a configuração do trabalho vinculado ao setor de serviços e informal, percebemos a pressão que o mercado exerce para que haja a transferência da responsabilidade da maximização dos lucros à classe trabalhadora, por meio da

otimização do tempo, produtividade e eficiência. A economia comandada pelo capital financeiro aponta cada vez mais para a absorção de tecnologias para gerenciar, estipular metas e organizar os bônus (e não direitos) dos trabalhadores. Podemos testemunhar o aumento dos serviços de entrega de refeições, aplicativo de transporte e venda por hora de aulas de diferentes temas (yoga, bordado, inglês, língua portuguesa etc.).

Essas e outras transformações do trabalho, que levam à precarização e à perda do seu sentido, também geram diferentes tipos de adoecimentos. Antunes (2018) comenta alguns motivos que ocasionam os acidentes e adoecimentos de trabalho, e que estão cada vez mais recorrentes: a) acumulação flexível; b) rompimento de laços solidários no ambiente de trabalho, resultando em individualização e solidão; c) pressão para alcançar resultados (gestão por metas e qualidade total); d) terceirização como estratégia empresarial para diminuir salário, segurança, salubridade etc.; e) baixo pertencimento de classe, pois as inúmeras diferenças de categoria, a individualização do trabalhador e a falta de potência da organização sindical acabam por gerar “a fragmentação, a heterogeneização e a divisão da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2018, p. 150).

Observamos que os índices de danos físicos e mentais à saúde dos trabalhadores aumentam a cada ano. O Ministério da Saúde divulgou, em abril de 2019, dados sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho no Brasil (2006-2017); a maioria das notificações se relacionavam a estresse grave e transtornos de adaptação (47%) e, em segundo lugar, a episódios depressivos (24%). Essa edição do Boletim Epidemiológico acentua como as transformações laborais afetam socialmente a vida dos trabalhadores e de suas famílias. Fazendo o recorte de gênero, as mulheres são as mais afetadas pelos transtornos mentais relacionados ao trabalho (59,7%) (BRASIL, 2019a).

Podemos citar também como a reforma trabalhista brasileira aprovada em 2017 tornou mais precárias e instáveis as condições de trabalhadores terceirizados, prestadores de serviços ou mesmo empregados diretos das empresas¹⁷. Esse cenário colocou em evidência a tendência do aprofundamento do individualismo, a recusa de mobilização sindical ou outras formas de luta por direitos em tempos de

¹⁷ Para mais detalhes das consequências da Reforma Trabalhista no Brasil, ver José Dari Krein (2018).

altos números de desemprego. A imobilidade, a dominação e a alienação são algumas das consequências relacionadas à precarização do trabalho (DIMOV; NÓBREGA, 2014).

Quanto mais frágil a legislação protetora do trabalho e a organização sindical na localidade, maior o grau de precarização das condições de trabalho, independentemente da "modernização" das linhas de produção ou dos ambientes de trabalho como um todo. (ANTUNES, 2018, p. 140)

A melhora das condições de trabalho, a busca por geração de renda e reprodução da vida são pontos de partida para a organização popular, tanto em sindicatos como em outros movimentos sociais de luta por direitos. As autoras Figueiredo Filho e Oliveira (2012) apontam para a tese segundo a qual parte da população marginalizada cumpre papel político e de resistência, cuja organização nos movimentos populares visa direitos elementares, como comida e emprego, mas acabam contestando a ordem e resistindo aos efeitos da política neoliberal. Dessa maneira, com um Estado menor que não prioriza políticas sociais e um mercado de trabalho em crise, a massa de marginalizados compõe a estrutura geral da sociedade, mas se articula de maneira a apontar saídas à situação de miséria e desamparo. Seguindo com a hipótese das autoras e acrescentando a análise sobre exclusão e inclusão forçada de Fontes (1996), acreditamos também que a base dos movimentos sociais é composta pela população à margem dos direitos sociais e que está excluída por dentro. Em resumo, são

[...] populações que não foram integradas no mercado de trabalho formal, os grupos sociais atingidos por situações variadas de segregação – espacial, racial, de gênero, etária etc. –, os amplos contingentes não atendidos pelas políticas sociais e pelo sistema de Justiça, à margem, pois, dos "direitos", os portadores de algumas doenças e seus estigmas (lepra, Aids etc.), os desempregados, vítimas das transformações contemporâneas do sistema industrial, assim como os trabalhadores dos mercados informais. (FONTES, 1996, p. 16)

Algumas experiências brasileiras como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outros movimentos organizam sujeitos que estavam sob condições de extrema pobreza. Alguns desses movimentos e outras articulações sociais no campo progressista apontam para os processos de

organização do trabalho como forma de inserção no mundo dos direitos e conquista de renda. A economia solidária pode ser classificada como um desses processos.

Os modos organizados pelos movimentos políticos e articulações sociais tendem ao progressivo aumento do controle dos trabalhadores sobre o processo de trabalho, propondo uma nova maneira de se viver o processo produtivo e suas relações interpessoais, como gerir e repartir os ganhos etc. No entanto, as características da estruturação produtiva no capitalismo vigente acabam por formatar uma composição de classe trabalhadora subserviente à acumulação de capital.

A economia solidária se coloca como uma ferramenta pedagógica para a formação da classe trabalhadora, objetivando a inversão do quadro laboral citado acima, e se apresentando como uma nova forma de organizar as relações sociais de produção e de trabalho humano. Dessa maneira, passa a ser uma ferramenta histórica de formação humana¹⁸, articulada pela própria classe trabalhadora. Ao mesmo tempo que educa pelo trabalho e objetiva a formação integral dos sujeitos, está sob a lógica do capital e, por isso, se faz contraditória por constituir-se apenas a partir dos seus problemas. Ainda assim, tem função retardatária dos efeitos que as transformações do trabalho hoje impõem aos trabalhadores, colocando possibilidades de construção da solidariedade interclasse e organização de múltiplas formas de se produzir a vida coletivamente.

1.1.1 Capitalismo Dependente: Fábrica De Miseráveis

Parte da classe trabalhadora que não obteve chance de disputar lugar no processo de produção capitalista, cuja prioridade está na “acumulação de riquezas e não a satisfação de necessidades vitais” (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013, p. 62),

¹⁸ A economia solidária pode ser chamada de ferramenta pedagógica, pois nela são desenvolvidas práticas que educam os sujeitos sob a perspectiva da formação humana. Assim como consideramos que a materialidade histórico-social das relações sociais de produção capitalista carrega consigo projetos político-econômicos e educacionais, na economia solidária também são promovidas práticas educativas que se orientam por pedagogias e dialeticamente provocam a humanização e a formação dos trabalhadores envolvidos. O processo produtivo autogestionário são espaços e tempos que proporcionam a formação humana, de maneira que se articula trabalho e educação. Evidentemente que a economia solidária se constitui em meio a hegemonia da economia capitalista e que muitas vezes acabam reproduzindo a lógica excludente de mercado por meio, por exemplo, de uma formação para o empreendedorismo, mas tem como horizonte a transformação das relações de produção, a fim de organizar uma cultura do trabalho de novo tipo. Essa cultura nega a força de trabalho como uma mercadoria e busca desarticular a primazia do capital sobre o trabalho, “criar e fortalecer novas relações econômicas e de convivência social.” (TIRIBA, 2007, p. 87)

encontra-se em um limbo marginalizado da sociedade. Entre a exclusão social e a inclusão forçada para a mercantilização da vida social, deparamo-nos com a incapacidade do Estado democrático moderno de incluir essa população no escopo da cidadania (FONTES, 1996). O retrato é de ausência de renda (fator econômico), mas principalmente de ausência de direitos sociais (educação, saúde, habitação etc.) e de acesso à riqueza material e cultural socialmente produzida, esta sendo apropriada de forma privada pelas classes dominantes. De maneira geral, temos uma parcela da população à qual é negada permanência no projeto de sociedade capitalista, por meio do desprezo, indiferença ou inutilidade.

Quando nos deparamos com o perfil daqueles que trabalham na economia solidária, encontramos sujeitos muito simples, que vivem com rendimentos extremamente baixos¹⁹, tais recursos sendo obtidos por meio das atividades de suas organizações econômicas solidárias. Além da produção, esses sujeitos se envolvem em ações de luta organizada, reivindicando acesso a outros direitos (além do trabalho) que lhes foram negados historicamente. A grande maioria deles pertence a

[...] segmentos bastante marginalizados na sociedade: ex-detentos [sic], portadores de deficiências físicas e mentais, coletores de lixo reciclável, pessoas consideradas idosas para o mercado de trabalho, com baixa escolaridade ou limitada qualificação profissional. (SOUZA, 2011, p. 181)

Em relação ao gênero, o quadro social do movimento é composto na maioria por homens, porém, quando fazemos o recorte entre cooperativas e grupos informais, temos um dado oposto. Entre as formas de organização dos empreendimentos, as cooperativas possuem a maior proporção de homens (63,8%) e os grupos informais são os únicos com média superior de mulheres (63,2%) (SILVA; CARNEIRO, 2016, p. 24). Esses dados do relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referentes ao mapeamento de economia solidária no Brasil, apontam para o cenário da dupla jornada de trabalho que já conhecemos, cujas responsabilidades da casa e da família pesam mais nos ombros das mulheres, que acabam tendo de assumir dinâmicas mais flexibilizadas e menos formais.

Para além disso, há pouco material disponível que trata da origem histórica desses sujeitos em termos de classes sociais. Esse fato nos coloca o esforço de

¹⁹ Em artigo, Souza (2011) aponta que dos 12.965 empreendimentos que informaram o valor da remuneração dos sócios em um levantamento público, 68% deles “geravam renda individual mensal de até 1 salário mínimo nacional” (p. 181), na época (2007) o valor era de 380,00 reais.

buscar essa origem em outros referenciais teóricos, como, por exemplo, em Florestan Fernandes (2008), que trabalha com a categoria de despossuídos. Outros autores distribuem tais sujeitos em diversas nomenclaturas, como povo, pobres, operariado etc.

No que se refere à contribuição analítica de Fernandes (2008), a massa de despossuídos seria um “setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo” (p. 68), coexistindo com as demais classes²⁰ e marginalizada devido à opressão sistemática, à omissão generalizada e à sua própria anomia (p. 43).

Por conseguinte, o cenário de dependência impõe, segundo Kowarick (1977), regras na articulação do capital e do trabalho. Dessa forma, o capital estrangeiro chega com suas filiais nos países periféricos, segmenta a produção segundo a lógica da divisão internacional do trabalho e nenhuma tecnologia se desenvolve internamente, muito menos o excedente é internalizado ao circuito de reprodução do capital. Nesse contexto, acontece o processo de marginalização, pois, além de a população autóctone ou escravizada ter sido subjugada e não inserida democraticamente no escopo dos direitos básicos, é negada a inserção de grande parte dessa massa nas estruturas produtivas. Por consequência, a massa de despossuídos não é absorvida pelo capital, podendo ser categorizada como marginal.

A expansão da economia latino-americana é marcada pela problemática da marginalidade urbana – estimulada pela estagnação do setor agrário que expulsa mão de obra para as cidades –, em pequena escala absorvida pelos empregos formais. Apesar do caráter novo que a marginalidade assume como categoria de classificação daqueles não inseridos no sistema tradicional de produção, ela vem se compondo desde os primeiros traços de dependência latino-americana (KOWARICK, 1977, p. 79), ou seja, com a colonização.

Ainda assim, não existe um termo consensual de cunho crítico para nomear os grupos sociais que não estão inseridos no mercado formal ou aqueles desnecessários à vida social, isto é, já submetidos a um descarte e abandono, não mais necessários serem incluídos forçadamente. Nesse sentido, Fontes (1996) reitera que a exclusão

²⁰ Temos as “privilegiadas” classes altas (ou dominantes, cabendo uma classificação mais refinada e complexa, mas que não trataremos) ou minimamente integradas ao sistema - não necessariamente contam “com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe” (FERNANDES, 2008, p. 68).

do mercado e o aumento das desigualdades vêm produzindo os chamados “os sem alguma coisa”: sem terra, sem teto etc. Em relação aos sujeitos que compõem a base do movimento da economia solidária, seriam os sem renda, marcados principalmente pelo cenário de desemprego e pela precarização das relações de trabalho.

No Brasil e no mundo, as populações marginalizadas estariam sendo excluídas, cada qual com suas características a serem segregadas na sociedade, por externalização, por indiferença ou por extermínio²¹. Assim como este trabalho busca entender as características e os motivos pelos quais grupos excluídos existem (em especial os que compõem a base da economia solidária), demais estudos no campo das ciências sociais têm como objeto essa caracterização. No entanto, tais informações perdem sentido social, dado que a existência desses sujeitos é quase desconsiderada pelo restante da população que não compartilha desse status. Fontes (1996) declara: “sabe-se dos locais onde habitam e dos problemas que enfrentam, mas, desde que suas manifestações permaneçam virtuais, desde que não existam de fato para aquela sociedade, caem num tipo de subexistência brumosa.” (p. 21)

1.2 DELIMITAÇÃO DO OBJETO: O QUE É A ECONOMIA SOLIDÁRIA?

O contexto em que germina a ideia de economia solidária está estritamente ligado aos fatores discutidos no segundo capítulo deste trabalho. Originária da América Latina, a economia solidária começa primeiramente a ser adotada como conceito na década de 1990, explicando as formas organizativas de práticas laborais de movimentos sociais e organizações populares de trabalhadores. Essas práticas centralizaram-se em grupos autogestionários de trabalho associativo que começaram a se constituir em resposta às dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal e/ou como enfrentamento às condições de penúria social. (SILVA, 2018)

Suas bases se relacionam com variações conceituais e discussões sobre possibilidades de constituir outra economia que não a vigente. O desenvolvimento de grupos de trabalho associado despertou interesses em estudiosos que partiram para a análise de algumas práticas coletivas, colocando a questão econômica e as relações de trabalho em evidência. Intelectuais contribuíram com análises e apoio ao movimento de trabalhadores cooperados, cada qual esboçaram teses que

²¹ Fontes (1996) identifica e explica cada uma dessas exclusões. Ver páginas 17 e 18.

fundamentam e direcionam a economia solidária. São a economia social, economia popular e economia do trabalho.²²

A economia popular, segundo Razeto (1993), pode ser considerada um fenômeno latino-americano que resulta das transformações da estrutura socioeconômica, sendo diretamente ligada ao mercado formal de trabalho e tendo relação com a “evolução do capitalismo subdesenvolvido” (p. 35). Caracteriza-se como formas de subsistência e estratégias para angariar fundos para a sobrevivência familiar dos envolvidos, referindo-se a realidades distintas de sujeitos e histórias de vida provenientes das classes populares. As experiências de economia popular são respostas à incapacidade dos mercados de absorver a força de trabalho e do Estado de promover políticas sociais essenciais que satisfaçam as necessidades econômicas dos trabalhadores. As atividades e iniciativas dos setores marginalizados são diferentes entre si e um tipo específico resulta na economia solidária. Elas foram classificadas e descritas por Razeto da seguinte forma:

1. *Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios.* Referimo-nos, concretamente, à pequena oficina de costura e confecção de roupas, à padaria, ou pequena confeitaria, à fabricação de artigos de couro, madeira, cerâmica, vime e outras fibras, ao artesanato em oficinas de serralha e ornamentação, às lojas de bairro, aos café e bares que vendem comida e bebida etc. e, em geral, aos diferentes tipos de produção ou venda, cujo local de funcionamento é habitualmente a própria residência ou um lugar próximo à residência do proprietário, que é quem dirige e administra, normalmente com a colaboração de outros membros da família.
2. *Organizações econômicas populares,* isto é, o caminho que seguem aqueles que se organizam em pequenos grupos para buscar em conjunto e solidariamente a forma de encarar seus problemas econômicos sociais e culturais mais imediatos.
3. *Iniciativas individuais não estabelecidas e informais,* tais como o pequeno comércio ambulante, serviços domésticos (jardinagem, pintura, limpeza e colocação de telhas etc.), entregadores com locomoção própria, catadores e vendedores de sucata e entulho (“mercado de pulgas”), guardadores de automóveis e auxiliares das mais variadas funções operam no que podemos considerar como “interstícios de mercado”, ou seja, na provisão e prestação de bens e serviços que o mercado formal não cobre, mas que respondem a necessidades (reais ou artificiais) das pessoas; às vezes, estão relacionados com empresas formais e, inclusive, grandes, para as quais cumprem funções auxiliares que as próprias empresas procuram realizar sem o correto cumprimento das formas previstas e tributárias.
4. *Atividades ilegais e com pequenos delitos.* Neste item incluímos todas aquelas iniciativas que se realizam à margem da lei e das normas culturais socialmente aceitas, através das quais numerosas pessoas, crescentemente, nas zonas metropolitanas e densamente povoadas da

²² Podemos citar também a economia feminista, moral, plural, da família, da dádiva e outras. Para aprofundar, entrar em contato com o Dicionário Internacional da Outra Economia (CATTANI et al., 2009).

América Latina, buscam obter recursos ilícitos. Inserimos aqui a delinquência de rua, a prostituição, o pequeno ponto de venda de drogas e tantos outros. 5. *Soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada*, que vão desde subsídios oficiais para indigentes até a mendicância de rua, passando pela participação em diferentes sistemas organizados de beneficência e prestação de serviços orientados a setores de extrema pobreza. (RAZETO, 1993, p.36-37, grifo do autor)

A economia social surge na modernidade e se expressa na necessidade humana de se associar livremente e com igualdade de condições. O projeto histórico que organiza as motivações de trabalho por meio da solidariedade e coletividade inicia-se na primeira metade do século XIX com as experiências de associativismo operário e camponês, inspiradas em correntes de pensamento como a dos socialistas utópicos Owen, Fourier, Saint-Simon. Foi principalmente Owen quem contribuiu teoricamente para o cooperativismo e com sua aplicação e prosseguimento, aplicando seus pensamentos e oferecendo condições adequadas aos funcionários e às suas famílias na indústria de New Lanark, a qual dirigia, e formar “as Aldeias de Cooperação, nas quais todos trabalhariam de forma igual e viveriam da divisão do produto”, como uma “uma forma de superar a falta de vagas de trabalho” (CASTRO, 2009, p. 93).

O movimento cooperativista está estritamente ligado a essa corrente de pensamento e passa a reunir forças a partir do século XIX, mostrando-se uma alternativa de organização e luta contra os princípios liberais de mercado e propondo mudanças nas relações entre capital e trabalho. Visualizava-se uma “nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social” (Singer, 2002, p. 115) e, portanto, um projeto de superação do modo de produção vigente. Nesse mesmo século, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional, em 1895. (LIMA, 2009)

Assim, a economia social pode ser vista, segundo Coraggio, como uma “transição da economia mista a uma economia do trabalho” (CATTANI et al., 2009, p. 124), pois a primeira se articula (no seu interior) com a economia do capital e da economia popular, enquanto a segunda busca a criação de bens coletivos por meio do trabalho comunitário. Em resumo, a centralidade dessa economia está nas “formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida” (CORAGGIO, 2009, p. 120), prevalecendo como critério de eficiência “a qualidade da vida, a realização efetiva do potencial das pessoas interligadas por relações de solidariedade, com justiça e paz.” (p. 122)

No entanto, Corragio (2003) entende que essa economia tem por base as unidades domésticas e suas extensões, e não empresas. Segundo o autor, a reprodução ampliada da vida só é possível a partir da efetivação do que se pode chamar de sistema, no qual “todos garantam, com seus comportamentos de massa e seus projetos coletivos, as condições gerais de vida humana” (p. 36). Assim, adiciona-se um elemento orgânico ao sistema: a solidariedade entre todos.

Dessa maneira, alguns trabalhos já se debruçaram especificamente sobre as origens e teorias que conformam a economia solidária como um fenômeno alternativo para a transformação social (CASTRO, 2009). No entanto, percebemos o quanto as propostas e práticas de “outra economia” acabam sendo absorvidas nas experiências também chamadas de solidárias. Muito da economia social, da economia do trabalho e da economia popular se encontra na economia solidária e, por vezes, também em produções no campo dos movimentos sociais, como em cartilhas e espaços organizados por eles, encontramos as expressões “economia popular e solidária”, “economia social solidária” e outras variações.

1.2.1 A Economia Solidária no Brasil

Para definirmos economia solidária, referir-nos-emos às contribuições de Paul Singer, mentor intelectual e propagandista de uma proposta socialmente referenciada e que se encontra, ainda hoje, mesmo depois de sua morte, resistente às intempéries da conjuntura político-econômica brasileira. Para Singer, essa economia seria um modo de produção, distribuição de bens e serviços e uma “criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2000, p. 13). Portanto, condena as regras do capital na empresa de trabalhadores, isto é, o direito sobre a propriedade privada e os meios de produção –que resulta na obediência aos donos desses meios, na apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo e no contrato salarial que esconde a exploração da força de trabalho.

O autor explica que a economia solidária é um projeto que resulta historicamente da organização secular de homens e mulheres vítimas da crescente desigualdade estrutural capitalista. Manifestamente, Singer aponta que progressos, conquistas e práticas exitosas dos trabalhadores, como a economia solidária, acabam sendo, muitas vezes, incorporados e reproduzidos pelas instituições burguesas para

fins de bem-estar social ou para aumentar a acumulação do capital – visando ao progresso técnico desenvolvido pelos trabalhadores.

As práticas econômicas solidárias, por sua vez, procuram limitar as arbitrariedades que o capital tenta praticar contra a classe trabalhadora. A economia solidária nasce e é parte integrante da formação social capitalista, mas aponta substancialmente para um horizonte diferente daquele proposto por essa (SINGER, 2001; GADOTTI, 2009). Tendo como única fonte de geração de renda a capacidade de venda da força de trabalho ou meios individuais limitados de produção (que geram ínfima produtividade), o trabalhador não consegue concorrer com grandes empresas, muito menos se alavancar como empreendedor de sucesso sem jogar segundo as regras da competição capitalista. Relembremos, por exemplo, as atividades que configuram a ocupação dos trabalhadores da economia popular categorizadas por Razeto (1993), conforme discutido anteriormente: em sua maioria, produzem itens com baixo valor agregado, estão vinculadas ao setor de serviços e/ou geram pouco rendimento.

Parte marginalizada da classe trabalhadora (os empobrecidos, excluídos e desempregados) constitui a base da economia solidária e se organiza “como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas” (SINGER, 2000, p. 14). Assim, Singer (2000) aponta que os princípios que regem a economia solidária estão em similitude com os anseios da classe trabalhadora e que existe grande solidariedade entre os ocupantes das camadas mais empobrecidas, observando-se que, para a sua sobrevivência, necessitam de amparo e ajuda. No entanto, o autor exemplifica como a ideologia dominante forma trabalhadores individualistas e pouco solidários: “A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe são ‘estranhas’. E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.” (SINGER, 2000, p. 15)

Gadotti (2009) elenca os princípios que regem a economia solidária: solidariedade, sustentabilidade, inclusão social, emancipação, liberdade de livre associação e propriedade coletiva ou associada. Já o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), sobre o qual trataremos mais à frente, aponta princípios gerais que

regem o trabalho vinculado à economia solidária e complementa com os princípios levantados por Gadotti:

1. a valorização social do trabalho humano,
2. a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
3. o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
4. a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. (FBES, 2003)

Nesse sentido, Gaiger (2013) nos leva a entender como esses princípios direcionam práticas na economia solidária, promovendo qualidades ao trabalho autogestionário, como o

envolvimento cotidiano de seus membros, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade [...], a solidariedade estimula sistemas mais amplos de reciprocidade, nos quais as vivências concretas de gestão do bem comum conferem um novo valor às noções de justiça e de interesse público [...], novos sujeitos no mundo do trabalho, nas estratégias de classe e nas lutas da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa (GAIGER, 2013, p. 211)

As relações moldadas ao longo das experiências cotidianas dos grupos econômicos solidários foram sendo sistematizadas e aos poucos analisadas como possibilidades concretas de reação às carências primárias dos trabalhadores. Não obstante, ao longo da história da formação social brasileira, as estratégias do povo para resolver os problemas de subsistência e da vida em geral apontaram para diferentes práticas e formas de trabalho associado e solidário (ALVES; TIRIBA, 2018). Algumas cartilhas de sistematização e formação estampam em caixa alta que “A economia solidária já acontece...”

Essas estratégias podem ser classificadas, segundo o MTE (2007a), como empreendimento econômico solidário, organização econômica solidária, organização econômica popular ou grupo econômico solidário, dividindo-se em:

1. Cooperativas, associações e grupos informais no campo ou cidades de produção, serviços, consumo, comercialização e crédito;
2. Cooperativas ou associações de agricultores familiares;
3. Fundos solidários e rotativos de crédito (legais ou informais, com ou sem uso de moeda com lastro social e comunitária);
4. Empresas em processo falimentar recuperadas;

5. Redes e articulações de produção, comercialização, consumo e compras conscientes;
6. Lojas de comércio justo;
7. Clubes e grupos de trocas (com ou sem moeda social e comunitária);
8. Agências de turismo solidário;
9. Redes de empreendimentos solidários ou cadeia de produção (com ou sem recorte específico, como saúde mental, feminista, regional etc.);
10. Cooperativas ou associações de coletores de materiais recicláveis (catadores).

Com princípios ético-políticos antagônicos aos da empresa capitalista, o modo de produção de vida desses empreendimentos se manifesta na cooperação. a fim de garantir que todos os trabalhadores envolvidos consigam suas retiradas conforme a receita obtida por todos. Em acordos coletivos, decidem se as retiradas serão iguais ou diferenciadas, atentando-se para que não haja grandes distâncias entre a maior e menor remuneração e que ela assegure a subsistência mínima dos associados. Busca-se guardar as “sobras” (lucros) a fim de reinvestir em tecnologia social para melhoria e produtividade do empreendimento, e como seguro para futuros imprevistos da empresa solidária. (SINGER, 2001; 2002)

No quadro de impasses vividos pelos trabalhadores da economia solidária, existe a grande dificuldade de os empreendimentos expandirem a produção, pois eles muitas vezes não conseguem competir no mercado com as empresas capitalistas. Assim, as retiradas e sobras, que poderiam melhorar a remuneração dos associados e serem reinvestidas para aumentar a produtividade, acabam sendo poucas. Singer explica que, quando as organizações econômicas solidárias nascem, iniciam suas atividades quase sem nenhum capital e, por isso, estão mais vulneráveis e propensas a desaparecer. No entanto:

Sua maior debilidade não é a falta de capital mas o seu tamanho reduzido, que não permite uma divisão técnica do trabalho, ponto de partida para ganhos de produtividade e geração de sobras que possam ser reinvestidas. Elas em geral são pequenas demais para poder crescer. As exigências da produção em escala se impõem a elas tanto quanto às empresas capitalistas. A primeira dessas exigências é que a empresa empregue um número suficiente de pessoas para que seja possível dividir o trabalho em tarefas distintas e especializar algumas no gerenciamento da produção, de vendas, financeiro etc. (SINGER, 2001, p. 108-109)

São muitas debilidades que afetam o crescimento dos empreendimentos, algumas delas afastando ou desmotivando parte dos trabalhadores pela baixa retirada no balanço mensal. Além disso, muitas dessas atividades solidárias apresentam precariedades no comparativo com as empresas formais capitalistas que asseguram minimamente direitos trabalhistas.

Souza (2011) aponta que “grande parte dos empreendimentos econômicos solidários ainda é marcada pela dependência de apoio e de recursos externos, provenientes de órgãos públicos, ONGs, entidades sindicais e eclesiais.” (p. 179) Essa expressa dependência tem ligação com as instituições envolvidas no impulsionamento da economia solidária no Brasil. Podemos citar o grande envolvimento da pastoral social da Igreja Católica, das universidades e sindicatos.

A corrente politizada da Igreja Católica (Teologia da Libertação) se relaciona intensamente com a economia solidária, impulsionando atividades econômicas de cunho associativo como amparo ao desemprego (LEVY, 2009) e possibilidade de reintegração cidadã ao mundo dos direitos. Em outubro de 2001, a Cáritas (SILVA, 2001), organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), faz uso do espaço de seus cadernos para tratar do tema da *Economia Solidária Popular*, apresentando sua preocupação desde a década de 1980 em criar instrumentos junto aos excluídos, de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas. Em resumo, os primeiros projetos promovidos pela Cáritas surgiram em Santa Maria e Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, a partir de 1983.

A igreja, com os clubes de mães e as pastorais sociais, foi incorporando ações e táticas, como os fundos rotativos solidários e se articulando com outras instituições (universidades, movimentos sociais, órgãos do governo, ONGs e sindicatos), para o desenvolvimento e apoio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) e para que fosse possível, segundo o organismo, construir “um novo desenvolvimento sustentável e solidário” (SILVA, 2001, p. 17). A Cáritas dava apoio político, pedagógico e formativo aos projetos, fomentando, principalmente, a prática da solidariedade entre os trabalhadores empobrecidos.

Outra importante entidade para a consolidação da economia solidária como política pública no Brasil foi a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em dezembro de 1999, nas vésperas do lançamento da associação União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL Cooperativas), o grupo de trabalho de economia solidária da CUT publicou um caderno de debates (CUT, 1999) que se

propunha a refletir sobre o sindicalismo e a economia solidária. Nesse documento, a criação de uma Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) era uma pretensão expressa para o desenvolvimento de um projeto estratégico. Objetivava-se acompanhar de forma criativa as transformações do mercado de trabalho e as demandas econômicas que modificavam intensamente o perfil da classe trabalhadora e das relações de trabalho. O caderno sistematiza debates sobre economia solidária realizados em seminários regionais e um nacional, em 1999, apontando um projeto do sindicalismo brasileiro para a pauta. Foram expostas reflexões em torno das mudanças do cooperativismo no mundo, suas categorias e a aparição conjuntural das falsas cooperativas.

As possibilidades de garantir propositalmente saídas aos trabalhadores já era uma questão trabalhada no seio do sindicalismo brasileiro em uma década em que se aprofundou a retirada de conquistas de direitos trabalhistas. Desde então, a CUT vinha propondo intervenções “nas políticas públicas, nas políticas industriais e setoriais e nas mudanças conduzidas nas fábricas” (ODA, 2000, p. 94). Não somente, percebe-se nos apontamentos do Grupo de Trabalho sobre economia solidária da central que as oportunidades de trabalho deveriam ser pauta principal nas discussões objetivas dos sindicatos, não importando as formas de gestão ou de contrato que oportunizariam renda aos trabalhadores. Dessa forma, a CUT, além de representar os trabalhadores assalariados, viu a necessidade de apontar estratégias àqueles afetados pela crise econômica e pelo desemprego, expressando em texto a busca pela geração de novas oportunidades de trabalho e alternativas de desenvolvimento sustentável e social.

O debate foi impulsionado com a criação da ADS e da UNISOL Cooperativas (restrita ao estado de São Paulo), cujo objetivo era proporcionar suporte técnico, administrativo e formativo aos trabalhadores da economia solidária. Desejava-se também uma entidade de representação que pudesse ter “unidade de ação, visando ao seu fortalecimento bem como o desenvolvimento socioeconômico de seus membros” (ODA, 2000, p. 102). A proposta da UNISOL Cooperativas se consolida ao dar um novo significado político e econômico ao cooperativismo, contrapondo-se a outra entidade representativa tradicional de grandes cooperativas do setor agroindustrial e comercial voltada à eficiência econômica, a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (SOUZA, 2011).

Essa consolidação fez surgir a proposta de nacionalização da UNISOL Cooperativas, considerado o número crescente de novas cooperativas e associações com o caráter solidário por todos os estados do Brasil. Com alcance nacional, a UNISOL Brasil foi criada para potencializar as parcerias, a busca por crédito e o fomento de políticas públicas em torno da pauta da economia solidária. As iniciativas dos trabalhadores careciam de uma representação e de assessoramento técnico para crescer com justa remuneração do trabalho e de seus produtos.

A UNISOL Brasil, com sede em São Bernardo do Campo (São Paulo), representa 800 filiados dos 27 estados, contemplando setores da metalurgia/polímeros, alimentação, construção civil/habitação, confecção e têxtil, cooperativas sociais, reciclagem, artesanato, agricultura familiar, apicultura e fruticultura. Os empreendimentos precisam ter como base da sua atuação a autogestão democrática, participação de todos os membros filiados, deixando em evidência a transparência financeira e administrativa. A central aponta que considera empreendimento solidário os grupos que apresentam as seguintes características:

- 1 Reunião de trabalhadores ou populações carentes em busca da geração de trabalho e renda, com dignidade;
- 2 Organização por meio de iniciativas coletivas, cuja estrutura jurídica se dá, prioritariamente, por meio de cooperativas ou associações, sendo admitidas, extraordinariamente, outras modalidades de pessoas jurídicas, desde que atendam aos princípios da autogestão e estejam inseridas em um processo de desenvolvimento sustentável e solidário, bem como observem, rigorosamente, os termos do Estatuto Social e justifiquem a escolha;
- 3 Realização de reuniões ou assembleias, periódicas e frequentes, ao menos uma a cada 60 dias, nas quais deverão ser apresentados, dentre outros assuntos, a prestação de contas da entidade, contando-se com a participação obrigatória dos seus associados a fim de assegurar, efetivamente, a real participação de todos nos destinos do empreendimento;
- 4 Distribuição equitativa dos ganhos do empreendimento, impondo-se limites razoáveis e justificáveis às diferenças entre os menores e maiores rendimentos de cada qual dos seus integrantes;
- 5 Visão de longo prazo para o empreendimento, de tal maneira a gerar iniciativas viáveis, econômica e socialmente, não apenas para as atuais, mas também para as futuras gerações;
- 6 Preocupação permanente com o meio ambiente em geral e com a melhoria contínua das condições de trabalho;
- 7 Investimento permanente em educação e formação de seus integrantes e, quando possível, dos familiares destes;
- 8 Envolvimento dos familiares e da comunidade próxima com o empreendimento, de forma a gerar também a transformação cultural, econômica e social da realidade regional;
- 9 Apoio vigoroso a outras iniciativas que venham a necessitar de auxílio, de maneira a consolidar, na prática, uma rede de solidariedade entre os empreendimentos. (UNISOL, 2019b)

Esses são elementos primordiais distanciam as organizações filiadas à UNISOL das falsas cooperativas e empreendimentos que visam somente ao lucro. A central deixa evidente a luta por ampliação organizada da economia solidária, para que seja possível evitar a ausência de direitos. Dessa forma, posiciona-se contra a precarização do trabalho que as falsas organizações conferem, entendendo que são utilizadas “como vantagem competitiva, como vem ocorrendo atualmente, seja por patrões criminosos ou por trabalhadores que se auto exploram e assim inviabilizam o trabalho formal dos trabalhadores com carteira.” (UNISOL, 2019c)

As assessorias técnicas da UNISOL Brasil potencializam elementos característicos dos empreendimentos e das cooperativas: na medida em que ocorrem palestras, seminários, formações e direcionamentos político-pedagógicos, a central incentiva processos educativos para o próprio movimento e para a comunidade envolvida com as organizações (educação comunitária).

Outro conjunto de instituições que compõe o campo da economia solidária, impulsiona o seu movimento e a articulação entre a pesquisa e prática é formado pelas incubadoras universitárias. Em sua maioria, elas são formadas pelo quadro docente, discente e técnicos das universidades públicas. Suas atividades visam a incubar grupos comunitários de produção coletiva e cooperativas, dando apoio tecnológico, mercadológico, financeiro, jurídico e mercadológico como forma de a universidade “assumir papel ativo no combate à pobreza e a exclusão social” (SINGER, 2000, p. 123).

A década de 1990 foi um período em que várias incubadoras universitárias foram criadas: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UFRJ, em 1995; a ITCP da Federal do Ceará, em 1997; e 1999 muitas outras universidades estavam colocando em prática a incubação: Universidade de São Paulo, Federal de Juiz de Fora, Estadual da Bahia, Federal Rural de Pernambuco, Federal do Paraná, Fundação Santo André, Federal de São João Del Rey, Universidade Regional de Blumenau (SANTOS; CRUZ, 2008). Essa efervescência no âmbito da organização e da formação de empreendimentos econômicos solidários possibilitou articulações entre universidades, sindicalistas e cooperados, que estrategicamente formaram a Rede de Incubadoras Universitárias de Cooperativas (REDE ITCP) no fim de 1998. Atualmente, a rede é formada por 42 incubadoras, muitas delas vinculadas aos programas de extensão universitária.

No ano de 1999,²³

[...] a REDE DE ITCPs foi convidada – e ela aceitou o convite – a fazer de parte de uma rede mais ampla, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (REDE UNITRABALHO), constituindo-se como seu “PROGRAMA NACIONAL DE INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS POPULARES – REDE DE ITCPs”.

A formação da REDE e seu ingresso na UNITRABALHO foram decisivos para a difusão da proposta das ITCPs. A UNITRABALHO era uma rede formada por pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, que se articulavam por núcleos por universidade. (VECHIA et al., 2011, p. 122)

Desse mesmo caráter, em algumas cidades brasileiras foram criadas as incubadoras públicas de empreendimentos populares e solidários, promovidas como política pública por órgãos municipais ou estaduais. Até 2003, as experiências de economia solidária enquanto política pública só haviam sido implementadas sob a administração de governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (NAGEM; SILVA, 2013). Iniciativas do ponto de vista da gestão pública expressam o compromisso com a geração de trabalho e renda, com perspectiva de inserção ou reinserção de sujeitos marginalizados no mercado de trabalho. Para que seja possível a política pública acontecer, necessita-se da articulação de forças para aprovar “legislação específica; regulação de fundos estáveis para financiamento das políticas”, programas e “mecanismos para a participação e controle social, até a criação de espaços que possam ser referência para a população.” (CAZZUNI et al., 2008, p. 63) A implementação de incubadoras e centros públicos de economia popular e solidária também fez parte de uma estratégia nacional da Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), na qual, de 2003 a 2016, o professor Paul Singer tomava a frente como Secretário.

Essa secretaria foi criada por meio da Lei n. 10.683 e do Decreto n. 4.764, no bojo das reformas ministeriais do Estado brasileiro implementadas no primeiro governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No intuito de promover ações direcionadas à população mais excluídas das políticas sociais, várias pastas do governo foram implementadas, sendo integrados os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar (MESA), o Ministério da Assistência Social (MAS) e o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). Para combater

²³ Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (Rede Unitrabalho).

a desigualdade social, a extrema pobreza e a fome, foram criadas, de forma articulada e planejada, “possibilidades de assegurar o acesso à alimentação, a expansão da produção e consumo de alimentos saudáveis, a geração de ocupação e renda, a melhoria na escolarização, na performance nos indicadores de saúde” (ARANHA, 2010, p. 80). A Figura 1 ilustra como a economia solidária estava articulada com outras ações do Programa Fome Zero do governo federal, lançado junto à instalação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA).

Figura 1- Ações integradas do Fome Zero, enquadradas em quatro eixos articuladores



Fonte: ARANHA, 2010, p. 82.

Em 2004, a SENAES passou a contar com orçamento próprio, podendo colocar em prática seu Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (PESD) com suporte do Plano Plurianual²⁴ (PPA) 2004-2007. A partir da análise do programa, Nagem (2011) identifica eixos de ação traçados, dividindo-os em:

[...] a) fomento e assistência técnica a EES [*empreendimentos econômicos solidários*] e redes de cooperação de ES [*economia solidária*]; b) promoção do desenvolvimento local e da ES; c) fomento a finanças solidárias; d)

²⁴ Segundo o sítio do governo federal, “o PPA é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.”

formação de formadores (as), educadores (as) e gestores públicos em ES; e) organização da comercialização dos produtos e serviços de EES; f) estímulo à institucionalização de políticas públicas de ES; g) cadastro de empreendimentos, entidades de apoio e políticas públicas governamentais de ES; h) recuperação de empresas; i) desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à ES; j) fomento às incubadoras de EES e l) elaboração do marco jurídico da ES. (NAGEM, 2011, p.49, grifo nosso)

Em relação ao eixo de formação de formadores (as), educadores (as) e gestores públicos em ES, a autora também faz referência às intervenções que estiveram ancoradas ao PESD, como o Programa de Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária e Educação no Campo (em parceria com o Ministério da Educação – MEC e os Centros de Formação em Economia Solidária). Em relação ao primeiro, o governo buscava articular a política pública de economia solidária com aquelas relativas à elevação da escolaridade, alfabetização, qualificação profissional e a educação de jovens e adultos.

Já no tocante aos Centros de Formação em Economia Solidária (CEFES), resultado da construção de políticas na área de formação em economia solidária, objetivou-se formar os sujeitos que atuavam diretamente com os empreendimentos econômicos solidários e os trabalhadores da base de sustentação desse movimento. Além de desenvolvimento de metodologias próprias para a formação em economia solidária, buscaram-se também formas de sensibilização e disseminação das ideias dessa nova economia.

A consolidação das políticas em economia solidária foi fruto de reivindicações de movimentações que nasceram, como vimos até aqui, muito antes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva e dos demais governos posteriores. A defesa do trabalho autogestionário como alternativa ao desemprego e acesso à renda era/é pauta de diversas organizações, como a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag), a CUT, alguns organismos ligados à Igreja Católica e outros grupos sociais que também absorveram os princípios, reivindicações e o “termo economia solidária em suas bandeiras de luta, como no caso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).” (NEGEM; SILVA, 2013, p. 164)

Essas organizações estavam presentes no II Fórum Social Mundial (II FSM), que aconteceu em Porto Alegre (RS) no ano de 2001. Entre a vasta programação que

acolheu 16 mil pessoas de mais de 117 países, uma das oficinas teve o nome de *Economia Popular Solidária e Autogestão*. Desse momento que tratou das políticas públicas e perspectivas da autogestão e auto-organização dos trabalhadores para a geração de renda, criou-se um Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária. Esse grupo, constituído principalmente por entidades de assessoria, de fomento e gestores públicos, foi responsável por articular em dimensão nacional o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Já no final de 2002, na capital paulista, o grupo de trabalho elabora e aprova na I Plenária Brasileira de Economia Solidária uma carta contendo reivindicações ao novo presidente da república eleito. Nesse documento, intitulado *Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento*, foram apresentadas as diretrizes gerais da Economia Solidária e a necessidade de criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária. (FBES, 2019)

Depois de dois anos de consolidação da secretaria, foi construído um banco de dados abrangente sobre a economia solidária no Brasil, intitulado de Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), importante esforço para o movimento e o governo tomarem ciência do panorama nacional dos empreendimentos. O mapeamento nacional foi realizado por um grupo de trabalho composto por pesquisadores e estudiosos da SENAES, do IPEA, da Universidade Católica de Salvador, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) e de entidades que compunham o FBES, como a ADS da CUT, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho (Rede Unitrabalho) e a Rede de ITCPs. (MTE/SENAES, 2007a). O primeiro mapeamento registrou informações de 21.859 empreendimentos em todas as regiões brasileiras e o segundo foi realizado entre 2010 e 2013, entrevistando o total de 19.708 empreendimentos novos. (SILVA; CARNEIRO, 2014)

No conjunto de movimentações que compuseram esse campo de luta por políticas públicas de trabalho e geração de renda, somaram forças na construção da economia solidária outras organizações e movimentos com pautas identitárias e específicas, como Rede de Economia Solidária e Feminista – RESF (Figura 2), a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária (Figura 3), a Rede de articulações de Juventudes e Economia Solidária – JUVESOL (Figura 4) e outras mobilizações específicas, como a divulgação do I Encontro Indígena da Economia Solidária do Sul da Bahia (Figura 5).

Figura 2 - Símbolo da Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF)



Fonte: RESF Nacional, 2019.

Figura 3 - Símbolo da Rede de Saúde Mental e Economia Solidária



Fonte: Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, 2016.

Figura 4 - Símbolo da Rede Juventudes e Economia Solidária



Fonte: JUVESOL, 2019.

Figura 5 - Divulgação do I Encontro Indígena da Economia Solidária do Sul da Bahia



Fonte: Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado da Bahia, 2019.

2 EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM CAMPO ABERTO PARA ENTENDER SUAS RELAÇÕES E CONTRADIÇÕES

Este capítulo está dividido em duas partes: primeiramente, visando contextualizar este trabalho em meio ao campo de pesquisa que vem crescendo no Brasil, apresentamos brevemente o estado da produção acadêmica de alguns encontros científicos cujo tema principal é a economia solidária; em seguida, começamos a apresentar a relação possível do debate teórico do campo educacional com a economia solidária.

2.1 AS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A busca por fontes, material teórico e metodológico, apontou para a necessidade de conhecermos melhor o campo de pesquisa em economia solidária no Brasil. Considerando a carência de trabalhos atuais sobre o tema educação e economia solidária que pudessem nos orientar, assim apresentamos o que foi encontrado nessa busca.

Recentemente, Silva (2018) apresentou as abordagens metodológicas e as dimensões analíticas de pesquisas sobre a economia solidária e a interlocução com outros assuntos. Das poucas revistas acadêmicas com mais de cinco publicações que abordavam a economia solidária de 2001 a 2015 (quatro no total), poucos artigos tratavam da relação com a educação.

Ao realizarmos pesquisa no banco de teses e dissertações da Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foi possível constatar que poucos programas de pós-graduação em educação, no período entre 2013 e 2018, depositaram trabalhos sobre economia solidária e educação. Chegamos ao total de 16 trabalhos, sendo 10 dissertações e seis teses.

É importante ressaltar que estamos tratando nesta seção do recorte analítico específico em educação, mas não podemos esquecer que, no geral, a pesquisa em economia solidária existe e vem crescendo nos últimos anos:

Enquanto no quinquênio 1996-2000 o número foi de 36 trabalhos, com uma média anual de 7,2, elevou-se para 195 no período posterior, até 2005, com uma média de 39 trabalhos anuais, e já no quinquênio 2006-2011 esse

número chegou a 404, com uma média de 80,8 por ano. Além dos trabalhos acadêmicos em universidades de todas as regiões do Brasil, há também autarquias e agências de fomento que realizam ou financiam estudos sobre o tema, tais como o Ipea e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). (SILVA, 2018, p. 17)

Gaiger (2012) nos mostra que, em 2012, 7.256 pesquisadores evidenciaram no sistema de currículos acadêmicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculação com o tema. Com esse quadro, era natural que viesse a surgir uma associação específica de pesquisadores. Sete anos antes da publicação do artigo de Gaiger, em 2012, no qual consta um número expressivo de estudiosos, já tinha sido fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), em São Paulo. Dessa articulação foram organizados alguns encontros, como o II Encontro Nacional de Pesquisa sobre Economia Solidária (ENPES)²⁵, o I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária (CONPES, com a chamada Desafios globais do trabalho com mediação solidária), e o II CONPES (abordando o tema Solidariedade em trabalho, relações de gênero e preservação ambiental).

Analizamos o conjunto de trabalhos aceitos nos três encontros acadêmicos para termos ideia da quantidade de estudos com recorte principal em educação. A busca filtrada teve como referência as seguintes palavras e suas variações: pedagógico, educativo, ensino e formação.

O II ENPES ocorreu em São Paulo, em setembro de 2012, e teve o total de 48 trabalhos aceitos, divididos em cinco GTs, a saber: GT1 - Coleta seletiva e relações de gênero; GT2 - Sociedade civil e políticas públicas; GT3 - Desafios da autogestão; GT4 - Processos educativos, saúde e desenvolvimento; GT5 - Agricultura, pesca, extrativismo e sustentabilidade. Dos 11 trabalhos identificados no GT4, foram registrados seis artigos com o recorte da educação.

Já no I CONPES, realizado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), em junho de 2015, entre os oito GTs, um deles tratava especificamente dos processos educativos em economia solidária (GT1). Nesse grupo, foram apresentados 26 trabalhos e dois pôsteres sobre o tema. O II CONPES ocorreu em setembro de 2018 e foi o encontro com maior número de GTs, 13 no total. Nesse encontro, o GT1 passou a se chamar “Formação em economia solidária e extensão rural”, porém os trabalhos

²⁵ O I ENPES ocorreu na Universidade de São Paulo, em 2005, quando foi fundada a ABPES.

que trataram da relação entre economia solidária e educação estiveram espalhados nos demais 12 GTs. Contamos com um número baixo de apresentações, somente 12 em comparação com as 28 do congresso anterior. A Tabela 3 resume as informações acima.

Tabela 3 - Eventos acadêmicos com recorte específico na pesquisa em Economia Solidária

Encontro	GTs	Nº total de trabalhos	Nº de trabalhos com tema da educação
II ENPES	GT1 - Coleta seletiva e relações de gênero; GT2 - Sociedade civil e políticas públicas; GT3 - Desafios da autogestão; GT4 - Processos educativos, saúde e desenvolvimento; GT5 - Agricultura, pesca, extrativismo e sustentabilidade.	48	6
I CONPES	GT1 – Processos educativos em economia solidária; GT2 – Redes e organizações solidárias; GT3 – Relações de gênero; GT4 – Articulação de catadores e economia solidária; GT5 – Sociedade civil e políticas públicas; GT6 – Agricultura, pesca, extrativismo e solidariedade; GT7 – Inserção de pessoas em desvantagem social no trabalho por meio da economia solidária; GT8 – Desafios da autogestão.	137	28
II CONPES	GT1 - Formação em economia solidária e extensão universitária; GT2 - Redes e fábricas recuperadas; GT3 - Relações de gênero e étnico-raciais; GT4 - Articulação de catadores de resíduos e economia solidária; GT5 - Sociedade civil e políticas públicas; GT6 - Agricultura familiar, solidariedade e agroecologia; GT7 - Saúde mental, inclusão pelo trabalho e cooperativismo social; GT8 - Desafios da autogestão; GT9 - Finanças solidárias, comércio justo e responsável; GT10 - Tecnologia Social; GT11 - Produção de material didático e organizações solidárias; GT12 - Comunidades tradicionais, manejo coletivo de recursos e sustentabilidade; GT13 - Desenvolvimento territorial.	200	12

Fonte: A autora, 2019.

Em comparação com campos de pesquisa na área de educação que possuem anos de pesquisa e produção, o recorte dado à economia solidária ainda produziu números tímidos, isto é, poucos trabalhos. Por isso, esta pesquisa tem o objetivo de somar esforços na constatação da economia solidária como um lócus educativo fecundo e contribuir com mais elementos teóricos à produção existente.

2.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO: PRÁTICA EDUCATIVA E ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA NOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Partimos do pressuposto que a educação é um instrumento histórico e coletivo do processo de humanização. No entanto, essa humanização pode estar a serviço de interesses privados ou públicos (de classe) e sob objetivos distintos ao longo da história. Nesse sentido, podemos afirmar que uma escola urbana ou rural, uma fábrica e uma cooperativa também participam do processo de humanização através de suas ações cotidianas, pois estão imbuídas de ideologia colocada em exercício com suas práticas, que educam e conformam os sujeitos. Também entendemos que uma Pedagogia é uma “prática social, que oferece/impõe/propõe/indica uma direção de sentido às práticas que ocorrem na sociedade, realçando seu caráter eminentemente político.” (FRANCO, 2016, p. 537) Portanto, para compreendermos as ideias pedagógicas que orientam as práticas nos espaços humanos, não podemos deixar de lado a análise do período histórico no qual está inserido cada grupo ou instituição que nos propomos a investigar, pois, além de estarem submetidas a um projeto educativo, existem diferenças e um “*continuum* de possibilidades” (p. 538) para a formação e humanização dos sujeitos.

Saviani faz isso no seu livro *História das ideias pedagógicas no Brasil* (2013b), cujas seções abordam a predominância de várias pedagogias ao longo da história brasileira. Essas pedagogias não pairam no ar, cada capítulo necessitando de contextualização das contradições existentes na sociedade. Podemos fazer recortes temporais: Colônia, República, Ditadura Militar, Neoliberalismo. As correntes educacionais são resultado de concepções (ou tendências) distintas entre si, sendo que cada uma “expressa uma visão de homem, de sociedade, de processo histórico e do papel social da educação, a partir do qual se procura imprimir um determinado rumo ao processo educativo” (PALUDO, 2005, p. 3). As ideias pedagógicas

diagnosticadas em cada período podem travar lutas contraditórias, gerar permanências e continuidades – em um mesmo período, ideias hegemônicas podem compartilhar espaço com outras ideias que se desconstroem. As práticas que se apresentam no processo de humanização podem se concretizar à base de imposições, mas também se contrapõem, sendo fruto de reações e negações da sociabilidade imposta.

As práticas pedagógicas se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por uma dada comunidade social. Nesse sentido, elas enfrentam, em sua construção, um dilema essencial: sua representatividade e seu valor advêm de pactos sociais, de negociações e deliberações com um coletivo. Ou seja, as práticas pedagógicas se organizam e se desenvolvem por adesão, por negociação, ou, ainda, por imposição. (FRANCO, 2016, p. 541)

Desta forma, Saviani (2013b) observa que “a palavra ‘pedagogia’ e, mais particularmente, o adjetivo ‘pedagógico’ têm marcadamente ressonância metodológica denotando o modo de operar, de realizar o ato educativo.” (p. 6) Nesse sentido, Paludo (2005) pondera que

Quando se fala de prática educativa ou formativa, ou mesmo em educação, fala-se do fazer educativo. Pode ser o fazer do Estado, que se traduz nas políticas públicas para a educação, o fazer das escolas, o fazer dos movimentos sociais e assim por diante. Pedagogia não se refere ao fazer, refere-se ao pensar sobre o fazer, refere-se à teoria da educação que orienta as práticas educativas. Uma concepção de educação, portanto, faz parte da teoria da educação e diz respeito aos objetivos ou às finalidades que se tem com as práticas educativas que se realiza, com a concepção epistemológica, com a metodologia que se utiliza, com a forma de relação que se estabelece entre o educador e o educando. (PALUDO, 2005, p. 3)

Como não é o intuito fazer um debate profundo sobre a noção de pedagogia, partimos da compreensão do autor para identificarmos as possíveis pedagogias que emergem no âmbito dos empreendimentos econômicos da economia solidária, já conscientes até aqui do seu movimento histórico.

Para compreendermos as práticas educativas dos empreendimentos entrevistados nesta pesquisa, precisamos identificar as condições e características particulares dos projetos de economia solidária que implementam uma ou outra pedagogia. Para isso, foi necessário caracterizarmos a economia solidária, apresentar detalhes sobre o movimento coletivo impulsionado por uma diversidade de sujeitos sociais que se colocaram como protagonistas nesse processo:

sindicalismo cutista, intelectuais, gestores públicos, igreja, redes, associações e grupos de base produtiva.

Dessa forma, podemos verificar vertentes quanto à concepção de economia solidária gestada ao longo de décadas no movimento. Gontijo (2012) expõe de maneira evidente as diferenças de projeto entre a Economia Solidária Crítica ao Capitalismo e a Economia Solidária para a Geração de Emprego e Renda. Em sua dissertação, o autor, a partir da análise bibliográfica das variantes atuais na economia solidária, identificou as duas categorias principais e indicadores pertinentes a cada uma delas. Sobre a ideologia que as perpassam, ele caracteriza como:

(i) economia solidária para geração de emprego e renda, como forma de minimizar os problemas causados pelas políticas neoliberais que culminaram na crise do trabalho assalariado e na pouca proteção social; (ii) a economia solidária para geração de uma nova forma de produzir, crítica ao sistema produtivo capitalista e suas consequências econômicas, sociais e políticas. (GONTIJO, 2012, p. 39)

Gontijo examina os documentos oficiais emitidos pela antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), documentos do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), do Conselho Nacional de Economia Solidária, do Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e materiais utilizados em um Curso de Formação em Economia Solidária aplicado na Região Sudeste (CFES). Esse curso possuía documentos orientadores que faziam parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da SENAES. O autor os analisa e extrai as categorias e os indicadores pertinentes às duas vertentes principais de economia solidária.

Na vertente crítica ao capitalismo, são constatadas referências que compõem o corpo de materiais bibliográficos analisado pelo autor e que auxiliam a corroborar o apontamento de Gontijo (2012, p. 69) de que tal vertente da economia solidária é crítica ao modo de produção capitalista. Os indicadores dessa vertente são: a) “Autogoverno”; b) “Capacidade civil e cidadã (cidadania na dimensão política e não apenas econômica, como direito e capacidade de consumir)”; c) “Maioridade de consciência”; d) “Capacidade de avaliação do contexto em que se está inserido”; e) “Autonomia relacional”; f) “Relação entre liberdade e igualdade”; g) “Emancipação com cidadania e subjetividade”; h) “Interação pelo diálogo e intercompreensão”; i) “Desenvolvimento sustentável em várias dimensões (política, ecológica, econômica, cultural, social...)”.

Nesse mesmo formato, em relação à vertente que se dirige essencialmente para a geração de emprego e renda, constata-se as seguintes referências (GONTIJO, 2012, p. 69): a) “Capacidade de consumo”; b) “Geração de renda ‘simples’”; c) “Complementação da renda”; d) “Acesso a bens e serviços como consumidores ou clientes”; e) “Simples (diferente da emancipatória, ou seja, que apenas foca na questão econômica) alternativa ao desemprego”; f) “Inserção alternativa na economia voltada para setores mais desfavorecidos, com maior dificuldade de entrada no mercado de trabalho formal”; g) “Autonomia individual no sentido de autosuficiência do indivíduo”; h) “Desenvolvimento econômico”; i) “Forma de autoemprego coletivo”.

Essas vertentes da economia solidária nos conduzem ao entendimento de que projetos societários distintos permeiam as práticas econômicas nos empreendimentos solidários. Visualizamos no seu cotidiano a conformação de trabalhadores que ora podem se alinhar com os princípios ideológicos do capitalismo vigente, ora podem estar em oposição aos ideais que regulam a produção e a circulação no mercado de trabalho capitalista.

Importante lembrar como a condução da reestruturação dos processos produtivos chega na América Latina (década de 1990): a partir do cenário programático de grandes reformas trabalhistas, administrativas, previdenciárias e cortes de recursos públicos direcionados às políticas sociais. A abertura comercial, as privatizações, a predominância do mercado financeiro e do setor de serviços transformam o mercado de trabalho em geral, acirrando a competição pelos empregos disponíveis. Saviani (2013b) salienta que a “economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo.” (p. 430) O crescimento excludente mostra-nos que não há lugar para todos, na medida em que faltam postos de trabalho com a crescente automação do processo produtivo e com a dispensa de mão de obra.

O discurso único, neoliberal, é somado à crítica do Estado forte, tirando a responsabilidade estatal de ofertar condições mínimas para que seja possível a reprodução da vida. Para se satisfazer, o trabalhador deve vender sua força de trabalho e comprar os produtos e serviços educacionais, de saúde, lazer, moradia etc.

Assim, o grande contingente de excluídos busca qualquer posto de trabalho que possibilite a geração de renda, mesmo que a ocupação seja na informalidade. Esta necessita de um corpo de argumentos político-conceituais que a encoberte e

defenda os resultados da crise do desemprego estrutural. Antes da crise da década de 1970, a teoria do capital humano via na escola um lugar importante para assegurar o processo econômico-produtivo. A educação passa a ser entendida, segundo Saviani (2013, p. 431), “como um investimento em capital humano individual que habilita as pessoas para a competição pelos empregos disponíveis”, auxiliando, mas não garantindo, uma ocupação nos postos formais de trabalho. O autor complementa que se trata

[...] de preparar os indivíduos para, mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. Com efeito, além do emprego formal, acena-se com a possibilidade de sua transformação em microempresário, com a informalidade, o trabalho voluntário, subsumido em organizações não governamentais etc. Portanto, se diante de toda essa gama de possibilidades ele não atinge desejada inclusão, isso se deve apenas a ele próprio, a suas limitações incontornáveis. Eis o que ensina a *pedagogia da exclusão*. (SAVIANI, 2013b, p. 431, grifo nosso)

No entanto, a “conta não fecha”, pois, anos após a ideologia do capital humano se mostrar um fracasso, o número de desempregados com nível superior ou formação técnica é cada vez maior, ainda assim ocorrendo o incremento de capital nos mercados educacionais. A formação não é a única necessidade que o trabalhador deve buscar individualmente para garantir emprego; deve estar apto às adversidades do mercado de trabalho, empreender e “aprender a aprender”. As pedagogias que defendem o “aprender a aprender” impactam negativamente a formação e o trabalho dos profissionais, que, segundo Duarte (2010), apontam para uma visão idealista da educação²⁶, defendendo que o desemprego, por exemplo,

[...] poderia ser superado por uma formação profissional adequada às, supostamente, novas demandas do mercado de trabalho ou pela difusão da ideologia do empreendedorismo. Esse idealismo chega ao extremo de acreditar ser possível formar, no mesmo processo educativo, indivíduos preparados para enfrentar a competitividade do mercado e imbuídos do espírito de solidariedade social. (DUARTE, 2010, p. 35)

²⁶ O autor explica que o idealismo é um “princípio segundo o qual os problemas sociais são resultados de mentalidades errôneas, acarretando a crença de que a crença de que a difusão pela educação de novas ideias entre os indivíduos, especialmente os das novas gerações, levaria à superação daqueles problemas.” (DUARTE, 2010, p. 35)

Tal pedagogia, resumidamente, absorve as variantes do neoprodutivismo (SAVIANI, 2013b, p. 425), isto é, nova versão que pressiona o capital humano a se adequar aos critérios e demandas do mercado. Dessa forma, apontamos neste trabalho que a economia solidária que se projeta apenas para a geração de emprego e renda acaba absorvendo os valores e as ideias de tal pedagogia, apresentando-se nos empreendimentos com as prerrogativas do capitalismo neoliberal (observaremos essa constatação no capítulo 3, na seção 3.2), isso porque, ao encaminhar suas ações para exclusivamente garantir a capacidade de consumo e geração de renda simples, acaba por não tocar em nenhuma outra questão além da econômica. Acomoda-se uma pedagogia individualizante, que forma sujeitos em busca de saídas individuais para a resolução dos problemas tidos como familiares, e não como estruturalmente sociais e de cunho político.

As pedagogias oficiais hegemônicas têm como consequência prática a diminuição da capacidade de mobilização e comando da classe trabalhadora dos processos decisórios de poder. Elas têm como base a perpetuação da “internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à ‘legitimação constitucional democrática’ do Estado capitalista, que defende seus próprios interesses” (MESZÁROS, 2008, p. 61). Desta forma, objetiva-se a conservação da ordem social, negando a possibilidade de os indivíduos construir um sistema alternativo. Os comportamentos combativos contra as insatisfações conjunturais são penalizados e criminalizados pelo Estado, cuja ação característica é a oposição autoritária aos movimentos da classe trabalhadora, tentando mantê-los sob controle, especialmente quanto à sua formação de consciência.

É importante salientar que a economia solidária começa a consolidar-se enquanto projeto diferenciado de geração de renda principalmente nas gestões municipais petistas, mas se alavancou nacionalmente a partir de 2003, com o apoio do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Entre as iniciativas pautadas na agenda do governo federal, algumas delas foram articuladas a partir de distintas filiações políticas e pautas acordadas sob conciliação de classe.

Contraditoriamente, o intelectual e militante que esteve à frente da defesa da economia solidária como política pública, o professor Paul Singer, posicionou-a como uma iniciativa socialista. Por si só, a geração de emprego e renda não transforma uma sociedade se esta não for construída conjuntamente com um programa de reformas em que hegemonicamente a classe trabalhadora esteja na liderança:

A recusa reformista em abordar as contradições do sistema existente, em nome de uma presumida legitimidade de lidar apenas com as manifestações particulares [...] é na realidade apenas uma forma igualmente apriorística de eternizar o sistema capitalista. (MESZÁROS, 2008, p. 63)

Por essa razão, também existem diferenças de convicções políticas entre os intelectuais, gestores, militantes e a base das organizações econômicas solidárias, evidenciando distintas leituras sobre o papel das políticas em economia solidária. Desse modo, as concepções pedagógicas e objetivos que afloram daqueles que defendem a economia solidária nem sempre estão orientados pela mesma análise política, podendo divergir intra e extra classes e sinalizar rumos distintos para o seu projeto – daí a importância da análise e identificação de tensões e contradições do seu constante movimento.

Em se tratando do modelo societário proposto pela vertente da economia solidária que critica o capitalismo, sua concepção de educação traz um outro tipo de formação humana. Estamos falando de uma teoria educacional e de práticas pedagógicas que se chocam com a pedagogia hegemônica – discutida anteriormente. O neoprodutivismo educacional vai em sentido oposto às teorias críticas, de esquerda ou contra-hegemônicas, formuladas e/ou colocadas em prática em lugares e tempos específicos.

Em seu livro, Saviani (2013b) organiza um capítulo dedicado somente às teorias educacionais²⁷ que buscaram alternativas à pedagogia oficial e se voltaram aos interesses do povo (dos pobres, ou da classe trabalhadora conforme concepções de fundamentação marxista). O autor discorre sobre as diferentes pedagogias que buscam orientar a prática educativa e que ainda servem como referencial e inspiração para o trabalho pedagógico extraescolar, como é o caso das atividades econômica solidárias. Para Loureiro (2019), o conjunto de pensadores críticos tentam entender a dinâmica social, as relações e as totalidades às quais pertencemos, por meio de “um método dialético, relacional e histórico”. (p. 35)

As práticas laborais no interior das organizações de economia solidária (clubes de troca, associações, grupos informais, cooperativas e movimentos sociais) ocorrem intercaladas aos espaços de compartilhamento e sistematização de experiências,

²⁷ O capítulo XIII, *Ensaio contra-hegemônico: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa (1980- 1991)*, encontra-se nas páginas 401 a 424 e trata das Pedagogias da “educação popular”, Pedagogia da prática, Pedagogia crítico-social dos conteúdos e Pedagogia histórico-crítica.

formação, oficinas temáticas e outros momentos de organização política que também são necessários para a criação da identidade e de relações fraternas entre os associados dos empreendimentos. Esses momentos se caracterizam como práticas pedagógicas no campo político e cultural (GADOTTI, 2009).

Temos, no espaço de economia solidária, um contínuo processo de aprendizado de atitudes que criticam o modelo produtivo vigente e tentam transformar, no fazer diário dos empreendimentos, a extração do lucro, as patologias do trabalho e a individualização dos procedimentos decisórios. O aprendizado construído coletivamente nas organizações econômicas solidárias pauta-se pela mudança de percepção e proposição da vida. Paul Singer (2009) exemplifica:

A economia solidária é antes de tudo um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e ao mesmo tempo fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à sua disposição. (SINGER, 2009, p.13)

O autor também reflete sobre a amplitude dessas aprendizagens, que colocam os trabalhadores como educandos e sujeitos políticos participantes de atividades políticas e culturais no país e no mundo. Além disso, os conhecimentos e saberes produzidos por eles não ficam restritos aos trabalhadores do empreendimento: ocorrem a aproximação e a ampliação desses por meio da partilha com a comunidade.

Essas práticas educativas ainda não estão sistematizadas em uma pedagogia única e absorvida pela escola, porém Tragtenberg (1980) esboçou uma contraposição teórica ao modelo educacional vigente que, segundo ele, expropria os conhecimentos da classe trabalhadora. Assim, o autor apontou para uma Pedagogia fundada na Autogestão, cuja gestão da educação é feita pelos sujeitos envolvidos no processo educacional: “isso significa a devolução do processo de aprendizagem às comunidades onde o indivíduo se desenvolve” (p. 82). A autonomia dos indivíduos e a solidariedade também são valorizados como forma antiautoritária e não competitiva de aprendizagem. Mesmo com a autonomia individual, o coletivo se sobressai nos momentos de tomada de decisão (autogestão do ensino), formando associações de bairro que controlariam os Centros de Educação (escolas). Como em uma cooperativa nega-se a figura do patrão e figuras submissas aos demandas desse

sujeito, nesses centros educacionais a demanda autoritária e antidemocrática aplicada ao ensino e aprendizagem não ocorreria. Assim, a estrutura educacional deveria criar condições para as decisões serem tomadas a partir da “concordância de todos e não pela imposição de cima para baixo.” (p. 83) Esse novo sistema de ensino devolveria, de acordo com a visão de Tragtenberg, a aprendizagem da autonomia e autoorganização aos indivíduos, grupos e organizações. Propositivamente, esse sistema de ensino seria responsável pela educação das organizações econômicas geridas pelos trabalhadores. Logo, as organizações estariam associadas às intuições de ensino: seria uma educação para e pelos/as trabalhadores/as das organizações econômicas solidárias, isto é, uma educação popular que esteja sistematizada, segundo Gadotti (2009), para a cooperação e a autogestão.

Nesse sentido, Adams e Santos (2013) consideram a “economia solidária enquanto lugar de educação popular”, pois “oportuniza a intrínseca relação com a dimensão econômica como parte de sua identidade tendo como centralidade o trabalho, seja na organização ou razão de existir.” (p. 268) A Pedagogia Popular, fundada nos princípios da autogestão, tem o desafio constante, segundo os autores, de construir uma gestão autônoma da organização social, transformando a cultura do trabalho capitalista em uma cultura do trabalho associado.

Cada empreendimento passa a ser um centro de educação popular, por onde perpassam conhecimentos do saber teórico científico, prático e onde é possível valer a premissa de que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (Freire, 1997, p. 25). Existem conteúdos básicos ensinados e apreendidos nesses grupos de trabalho e que são acumulados (e transformados) ao longo do tempo, como:

- Novas tecnologias sociais²⁸;
- Relações de trabalho emancipatório e gestão democrática;
- Marco jurídico dos empreendimentos;
- Direitos sociais e trabalhistas;
- Participação cidadã;

²⁸ Gadotti (2009, p.56) define o conceito ainda em evolução: “pode compreender tanto produtos como técnicas com metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem propostas efetivas de transformação social. Ela pressupõe a participação dos sujeitos beneficiados pelo projeto ou produto desde a sua organização e implementação até a sua avaliação final. As tecnologias sociais buscam o desenvolvimento autônomo das comunidades em suas diferentes demandas: alimentação, habitação, renda, educação, energia, saúde, meio ambiente... fazendo dialogar o saber técnico-científico com o saber popular.”

- Relações intersubjetivas;
- Política;
- Autogestão;
- Sustentabilidade;
- Desenvolvimento sustentável;
- E outros temas relevantes a cada categoria de organização.

Esses conteúdos são a base de uma mudança cultural formativa, cuja metodologia se enquadra nos preceitos da educação popular. As práticas solidárias estabelecem uma metodologia que transforma o trabalho autogestionário. Gadotti (2009) discute a formação para a gestão colaborativa e o trabalho em equipe, práticas que ao mesmo tempo impulsionam a continuidade do empreendimento e sua sustentabilidade organizativa e produtiva, como o aprendizado da cooperação, da coletividade e da democracia participativa.

Para formar um empreendimento coeso, baseado nos princípios norteadores de justiça social e solidariedade, necessita-se educar os novos sujeitos que compõem tais organizações (a juventude em especial). Essa educação envolve acompanhamento, tempo e metodologia específica para conseguir “trans-formar” sujeitos antes formados por valores hegemônicos da dinâmica capitalista (como o individualismo, a competitividade, a meritocracia etc.). O comportamento solidário, explica Paul Singer (2005), é reservado aos relacionamentos familiares e de amizade. Portanto, não se educam sujeitos para terem laços de afetividade e confiança fora desse círculo pessoal. Transformar interesses individuais em coletivos é um grande desafio de qualquer empresa econômica solidária. A competição é um aprendizado implícito na racionalidade evocada pelo capitalismo e se aplica como orientação fundamental em vários momentos da vida do trabalhador.

Olhando para a economia de mercado, “os ganhos de uns, correspondem as perdas de outros. Competir significa agir para impor perdas aos 'outros' e para evitar que os 'outros' façam isso conosco.” (SINGER, 2005, p. 15) A prática da solidariedade na economia é uma das lições a serem assimiladas entre os trabalhadores e os ganhos podem vir além do campo econômico.

Percebemos que as mazelas do trabalho precário, referenciado nos resultados e nas metas, transformam o labor em um risco à saúde do trabalhador. Quando falamos de ganhos do trabalho econômico solidário, tocamos em questões como essas: cada trabalhador tem a tarefa de cuidar de si e do coletivo, dividindo o esforço,

dividindo as angústias, dividindo as atividades. A sociabilidade é acentuada em detrimento do econômico. Singer pontua:

Isso faz com que aumente muito o conhecimento mútuo dos sócios e a importância de seu inter-relacionamento afetivo. Em mais de um sentido, o empreendimento solidário compartilha de características dos grupos familiares. A fronteira que separa a vida pessoal e íntima de cada um de seu envolvimento profissional é tênue, na medida em que a solução de problemas pessoais depende de decisões tomadas pelo coletivo de sócios. (SINGER, 2005, p. 15)

Existe certa inclinação espontânea dos marginalizados e dos pequenos produtores à ajuda mútua e à economia solidária. Paul Singer (2005) declara que para o aprofundamento consciente dessa inclinação, práticas pedagógicas são necessárias para que os trabalhadores consigam tanto operar e dirigir seus empreendimentos quanto lidar com questões externas ligadas ao mercado competitivo. Essa outra forma de produzir traz também ganhos socioafetivos através de parcerias e do fortalecimento do vínculo comunitário, que dialoga com a noção de desenvolvimento local sustentável.

Ao longo do tempo, as práticas internalizadas pelos trabalhadores associados no empreendimento proporcionam uma educação continuada a partir da união da “autoeducação de iguais” e a “autogestão da ordem social reprodutiva” (MÉSZÁROS, 2008). Dialeticamente, existe a articulação entre a consciência de que a autogestão educa os sujeitos a serem mandatários de si mesmos, definindo suas funções na escala produtiva laboral, assim como a educação (os processos formativos) é necessária para habilitá-los a exercerem a autogestão. A educação, segundo Mézszáros (2008), articula a prática e a estratégia:

Portanto, a “educação continuada”, como constituinte necessário dos princípios reguladores de uma sociedade para além do capital, é inseparável da prática significativa da autogestão. Ela é prática integral desta última, como representação no início da fase de formação na vida dos indivíduos educacionalmente enriquecidos, com suas necessidades mudando corretamente e redefinidas de modo equitativo, para a determinação global dos princípios orientadores e objetivos da sociedade. (MÉSZÁROS, 2008, p. 75)

Conforme dito, o educar no âmbito da economia solidária vai ressignificando a cultura do trabalho. Temos diferentes

[...] processos educativos impulsionados pela economia solidária como mediação de novas relações sociais que se constitui contributo importante para uma cultura do trabalho que reconhece os diferentes saberes e potencializa uma dinâmica emancipatória dos trabalhadores. (ADAMS; SANTOS, 2013, p. 261)

Revelamos o empreendimento econômico solidário como um espaço que educa para a autonomia, para a superação do trabalho alienado e para a divisão sexual do trabalho (vislumbra-se que homens e mulheres exerçam funções sem distinção de gênero). Para que se alcancem tais objetivos são necessárias outras estratégias além do aprender com a prática. O aumento da escolarização, o acesso a materiais teóricos, à formação técnica profissional e política dos cooperados são indispensáveis para o seu fortalecimento e o reconhecimento como sujeitos que tomam a direção do processo produtivo, agentes ativos de mudanças. Ao reconhecer que fazer formação dentro ou fora do empreendimento é importante para aprimorar a produção e garantir a sustentabilidade financeira da organização, estão valorizando o fruto do trabalho, aumentando a produtividade e os ganhos na venda. Não somente, percebem que aprender a ler, a escrever, a fazer análises conjunturais sobre a política e conhecer a biografia de figuras históricas, por exemplo, colocam-os como construtores de sua própria história e que devem continuar lutando pelos que virão – muitas organizações econômicas têm como base a unidade familiar, logo, pensar no futuro é garantir a qualidade de vida para as próximas gerações. Portanto, a dimensão pedagógica na autogestão se consolida

[...] quando a formação que acontece na atividade do trabalho é complementada por uma formação permanente que articule a perspectiva ético-política com a dimensão técnico-produtiva. (ADAMS; SANTOS, 2013, p. 270)

A educação popular possui centralidade metodológica nos espaços formativos impulsionados pela política pública nacional de economia solidária. Gontijo (2012) evidência essa característica na análise dos materiais veiculados no Curso de Formação na região do sudeste brasileiro. Essa Pedagogia se vincula, portanto, à vertente da economia solidária que enfrenta o sistema produtivo capitalista e suas consequências econômicas, sociais e políticas, no intuito de alcançar uma nova forma de produzir. A Pedagogia da Educação Popular é uma “teoria que a partir e em função da prática educativa ... busca equacionar, de alguma maneira, o problema da relação educador-educando, de modo geral”, orientando o processo de ensino e

aprendizagem (SAVIANI, 2013b, p. 401). Assim, a “educação popular” corresponde a uma Pedagogia, a qual também se faz presente nos empreendimentos econômicos solidários.

Muitos movimentos sociais²⁹ internalizam em suas práticas os princípios da economia solidária. Cabe ressaltar a sua relação com os movimentos feminista, camponês e negro, por exemplo, que se auto-organizam de maneira autogestionária e solidariamente, construindo e pautando “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural” (GOHN, 2011, p. 335). Dessa forma, a Pedagogia do Movimento também se expressa nas organizações econômico solidárias, apontando para uma práxis pedagógica em busca de “uma humanização mais plena: luta pela terra, pelo trabalho, pela desalienação do trabalho, a favor da democratização dos acessos à cultura e à sua produção, pela participação política, pela defesa do meio ambiente.” (CALDART, 2009, p. 42)

Caldart (2009) expressa a necessidade dos processos de luta social organizada construir uma Pedagogia do Movimento e, por consequência, elaborarem projetos de educação capazes de formar os sujeitos, mudando sua “visão de mundo” e possibilitando “mexer na estrutura de valores” (p. 58). Isso posto, podemos conectar o debate despontado na IV Plenária de Economia Solidária, realizado em 2008, sobre as orientações de caráter pedagógico que deveriam ter os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES). Naquele momento, as articulações políticas de incentivo a economia solidária começaram a reivindicar políticas públicas de formação aos empreendimentos com forma contextualizada, emancipatória e crítica, priorizando “um processo mais político, no âmbito da educação popular, que configurava uma dinâmica de contraponto à lógica dominante.” (ADAMS; SANTOS, 2013, p. 264)

A economia solidária começou a pensar propositalmente uma educação própria, que conseguisse atender às demandas de formação dos militantes e trabalhadores dos empreendimentos. Além disso, na verdade, o que se objetiva é uma “[...] ampliação de perspectiva, necessária para alimentar lutas sociais consequentes pela transformação das condições de vida dos trabalhadores e pela

²⁹ Gohn (2011) encara os movimentos sociais como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”, adotando “diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.” (p. 335)

projeção de relações sociais menos degradantes do ser humano.” (CALDART, 2009, p. 58)

No próximo capítulo, que contém os resultados da pesquisa, discutimos as ideias pedagógicas que podem ser encontradas no fazer prático das organizações econômico solidárias.

3 A CLASSE TRABALHADORA TECENDO SAÍDAS ORGANIZATIVAS PARA GERAR TRABALHO E RENDA NO BRASIL

O presente capítulo tem como proposta reunir o conjunto de material coletado no campo de pesquisa, realizado na região metropolitana de São Paulo. Primeiramente, traremos o reconhecimento geográfico da região onde estão inseridos os empreendimentos em análise. Logo em seguida, faremos uma breve apresentação das organizações econômicas solidárias, introduzindo cada histórico e trajetória a partir dos relatos das lideranças entrevistadas. A segunda seção restringe-se à análise das práticas educativas que emergem das organizações entrevistadas.

3.1 A TRAJETÓRIA DAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS POPULARES ENTREVISTADAS

Nesta seção, começaremos apresentando o território geográfico onde se desenvolvem as práticas econômicas solidárias das organizações entrevistadas. Em seguida, conheceremos brevemente o percurso dos cinco empreendimentos selecionados: cooperativa de trabalho; microempresa solidária; cooperativa de alimentação; cooperativa de serviço; grupo informal.

Antes disso, importante destacar que identificamos condicionamentos para que os empreendimentos venham a existir e se consolidar. Muitos deles são oriundos dos movimentos sociais e da ação social da igreja, outros são experiências que começaram a partir da incubação pública. São vários os caminhos que levam à formação desses grupos – alguns deles foram levantados por Tiriba (2001), e a partir de suas contribuições foi possível extrapolar para a classificação dos empreendimentos entrevistados nessa pesquisa, sistematizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Caminhos para a formação dos empreendimentos entrevistados

Caminhos	Forma	Classificação do Empreendimento
Ação de movimentos sociais	Organizam a infraestrutura mínima necessária e convidam outros integrantes do movimento a gerenciar o empreendimento.	Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental,

		Coleta e Reciclagem de Óleos
Processo educativo da igreja local	Estimula a organização dos empobrecidos para saírem do estado de pauperização e como estratégia de sobrevivência; estimula a luta pelos direitos humanos.	Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais
Esforço de seus integrantes em busca de apoio	Apoio de movimentos populares, ONGs, busca para obterem recursos de doações ou/e empréstimos de agências financiadoras públicas ou privadas.	Cooperativa de Alimentação
Resultado de experiência/conhecimento do associativismo	Conseguem se formar a partir da experiência/conhecimento sobre autogestão de algum integrante do grupo que estimula a criação do empreendimento.	Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente; Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos; Cooperativa de Alimentação
Consequência da ação jurídica frente à falência de uma empresa de capitais	Próximos ao movimento sindical, os trabalhadores “reivindicam o pagamento de suas indenizações em espécie e/ou ainda por meio da transferência de ações ou máquinas e equipamentos utilizáveis no pequeno empreendimento”.	
Estímulo direto das políticas públicas ou entidades ligadas à economia solidária	A economia solidária articulou políticas, formações e equipamentos públicos, como incubadoras universitárias e centros públicos, que estimularam a criação de empreendimentos como estratégia local para geração de renda.	Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais
Consequência da demissão de uma empresa privada ou insegurança de desemprego	Os trabalhadores com recursos próprios criam o empreendimento para prestar serviço a esta empresa e outras. Muitos buscam apoio aos movimentos sociais e instituição depois de se formarem.	

Fonte: A autora, a partir de Tiriba (2001).

3.1.1 Região Metropolitana de São Paulo: região rica, região pobre

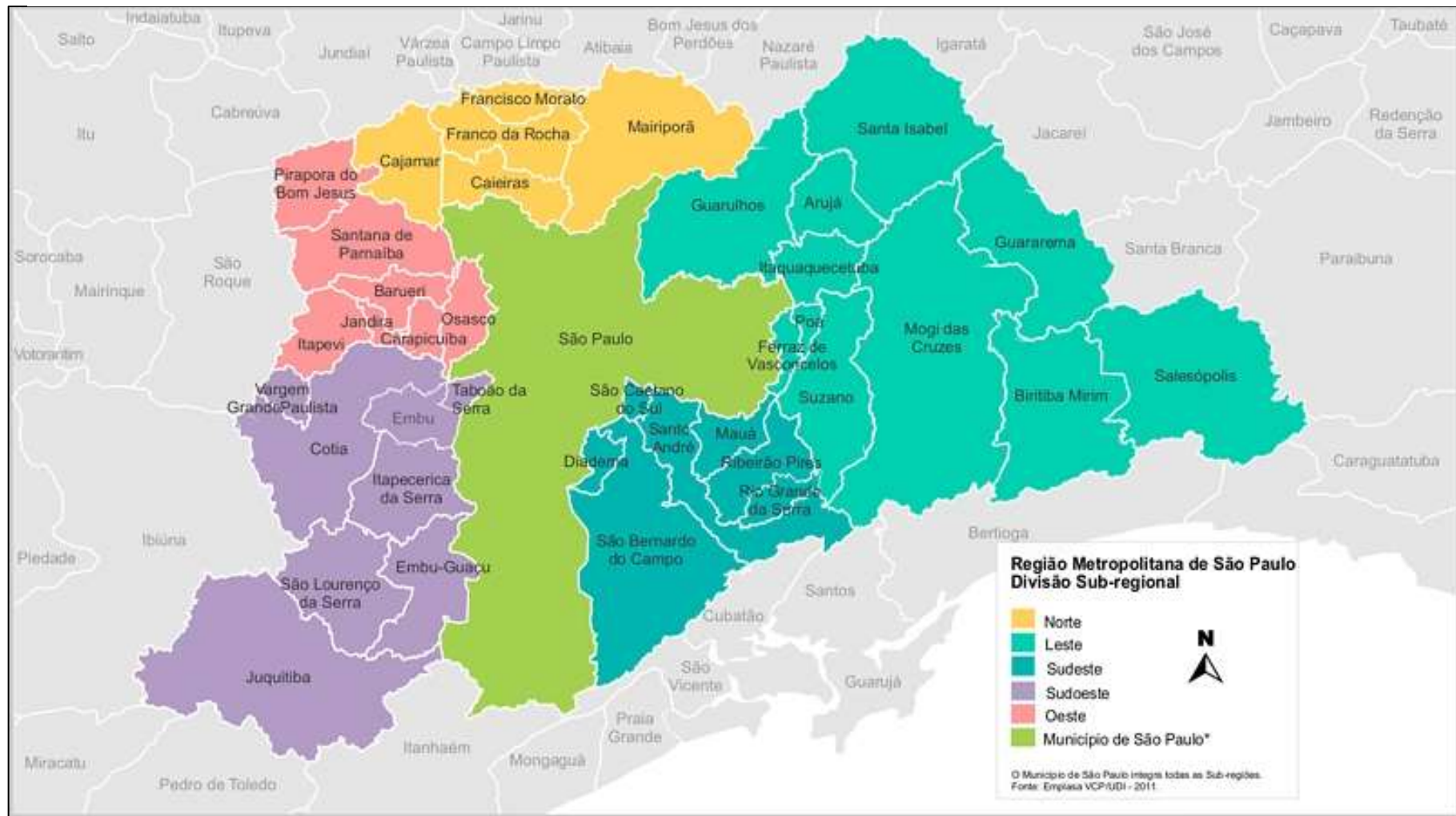
A região metropolitana de São Paulo (RMSP), ou Grande São Paulo, concentra 39 municípios e, segundo a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA, 2019), é o maior polo de riqueza nacional. A RMSP está dividida nas seguintes sub-regiões (Figura 6), com o município de São Paulo integrando todas elas:

- Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.
- Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano;
- Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;
- Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista;
- Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

Parte da sub-região Sudeste, conhecida como ABCD Paulista³⁰, já foi um potente complexo industrial. Algumas dessas cidades possuem linhas ferroviárias conectadas ao município de São Paulo, permitindo o deslocamento diário de milhões de pessoas entre os municípios. Em 2018, constavam na região metropolitana 21.571.281 de habitantes, quase metade da população do Estado de São Paulo. Essa população compartilha uma série de problemas socioeconômicos, como os altos índices de desemprego, violência, desabastecimento de água, baixo desenvolvimento econômico, falta de tratamento dos esgotos, transporte, saúde e habitação (SANTOS, 2004). A mancha urbana foi se expandindo a partir do centro atrativo da cidade de São Paulo, porém sem infraestrutura necessária para as milhões de pessoas atraídas para a região.

³⁰ Tem as iniciais das cidades São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul.

Figura 6- Mapa da Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: EMLASA, 2019.

O deslocamento da população rural empobrecida à RMSP, segundo Dowbor (2004), resultou na rápida expansão das periferias urbanas sem um adequado sistema de serviço público para garantir o acesso aos direitos sociais, como escolas e hospitais. Nessas regiões, a taxa de crescimento demográfico tende a se manter elevada em comparação aos territórios mais elitizados e, assim, ela carece de mais atenção das políticas públicas. O autor aponta para uma falta de organização dos polos econômicos e administrativos, que, se bem articulados, levariam a políticas de geração de emprego e renda mais eficazes.

Os números apresentados pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Sedae) (2019) para o segundo trimestre de 2019 mostram que as ocupações informais – que agregam empregados nos setores privado e público sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria e os empregados domésticos sem carteira – aumentaram em 131 mil na região metropolitana paulista em relação ao trimestre anterior.

A economia da Região Metropolitana de São Paulo foi profundamente abalada pelas mudanças econômicas estruturais ocorridas no Brasil na década de 1990. A globalização financeira e a abertura do mercado brasileiro às importações provocaram queda no nível de emprego, principalmente no setor industrial. Nesse processo, a região metropolitana paulista foi especialmente prejudicada, pois, ao contrário das demais, ela ainda constitui um grande centro industrial. Em outras palavras, a desindustrialização brasileira atingiu em cheio São Paulo, onde até os anos 1980 um terço dos trabalhadores ainda empregava-se na indústria. Desde 1981 o número de empregados sem carteira assinada tem sido maior do que de empregados formais e as mudanças estruturais vêm deteriorando as condições de trabalho e o nível de renda nessa metrópole. (SOUZA, 2000, p. 246)

Esse processo de metropolização se constituiu a partir da descentralização de atividades, principalmente as industriais, consolidando áreas com funções próprias. Desde a década de 1990, a dinâmica urbana vem se alterando de maneira muito ágil, nascendo, com o passar dos anos, novas áreas estimuladas pelo capital financeiro, industrial e imobiliário. Em conjunto com esse movimento, os municípios periféricos passaram a servir como dormitório à população de baixa renda, distantes dos centros urbanos e comerciais, desprovidos “de infraestrutura e de equipamentos sociais e cujas taxas de crescimento populacional foram, sistematicamente, superiores à das

sedes metropolitanas”, fenômeno denominado “metropolização da pobreza” (BÓGUS; VERAS, 2000, p.86).

Alterou-se o perfil de certas sub-regiões, tanto do ponto de vista demográfico, como socioeconômico, mas a Região Metropolitana, em seu conjunto, permaneceu o lócus das desigualdades e heterogeneidades, do ponto de vista do espaço, das atividades econômicas e da população. Tais desigualdades se evidenciam nas diferentes formas de segregação, refletindo-se também na maneira desigual de distribuição e de acesso a serviços públicos básicos, como à rede de água e esgotos e ao serviço de coleta de lixo. É interessante ainda observar que, dado o padrão clássico de ocupação da periferia metropolitana, pela população de baixa renda, por meio de loteamento clandestino e casa própria (autoconstruída), é muito elevado o número de domicílios próprios, o que, aliás, também se verifica nas outras regiões metropolitanas do País. (BÓGUS; VERAS, 2000, p.88)

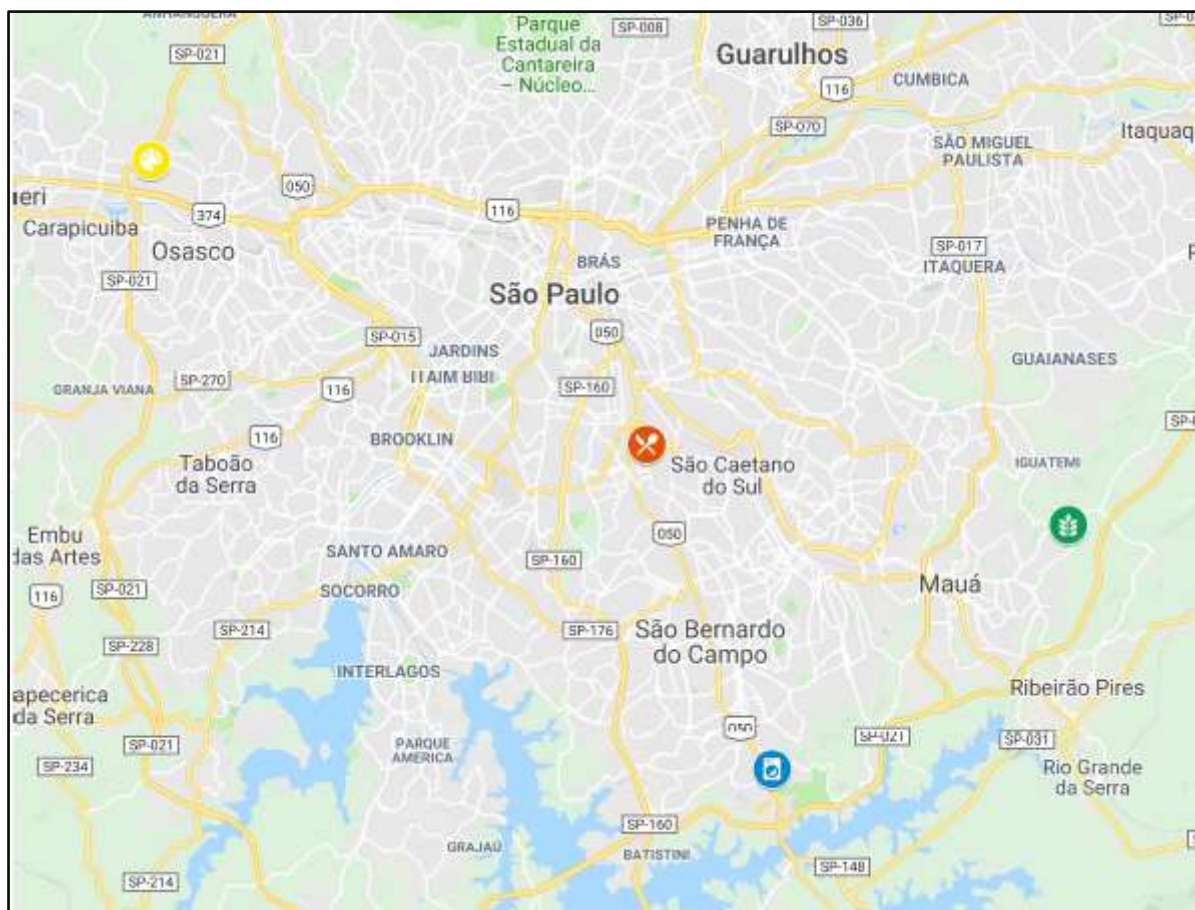
Trabalhadores, estudantes e desempregados fazem diariamente o movimento pendular (indo e voltando da metrópole para a periferia), acordando antes do sol iluminar os arranha-céus de São Paulo. Partem de suas casas por meio dos trens metropolitanos, ônibus intermunicipais ou transportes ilegais em busca de serviços públicos de saúde referenciados, de ensino de melhor qualidade ou em busca de postos de trabalho, estes cada vez mais escassos. O retorno aos seus lares é caótico: esses indivíduos ficam muitas vezes mais de duas horas³¹ no transporte público, chegando em casa quando a noite atravessa as ruas mal iluminadas e pouco asfaltadas das regiões mais periféricas, como Mauá, Francisco Morato e Cotia.

Na Figura 7, é possível identificar a localização dos empreendimentos na região metropolitana de São Paulo: em verde, no Jardim Sampaio Vidal, em Mauá, o Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos; em amarelo, no Jardim Munhoz Júnior, em Osasco, a Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais; em azul, no Jardim Silvina, em São Bernardo do Campo, a Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos; em vermelho, na Cidade Nova Heliópolis, em São Paulo, a Cooperativa de Alimentação. Não está inserida no mapa a Cooperativa de

³¹ Reportagem da British Broadcasting Corporation (BBC) de 2019 (SOUZA, 2019), revela o dia-a-dia dos trabalhadores que passam um terço do dia dentro do transporte público.

Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente por não possuir sede própria e local de trabalho especificado.

Figura 7- Mapa de localização dos empreendimentos econômicos solidários entrevistados – Região Metropolitana de São Paulo, SP



Fonte: Google Maps, 2019.

3.1.2 A Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente: um olhar sensível para o campo

A Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente presta serviço de assessoria técnica agrícola, desenvolvimento rural sustentável e agricultura sustentável. A execução de seus projetos tem como objetivo atender a demandas da agricultura familiar, agropecuária, da alimentação escolar, do beneficiamento da produção e agroindústria, da comercialização de alimentos e a regularização ambiental de propriedades.

Além do serviço de assessoria técnica agrícola, cujo trabalho se concentra na estruturação produtiva de áreas de cultivo agrícola, a cooperativa se debruça também em serviços de recuperação, conservação ambiental e diagnóstico rural. Todo trabalho está baseado na assistência técnica e extensão rural (ATER), que, segundo João³², baseia-se na metodologia participativa. Existem atribuições regimentais para esse tipo de trabalho – em resumo, João explica que ele é desenvolvido de forma a “entender o que é a demanda da pessoa, qual é a experiência dela e o que a gente pode somar para que ela desenvolva a melhor técnica de produção”.

Em 2011, a cooperativa de trabalho foi formalizada e, durante a sua trajetória, conheceu o debate da economia solidária, internalizando seus princípios na forma de gerir e prestar serviços. A cooperativa começou com 24 profissionais do estado de São Paulo e hoje conta com 63 associados, 34 sócios ativos, essa equipe sendo dividida por pesquisadores e extensionistas.

A cooperativa foi idealizada por profissionais vinculados à formação em Ciências Agrárias e Humanidades. João, que é um dos fundadores e assume liderança na cooperativa, comenta que todos os sócios eram assalariados e tinham disposição em trabalhar formalmente de carteira assinada. No entanto, o que se considerou para fundarem a cooperativa foi o medo do desemprego e a crítica das relações de subsunção do trabalho ao capital. Desse modo, podemos perceber que nem todos os empreendimentos solidários nascem a partir de condições de extrema pobreza ou desalento, alguns deles tendo como perspectiva a prática autogestionária como uma opção para gerar renda, superar a perda de sentido do trabalho e compreender criticamente suas condições de explorados.

As preocupações sociais que atravessam o campo estão inseridas na perspectiva da cooperativa. No seu sítio eletrônico está exposta a necessidade de fomento ao desenvolvimento rural sustentável, característica presente na trajetória da organização. Para alcançar esse desenvolvimento observa-se inúmeras necessidades, a fim de que as populações das comunidades rurais

³² Esse e outros nomes citados neste trabalho são fictícios no intuito de preservar o anonimato do(a) entrevistado(a), necessidade observada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL) – anexo 1. Suas falas foram transcritas em junho de 2019.

consigam minimamente ter as condições individuais e coletivas de atuar nos seus territórios. João expõe que os sócios tinham

[...] uma série de preocupações sociais que ia desde se o cara [o agricultor] tinha conseguido o crédito para ele construir a casa, para produzir para subsistência, como também a documentação básica, como RG, a certidão, a carteira de vacinação, se os filhos poderiam se matricular nas escolas. (João, Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente)

Com 34 sócios ativos, a cooperativa olha para os contratantes do seu serviço (os agricultores) de forma a não “coisificar” essa relação: existe a consciência de que os produtores rurais não são simples consumidores de seus serviços. João explica que a organização trabalha para que haja autonomia do produtor rural em relação à indústria de insumos químicos – que os prende no ciclo vicioso de compra e aplicação do seu pacote tecnológico. O trabalho da cooperativa busca conscientizar o produtor rural a “libertar-se” da produção convencional, visando a produção agroecológica, de baixo custo e sustentável.

3.1.3 A Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais: mãos feministas

A microempresa nasceu um ano depois da aplicação da lei municipal de economia solidária de Osasco (Lei nº 3978, de 27 de dezembro de 2005). A trajetória do grupo começa quando Helen, fundadora da microempresa, envolve-se em uma feira da cidade, onde alguns artesãos vendiam seus produtos junto a outros empreendimentos econômicos solidários. Helen era envolvida com a Cáritas Brasileira, da diocesana de Osasco, a qual apoiava pequenos projetos alternativos comunitários e organizava uma tenda para que os trabalhadores comercializassem coletivamente na feira. Essa tenda reunia vários artesãos que também participavam de reuniões da igreja e de formações ligadas à economia solidária.

Em 2006, foi apresentado ao grupo de artesãos que trabalhavam na feira a possibilidade de participarem do processo de incubação via Programa Osasco Solidária, que se consolidava como uma política pública, cuja proposta era incubar empreendimentos em todo território do município. As formações

ocorriam em vários espaços de forma descentralizada, até a inauguração da sede da Incubadora Pública, em 2007. Dessa forma, os trabalhadores individuais que comercializavam em conjunto na tenda mantida pela Cáritas se juntaram e começaram o processo de incubação. Nesse primeiro momento, 11 artesãos passaram pelo processo de sensibilização, atividades socioeducativas, capacitação técnica e de prática laboral. O processo formativo durou dois anos.

Ao longo do tempo, entraram e saíram pessoas, homens e mulheres com o mesmo foco: transformar o desemprego, a precarização e os chamados “bicos” em renda. Hoje o grupo é composto por três mulheres, virou uma microempresa autogestionária com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), produzindo sob a perspectiva da autogestão.

Conforme foram aprendendo novas técnicas e qualificando-se, a linha de produtos do empreendimento foi mudando:

[...] a gente começou com... a gente bordava panos de prato e toalhas. Aí depois a gente foi pro foco dos acessórios femininos, mas algumas de nós já trabalhava com brinquedos, por isso a gente ainda junta os dois. Eram coisas que a gente tinha habilidade de fazer, né? É claro que nesse processo a gente foi melhorando, foi fazendo cursos e nos qualificando. Então hoje a gente nos especializamos em bolsas, mas o nosso carro chefe também, que a gente fez muitos cursos e nos qualificamos, foi bonecos, brinquedos educativos. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Nesses anos de contato, construção e militância na pauta da economia solidária, o empreendimento se envolveu com outros atores, formando articulações e compondo os fóruns e redes organizadas no município de Osasco e no estado de São Paulo. Entre eles, estão a Rede de Economia Solidária e Feminista (RESF), Associação das Mulheres na Economia Solidária (AMESOL), a Rede de Saúde Mental, o Fórum Paulista de Economia Solidária e o Fórum Metropolitano Oeste de Economia Solidária. Essas articulações possibilitaram outras parcerias, que impulsionaram arranjos produtivos e a construção coletiva de feiras, pontos de vendas e outras formas de facilitar a comercialização dos produtos.

O debate feminista está presente no discurso desse grupo produtivo de mulheres, cuja formação é potencializada nos espaços quinzenais que ocorrem na sede da Sempreviva Organização Feminista (SOF), organizados pela

AMESOL. Esses momentos formativos dão outro sentido para a produção dentro da microempresa solidária. Helen e suas companheiras afirmam que o trabalho desenvolvido por elas é uma ferramenta de emancipação doméstica, pois consegue proporcionar autoestima e autonomia financeira em relação aos seus maridos.

3.1.4 A Cooperativa de Alimentação: mãos que alimentam por meio da inclusão social

O surgimento da cooperativa de alimentação entrevistada é fruto da luta por direitos, confluindo com a história formativa de Benedita, liderança comunitária. Trinta e seis anos atrás, ao chegar no território que hoje se concentra a favela do Heliópolis, no município de São Paulo, Benedita buscava melhores condições de vida para o filho recém-nascido e sua irmã mais nova. Assim, acabou se organizando na luta por moradia, que, segundo ela, não tem fim em si mesma, pois uma luta leva a outra: onde tem casa, tem família com demanda de emprego e, onde tem família, tem criança com demanda de escola, transporte escolar etc.

[...] eu comecei a me juntar com esse povo. Aí no começo as nossas primeira busca, a gente se dividiu e um ia pra Eletropaulo, outro ia pra Sabesp, outro ia pras comissão, pra representar as comissão de moradia. E aí eu fui me juntando com o pessoal. Então nesse coletivo, nessa busca ficamos o quê? Mais de trinta, trinta e poucos. Ficamos uns vinte anos até a gente conseguir moradia. Aí as primeiras buscas foi água, luz saneamento básico, depois veio a... ir atrás de creche, de escola, aí todo mundo tinha criança pequena... (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

Benedita e os companheiros conquistaram a moradia popular: no conjunto habitacional, foi construído um grande salão comunitário para uso coletivo. No primeiro momento, o espaço era utilizado para atendimento jurídico e socioeducativo aos moradores e vizinhos; no entanto, as filas formadas para acessar os serviços despertaram a necessidade de um apoio de alimentação. Segundo o relato de Benedita, era um período ainda muito difícil: “tinha gente que faltava, marcava, mas faltava. Eu vim com muita fome e eu não ia aguentar [...] porque era por ordem de chegada. Tinha vez que as pessoas chegava sete horas, ia sair nove e meia, dez horas da noite.”

A partir desse momento, a história da cooperativa começa a ser trilhada. De acordo com Benedita, “onde tem comida, tem vida” e, por isso, viu-se a necessidade de começar a organizar um grupo com o intuito de preparar alimentos para sustentar os próprios moradores (muitos deles desempregados) que estavam envolvidos no atendimento com assistentes sociais e advogados. Foram dois meses revezando energia e juntando dinheiro para garantir o preparo de bolos, pães e cafés para a comunidade.

Benedita foi aconselhada a transformar o potencial produtivo dos moradores em um empreendimento que pudesse gerar renda – indicaram que ela procurasse algum curso de qualificação profissional oferecido pelo Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT) da cidade de São Paulo. Após algumas solicitações, a prefeitura de São Paulo ofereceu um curso de gastronomia no salão comunitário, envolvendo 48 moradores. Com esse grupo formado, iniciou-se um projeto apoiado pela ação social da Consul, empresa brasileira de Eletrodomésticos, que doou equipamentos necessários para que Benedita e os demais moradores pudessem trabalhar com maior profissionalização e assim gerar renda através dos eventos articulados pela ONG.

As atividades do grupo de alimentação começaram em 2008 e, desde então, o grupo passou por altos e baixos de rotatividade de pessoas, pois muitas delas não consideravam o retorno financeiro desejável, além das dificuldades relativas ao trabalho cooperado. Em 2013, formalizam-se como microempresa, dividindo-a em duas frentes: parte do grupo passou a assumir o contrato de prestação de serviço de alimentação para um Colégio da rede privada de ensino, na Zona Sul de São Paulo, onde são oferecidas, ainda hoje, mais de 100 refeições diariamente, além do preparo de cafés da tarde para funcionários e estudantes que ficam em período integral; outra parte do grupo ficou encarregada de prestar serviço fora da escola, atendendo a demandas de eventos, com *coffee breaks*, refeições, coquetéis, *brunches* e feiras.

Mais tarde, em 2014, os trabalhadores formalizaram-se como cooperativa e logo depois passaram por um processo de sensibilização e incubação pela Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários da cidade de São Paulo. Esse programa foi ofertado pela prefeitura do município, oferecendo formações executadas pela UNISOL Brasil. Nessa mesma época, a cooperativa também se inseriu na Rede União dos Sabores Solidários, que permitiu

articulações na oferta de serviços em alimentação. A rede era composta por 15 empreendimentos populares de alimentação, porém hoje está desarticulada.

Por fim, o contato com a economia solidária, segundo Benedita, veio a somar forças no projeto que o empreendimento construía até então, sensibilizando os demais trabalhadores envolvidos para a solidariedade, cooperação e análise crítica dos problemas enfrentados pela comunidade da favela do Heliópolis. O objetivo central da cooperativa, que atualmente conta com 15 associados, é de ampliar as condições de vida em Heliópolis, para que sejam oferecidas oportunidades à parcela da população em situação de extrema vulnerabilidade, em geral, excluída do mercado de trabalho, do acesso à qualificação profissional e da geração de renda.

3.1.5 A Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos: limpeza e autogestão

A história da cooperativa começa em 2006, quando moradores desempregados do Parque Selecta, bairro empobrecido da cidade de São Bernardo do Campo, reuniram-se para gerar trabalho e renda por meio da produção de sabão, a partir da reciclagem de óleo de cozinha usado. Por meio de doação de um instituto Italiano e o apoio da Estratégia Negocial de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) do Banco do Brasil, o grupo conseguiu aplicar recursos na viabilização do empreendimento junto ao Clube de Mães Missionárias do Parque Selecta.

Em 2009, o grupo necessitava de melhor estrutura, tendo que se mudar para o espaço onde funcionava a incubadora solidária Padre Leo Comissari, onde trabalham até hoje. A incubadora estava inserida nos projetos de inclusão social ofertado pela Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidadania, localizada no Jardim Silvina em São Bernardo do Campo, funcionando desde 1996. Os trabalhadores que acessavam os cursos de qualificação profissional vinculados à associação eram estimulados a formarem grupos de trabalho cooperado e solidário. Essa instituição nasce da ação missionária que envolveu a Igreja Católica da Itália, enquanto Diocese de Imola, e a Diocese de Santo André, em São Paulo. Surge pelo esforço do falecido padre Leo Comissari em

proporcionar a capacitação profissional voltada ao trabalho associado, contribuição histórica italiana para a organização de trabalhadores.

Já com identidade consolidada, o grupo formado por jovens, idosos e mulheres de baixa renda passou em 2010 por sua formalização, mudando de nome. Ao longo dos anos, a produção incorporou na linha de produção a fabricação de pasta de brilho, amaciantes, sabão líquido de lavar roupa, detergentes, sabonetes líquidos, desinfetantes e outros produtos de limpeza. Hoje, estão envolvidos seis sócios.

Segundo Luciana, uma das lideranças do empreendimento econômico solidário, tudo começou com um “baldinho furado que a gente colocava chiclete pra poder mexer o sabão.” Um dos principais debates nos quais a cooperativa está envolvida é o da Educação Ambiental. Desenvolvem formações em escolas e já consolidaram parcerias com outras instituições, como é o caso da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), cujas atividades socioeducativas são voltadas para a reciclagem e o debate sobre poluição ambiental.

3.1.6 Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos: alimentos sem veneno produzidos na cidade

O grupo nasceu em 2011, sendo até hoje composto por 3 pessoas, Adriano, sua esposa e um vizinho. Assim, pode ser definido como um grupo informal ou uma unidade familiar, produzindo semanalmente alimentos orgânicos e tentando chegar o mais próximo da produção agroecológica. Mesmo contando com poucas pessoas, a ideia desse coletivo é que ele seja aberto para quem quiser somar no plantio, colheita e no desenvolvimento dos projetos de Educação Ambiental e alimentação saudável. Adriano comenta que o grupo trabalha como uma associação, tem estatuto, com diretrizes e objetivos, e quem se envolve na produção recolhe sua “retirada”.

No terreno na zona periurbana do município de Mauá, Adriano conta que inicialmente a ideia era o coletivo trabalhar “com educação ambiental, com questões voltadas pra a sustentabilidade, pra qualidade de vida, alimentação”, mas que perceberam o potencial de produção que havia no espaço. Desse

modo, começaram a colher das árvores frutíferas e plantar alimentos variados, como temperos e hortaliças. Encontraram dificuldade em escoar os produtos orgânicos com preço justo, pois não viam espaço aberto para comercialização em grandes redes do varejo, nem nos comércios locais, que segundo Adriano, não pagam pelo valor justo de produção. A venda passou a ser feita em feiras, mas perceberam que a perda era grande. Então passaram a articular parcerias com grupos de consumo responsável. Esses grupos são experiências entre consumidores e produtores organizados que visam a alimentação saudável e a comercialização justa, colocando no centro da questão o consumo como um ato político e propondo-se a “desenvolver a reflexão crítica acerca das consequências sociais e ambientais dos atuais padrões de produção e consumo adotados por cada um de nós e pela sociedade” (PISTELLI; MASCARENHAS, 2001, p. 5). Envolveram-se, assim, no grupo de Consumo Consciente do ABC, o qual tem como um dos propósitos fazer com que o consumidor chegue até o produtor, conhecendo sua produção e suas demandas. Adriano comenta:

Você simplesmente compra o seu alimento, mas você não sabe de onde veio. Sacolão, essas coisas, não tem nem informação de onde que é o produtor; na feira você não sabe, né? Então o consumo consciente tinha essa proposta assim e a gente achou muito interessante, porque eliminava esse atravessador que a gente já tinha percebido ser ruim e tinha um grupo de pessoas que realmente estavam interessadas na aquisição dos orgânicos. (Adriano, Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos)

Hoje em dia, trabalham com a venda de cestas fechadas de alimentos orgânicos em um grupo de consumo ligado à Universidade Federal do ABC Paulista (UFABC), fornecendo quinzenalmente aos consumidores.

Também estabeleceram parcerias com as unidades do Serviço Social do Comércio (Sesc) de São Caetano, Santo André, Guarulhos e Santos, articulando feiras, oficinas sobre consumo consciente, de permacultura, aproveitamento total de objetos e alimentos, e debates sobre hábitos alimentares e de consumo. Além disso, consolidaram com o Sesc São Caetano um grupo de compra coletiva de alimentos orgânicos, o Pé de Broto, cuja demanda garante o escoamento de itens da produção vendidos previamente no site do coletivo, evitando a perda.

A chácara está localizada em uma área periurbana de grande conflito imobiliário em Mauá, cidade da região metropolitana de São Paulo. Desta forma,

Adriano vê a presença do grupo como uma fonte de resistência em meio aos lotes alugados para eventos na região, que acabam desmatando a área preservada de Mata Atlântica existente.

A articulação entre os projetos sociais desenvolvidos fora e dentro do empreendimento possibilitaram o contato com o movimento de economia solidária de São Paulo, impulsionando a entrada de Adriano no Fórum Mauá de Economia Solidária. Ele também se envolveu com demais militantes do Fórum Regional de Economia Solidária do ABCDMRR, aproximação que possibilitou ao empreendimento a compreensão do debate sobre solidariedade, autogestão, transformação socioambiental e desenvolvimento local sustentável.

3.2 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA CLASSE TRABALHADORA

Para que conseguíssemos nos debruçar no material coletado no trabalho de campo, foi necessário fazer a categorização do conteúdo a fim de organizar os dados levantados. Primeiramente, nesse processo de tratamento, análise das entrevistas e anotações do caderno de campo, partimos do pressuposto de que a educação é um conjunto que inclui a articulação entre educação formal, a informal e a não formal. Gohn (2016) explicita esse posicionamento, explicando as subdivisões do todo educacional:

[...] uma somatória que inclui a articulação entre educação formal – aquela recebida na escola via matérias e disciplinas, normatizada –, a educação informal – que é aquela que os indivíduos assimilam pelo local onde nascem, pela família, religião que professam, por meio do pertencimento, da região, do território e da classe social da família – e a não formal, que tem um campo próprio, embora possa se articular com as duas. Já a não formal engloba os saberes e os aprendizados gerados ao longo da vida, principalmente em experiências envolvendo a participação social, cultural ou política em determinados processos de aprendizagens, tais como projetos sociais, movimentos sociais etc. Há sempre uma intencionalidade nestes processos. Assim, a educação não formal contribui para a produção do saber na medida em que atua no campo no qual os indivíduos atuam como cidadãos. Ela aglutina ideias e saberes produzidos pelo compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos. (GOHN, 2016, p. 61)

Dividimos o conteúdo a partir de duas categorias gerais predominantes: a Pedagogia Crítica e a Pedagogia Hegemônica. A primeira está vinculada à

economia solidária crítica ao capitalismo e a segunda à economia solidária com contornos conservadores (neoliberal). O segundo passo foi diferenciar os momentos vivenciados pelos empreendimentos, em que pudéssemos identificar contornos dessas pedagogias. Assim, os dividimos em dois momentos-chave, que se manifestaram como lócus evidente de práticas educativas. Os momentos foram chamados: a) organizativos internos; b) formais ou não formais (com metodologia própria).

Entendemos que os momentos organizativos internos são os tempos em que o processo de produção/prestação de serviço está em evidência, sabendo que os movimentos e organizações sociais “têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência” (ARROYO, 2003, p. 32). Dessa forma, visualizou-se a importância dessa categorização, pois a maior parte do tempo os trabalhadores estão inseridos nos afazeres cotidianos, que, por sua vez, por serem pautados pela autogestão, oportunizam vivenciar momentos educativos – isto é, o trabalho pode configurar-se em formador ou deformador, na sua relação e tensão com o modo hegemônico de produção capitalista.

Já os momentos de educação formal e não formal ocorrem em instituições ligadas ao sistema formal de ensino, como os de qualificação profissional (e/ou fora desses espaços), como os de formação sociopolítica. A produção material da vida ocorre na prevalência dos momentos organizativos internos dos empreendimentos, mas existe uma estima explícita para os momentos de práticas educativas formais e não formais, pois muitas vezes são propulsores das atividades desses trabalhadores e dão base político e instrumental para seguirem produzindo. Importante pontuar que alguns dos espaços desvinculados do sistema de ensino formal possuem edifícios, método, metodologia e estruturas curriculares próprias – o que não quer dizer que as práticas formativas de grupos que não as de instituições formais de ensino não possuem um projeto socioeducativo, haja vista a “visão de mundo que está sendo construída, os valores defendidos e os rejeitados” (GOHN, 2016, p. 65). Em síntese, os momentos vivenciados no cotidiano dos empreendimentos estão carregados de perspectivas educacionais que se correlacionam e conformam os sujeitos que vivem da economia solidária.

A partir dessa categorização foi possível debruçarmo-nos com mais qualidade para a totalidade de práticas educativas que emergem do cotidiano dos empreendimentos que veremos a seguir:

Como produzir bonecas de pele escura se não existe a compreensão da carência de representações negras nos brinquedos infantis? Os questionamentos sobre “como e por que produzir” é uma condição existencial do empreendimento econômico solidário, condição que perpassa a Microempresa Solidária de Artesanato. A produção de artigos lúdicos e educativos infantis é discutida com as demais mulheres associadas ao grupo. A cultura do trabalho associado abre espaço para que muitas vezes o momento organizativo interno seja pautado pela problematização coletiva da vida cotidiana. Gonh (2016) aponta que nesses espaços “os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas.” (p. 64). A autora esclarece que os conteúdos a serem trabalhados dentro das atividades organizativas e produtivas dos grupos são construídos no processo, não *a priori*.

Por conseguinte, debates, reflexões e questionamentos são levantados ao longo de todos os momentos organizativos, de aceção, concepção e produção dos artigos para a venda. Mas a conjuntura, os desafios, os debates externos acabam atravessando o pensar e o fazer dos trabalhadores, sendo permitida e estimulada nessa nova cultura de trabalho a absorção desses conteúdos para dentro da organização.

Para produzirem bonecas de pele negra, as mulheres do Microempresa Solidária refletiram sobre a importância de haver representatividade nos brinquedos infantis em sua linha de produtos. Junto de outros empreendimentos da economia solidária de Osasco, organizaram seminários para debater a questão negra no Brasil e começaram a articular uma feira com a temática afro no município.

[...] aqui [no Centro Público de Economia Solidária de Osasco], os seminários a gente fala sobre vários assuntos, né? Porque assim, a gente tanto fala sobre a questão, por exemplo, economia solidária, comércio justo, como a gente fala da questão da mulher, a questão da saúde. Quando a gente está fazendo, geralmente, as feiras, os seminários antecedem as feiras. Na feira de novembro, como tem o novembro negro, então o seminário é pensado nesse viés da questão negra, como é que a gente discute a questão negra que tá no país.

Nesse das mãos, foi um seminário voltado para a questão da mulher, filhos e saúde da mulher. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Verificamos que os momentos organizativos correlacionam-se com os momentos de educação não formal, manifestando-se os elementos de uma Pedagogia Crítica (ou de currículo crítico) que conforma os sujeitos na busca por transformações sociais mais amplas, que ultrapassam o aspecto puramente econômico de conquistas coletivas e objetivam também alcançar mudanças na estrutura de valores, princípios éticos e mudanças nas esferas da cultura, política, na perspectiva de gênero e ambiental. As práticas educativas, nessa interlocução da formação com a produção, têm como fio condutor a busca por aprendizagens que guiem o trabalho e o olhar para o mundo. Ainda que alguns desses momentos sejam financiados e/ou propostos por secretarias municipais de governos que apoiam a economia solidária, muitos desses espaços são auto-organizados, fruto da articulação dos atores sociais. Esses momentos formativos criam identidade e consciência, ressignificando o trabalho autogestionário e mudando a postura do trabalhador frente a seus antigos valores.

Por vezes, pela falta de entendimento da organização do espaço, das funções de cada companheiro e da divisão do rendimento do empreendimento, trabalhadores deixam o trabalho na economia solidária sem tê-la compreendido. Supõe-se que esse cenário é característico pela falta de momentos de formação sociopolítica. Quando não são estimulados momentos de reflexão da prática, para a formação de um novo trabalhador, também não ocorre a reeducação da velha cultura de trabalho.

Benedita, da Cooperativa de Alimentação, relata a dificuldade de organizar um grupo coeso. Ao aceitar um contrato para servir alimentos em uma empresa, a cooperativa teve que compartilhar a cozinha do espaço com outro empreendimento de alimentação que ali funcionava. Benedita comenta que:

[...] elas [as mulheres associadas à cooperativa] se irritaram e falaram que não ia mais ficar, que elas era profissional, que elas não precisava disso [dividir o espaço]. Não entenderam a ideia do projeto [coletivo]. Aí se desligaram, não quiseram mais. (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

As relações sociais de trabalho vigente se tornam educativas conforme deformam os trabalhadores para o individualismo e a competição intraclasse, acabando por desumanizar os processos sociais, sobretudo o trabalho produtivo. No entanto, existem empreendimentos que conseguiram tanto mudar a intencionalidade do processo de produção como formar militantes conscientes do seu papel organizativo e agitadores da bandeira da economia solidária.

[...] o movimento negro, a gente tem [relação] assim: não uma relação de militar no movimento negro, mas traz as questões do movimento negro. Como a gente é da rede feminista também, a questão do feminismo traz para o nosso dia a dia. [...] as questões políticas também, a gente traz pra dentro [da *microempresa*] e a gente discute. Assim, pra militar, é só na economia solidária, [...] porque a gente é muito militante, mas a gente faz muita militância aqui, no centro de Osasco, no centro público, a gente faz lá em São Paulo. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais, grifo nosso)

Os momentos de organização interna e formação indicam uma forte relação entre trabalho e educação, evidenciando a contraposição da divisão histórica do trabalho. Começa a se elaborar uma nova cultura a serviço de valores alternativos, de identidade, diversidade e justiça, e que “tem sua tradição como princípio, como matriz formadora. Como a caixa de ferramentas de que nos apropriamos e munimos para enfrentar-nos com o mundo.” (ARROYO, 2003, p. 41)

Ainda assim, o trabalho no modelo autogestionário se mostrou carente de uma metodologia de sistematização e de momentos de formação permanente. Quando os trabalhadores organizam tempos em espaços específicos de formação para suprir necessidades particulares do empreendimento, indicam a valorização dos questionamentos laborais e filosóficos do próprio grupo econômico solidário. Isso mostra que o trabalhador não dá conta de solucionar seus problemas sozinho e em abstrato, carecendo de conectar o processo produtivo ao momento de reflexão.

Nesse sentido, o trabalho no empreendimento também carece de pesquisa, na medida em que surgem constatações e dúvidas relacionadas ao momento produtivo, sendo necessário, para darem um salto de qualidade consciente sobre o produto/serviço em confecção, aprofundamento teórico e prático. Paulo Freire (2016) aponta que a pesquisa nos ajuda a constatar

questões práticas e filosóficas, possibilitando intervir nelas e assim nos educar nesse processo de busca e reflexão.

A gente percebeu que o sabão demorava muito pra secar porque não tinha por onde sair nada, né? [Por onde sair] o oxigênio dele, então demorava mais tempo. Aí a gente começou a pesquisar outra forma de fazer o sabão. E nisso a gente cortava. Mesmo assim, a gente fazia esse sabão, deixava lá um tempo, demorava uma semana quase. Aí depois cortava esse sabão. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

A separação do *homo sapiens* do *homo faber* (alienação) fica menos evidente nas organizações econômico solidárias, pois a formação sociopolítica e profissional é localizada nas falas das lideranças como uma necessidade constante e urgente. Gramsci (2010) discute que não há atividade humana que consiga separar o *homo faber* do *homo saber*, pois qualquer intervenção humana tem como princípio a relação entre o trabalho manual e a atividade intelectual. O autor escreve que:

Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (p. 52-53)

Nesse sentido, o acesso aos espaços formativos é estimulado pelas lideranças dos empreendimentos e já incorporado como necessidade laboral, na medida em que todos os trabalhadores precisam “falar a mesma língua sobre tudo” (Helen, Microempresa de Artesanato) para assim conseguirem produzir igualmente, de maneira crítica e consciente sobre as demandas e inquietações que envolvem o trabalho. Desse modo, a agenda de trabalho nas organizações permite que haja momentos formativos que abarquem temas variados, desde temáticas conjunturais, até a apreensão de novas técnicas e conhecimentos propedêuticos. Em mútuo acordo, devido à importância dos processos educativos pelos associados, o tempo fora da cooperativa destinado à qualificação é computado como hora trabalhada. Os momentos educativos são

oportunizados na dinâmica da produção e compreendidos positivamente como aprendizados a serem incorporados nas relações sociais de produção.

[...] se [o curso] me interessa, aí chega aqui [na cooperativa] e fala: “Ó, vou fazer o curso tal”. O horário que dá pra mim dentro do meu horário de trabalho, eu tiro, mas vai entrar como se eu tivesse fazendo o curso que serve pra mim aqui dentro do meu trabalho, dentro da cooperativa. Eu faço horas que eu conto como horas de trabalho, a hora que eu estou fazendo pra melhoramento da cooperativa. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

Conseqüentemente, quando não há oportunidade de todos os associados participarem dos momentos formativos, ações são planejadas no processo produtivo para que o trabalhador que esteve individualmente em contato com formações externas consiga educar os companheiros de trabalho. Objetiva-se que todos tenham um alinhamento educacional/cultural:

Porque a gente sabe que a importância da formação tem que ser igual pra todo mundo. Porque não dá pra uma ter mais acesso pra informações e conhecimento e sair de uma formação e não saber passar isso pra quem não foi. Porque é importante tá todo mundo no mesmo nível, falando a mesma língua, se uma segura a informação e não passa pra outra, fica difícil. Como a gente quer avançar um empreendimento de economia solidária, com três pessoas e só uma tendo mais conhecimento? (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

As lideranças não conseguiram pontuar nominalmente todos os cursos, debates, oficinas e encontros participados. Foram diversos momentos formativos acessados pelos trabalhadores ao longo de suas trajetórias, fora do ambiente de trabalho e em espaços de educação não formal. No entanto, citaram alguns desses momentos, cuja síntese está contida no Quadro 2.

Quadro 2 - Momentos de educação não formal e seus conteúdos vivenciados pelos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários entrevistados.

Organização econômica solidária	Organização ofertante da formação	Conteúdo(s)
Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais	AMESOL	Feminismo popular; comércio justo e solidário; empreendedorismo.
	Incubadora do Centro Público de Osasco.	Trajетória e concepções da economia solidária;

		questão racial; fundos rotativos solidários.
Cooperativa Alimentação de	UNISOL Brasil.	Cooperativismo; introdução à economia solidária; comércio justo e solidário; fundos rotativos solidários; comunicação; autogestão.
	UNAS ³³ .	Introdução à economia solidária.
Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente	União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (Unicopas).	Curso teórico e prático na assessoria jurídica de Cooperativas e Associações.
	Incubadora Pública de Empreendimentos Econômicos Solidários do Município de São Paulo ³⁴ .	Introdução à economia solidária e seus princípios; plano de negócios e gestão de empreendimentos.
Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos	Associação de Promoção Humana e Resgate da Cidadania – Centro de Formação “Padre Leo Comissari”.	Introdução à economia solidária.
Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos	Incubadora Pública Itinerante Municipal do município de Mauá.	Introdução à economia solidária.
	Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) ³⁵ .	Agentes Socioambientais Urbanos.

Fonte: A autora, 2019.

Os conteúdos trabalhados nos encontros e cursos vinculados à economia solidária possuem intencionalidade formativa, conduzem a produção de saberes que se relacionam com a prática diária dos empreendimentos. Os espaços de educação não formal conseguem aglutinar “ideias e saberes produzidos pelo compartilhamento de experiências, produz conhecimento pela reflexão, faz o cruzamento entre saberes herdados e saberes novos adquiridos” (GOHN, p.

³³ União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região (UNAS).

³⁴ Foi inaugurada na gestão de Fernando Haddad (do Partido dos Trabalhadores), em 2015. Hoje ela não existe mais, tendo sido fechada pelas gestões posteriores.

³⁵ Órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental do município de São Paulo.

2016, p. 61). Passamos a chamar esses espaços de qualificação sociopolítica³⁶, os quais foram incentivados pelo governo federal em gestões passadas (2003 a 2016) para que fosse possível manter e renovar a base do movimento, carecia de sensibilização para os valores e princípios da economia solidária. Singer declara que, por parte do Estado, necessita-se de

[...] um duplo esforço: de um lado, oferecer capacitação profissional; do outro, favorecer a sociabilidade positiva de modo a permitir o reencontro do auto-respeito e da autoconfiança, para que as pessoas queiram de fato deixar de depender da assistência pública ou privada e disponham-se a investir tempo e esperança na montagem de empreendimentos, sejam estes coletivos, familiares ou individuais. (SINGER apud MELLO, 2005, p. 49)

Nesse sentido, destacamos o esforço de governos passados em construir uma política pública de qualificação sociopolítica em economia solidária. Por parte da SENAES foi implementado um Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES) em 2009, cujo objetivo era “de formar educadores populares, agentes de desenvolvimento, gestores públicos, conselheiros de políticas públicas de geração de trabalho e renda e formadores que atuam com economia solidária” (BRASIL, 2009). Portanto, consideramos que essa política de incentivo à formação dos preceitos da economia solidária conseguiu gerar resultados positivos, pois, direta ou indiretamente, as lideranças entrevistadas tiveram contato com encontros, seminários e reuniões ligados ao CFES Nacional ou aos regionais³⁷.

O CFES não é uma formação obrigatória dentro da economia solidária. É pra formar formadores na economia solidária e na época a gente não chegou a fazer nenhum curso do CFES, a gente foi até convidada, aqui na incubadora, os técnicos ficava assim: “você tinham que fazer” assim e tal. Mas não tinha tempo, a gente não é só militante, né? A gente é produtor, a gente tem que produzir também. E produzir demanda um tempo. [...] o CFES foi um dos cursos que a gente não fez não. Poderia ter feito. E assim, os formadores né? Que iam lá pro

³⁶ Inserem-se como subcategoria dos momentos de educação formal e não formal. A qualificação sociopolítica é diferente da qualificação profissional, é ela que garante a firmeza ideológica e continuidade produtiva dos empreendimentos econômico solidários.

³⁷ O projeto concebeu sete centros de formação, um nacional e os outros seis divididos nas regiões do Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste, Amazonas I e Amazonas II. Foram conveniados com a Universidade Federal do Pará (UFPA) que operou pela região Norte; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuou na região Nordeste; União Brasileira de Educação e Ensino / Instituto Marista de Solidariedade (IMS) desenvolveu atividades na região Sudeste; e Escola Centro Oeste de Formação Sindical (ECO/CUT) operou na região Centro Oeste.

CFES, vinham depois pro Centro Público e formavam a gente. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Em direção à observação de Paul Singer na citação de Mello (2005), a capacitação profissional (momento de educação formal) também foi um elemento formativo em destaque nas falas das lideranças dos empreendimentos. Os entrevistados evidenciaram a demanda por qualificação sociotécnica e profissional, revelando como a educação profissional é uma forma de garantir a sustentação e o fortalecimento das organizações. Quando iniciaram o trabalho autogestionário, os trabalhadores apontaram que necessitavam de um repertório técnico novo, que os preparasse para lidar com a produção, o mercado, os clientes e a concorrência.

Nesse sentido, percebemos a conformação de sujeitos desejosos por sucesso dos seus “negócios”, evidenciando a influência dos conteúdos angariados no mercado de educação/qualificação profissional, por meio do Sistema S, acessado por todos os trabalhadores dos empreendimentos analisados. A vontade individual, de ver o empreendimento como um negócio a ser edificado, faz cada liderança sonhar alto, não medindo esforços para enquadrarem a produção em demandas do mercado e associando a atualização de seus produtos conforme a prescrição dos cursos de empreendedorismo. Nesse processo, almeja-se ser um profissional bem-sucedido, com uma marca de sucesso. Nessa direção, Luciana, da cooperativa de sabão, afirma que a associação onde o grupo está abrigado tem muitas opções de formação profissional com foco na economia solidária, sendo possível qualquer um ser dono do seu próprio negócio. Assim, evidencia-se o projeto de economia solidária para a geração de emprego e renda.

Então tem bastante curso, então não faz curso profissionalizante quem não quer. Mas aqui tem bastante oportunidade como economia solidária. Eu acho que eles têm um leque muito grande que abre muitas portas pra muitas pessoas que tão fora do mercado de trabalho. Conheço pessoas que já fizeram curso aqui que hoje são donos do seus próprios negócios, estão muito bem. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

Nas entrevistas identificamos que muitos momentos de educação formal também ocorrem em instituições tradicionais de educação profissional (Sistema

S), principalmente no Senai e, raras exceções, no mercado privado. Esses espaços fomentam a ideia de que esse ou aquele curso de qualificação oferecerão o conhecimento necessário que impulsionará as vendas dos produtos/serviços e, conseqüentemente, aumentarão os parcos rendimentos do empreendimento.

[...] se você quer que seu empreendimento continue, que seu produto seja atualizado, seja valorizado, você tem que estar sempre buscando esse curso. “Olha, saiu nova forma de fazer boneca.” Então vai a gente lá fazer a nova forma de fazer boneca, sabe? E adaptando. As vezes a nova forma não é tão legal, mas tem aquele pulinho do gato que ensinou ali que você vai colocar na sua bonequinha antiga. Sem falar que assim, né? Produto tem seu tempo de vida útil, né? Você faz essa bolsa aqui, ela pode estourar de vender durante um tempo, chega uma hora que você não vai mais vender ela. Aí se você não for buscar qual que é a novidade que tá saindo agora, como é que essa bolsa, né? Você já transforma ela de outra forma, já sai, você já faz ela de outro formato, você fica com o produto parado. Então, essa coisa que a gente sabe, até porque a gente tem experiência, né? Desde de 2006 nisso, a gente sabe que chega uma hora você vende o produto, ele arreventa de vender e aí chega uma hora que acabou, e agora você tem que repensar ele ou você tem que mudar o produto, ou repensar ele e aí você reinaugurar ele com outra cara, com outra forma e pra isso você tem que tá sempre se qualificando. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Portanto, o lançamento de diversas tendências e “necessidades inúteis” incentivadas a serem produzidas pelo alto consumo, escraviza o empreendimento de maneira que ele precisa sustentar sua produção conforme a dinâmica de mercado. Percebemos, com isso, que a produção acaba deixando de lado sua potencialidade em atender os mercados locais – dos bairros onde estão inseridos, por exemplo – e investir na produção de bens ou serviços que supram as “necessidades úteis” da população, além de gerar renda e desenvolvimento local.

Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos que tratam dos mecanismos ideológicos de cooptação da educação profissional pelo empresariado brasileiro (OLIVEIRA, 2003), deparamo-nos com o discurso sobre a necessidade de o trabalhador buscar qualificação individualmente no mercado educacional para se enquadrar aos postos de trabalho exigidos pelas transformações do setor produtivo (FRIGOTTO, 1995; GENTILI, 2012). Delegam ao trabalhador a urgência (e o fardo) de ser “contribuinte para o avanço de uma cultura neoliberal.” (OLIVEIRA, 2003, p. 258)

Dessa maneira, tal discurso impregna-se sobremaneira nas organizações econômicas solidárias, a partir do acesso dos trabalhadores aos cursos de qualificação profissional ofertados pelas instituições mantidas pelo empresariado brasileiro (Senai, Sebrae e Sesi). Todos os grupos em análise tiveram seus trabalhadores matriculados em um ou mais cursos de pequena duração, entre eles de caráter mais teórico, como o de “Empreendedorismo”, outros mais práticos, como de “Panificação” e “Boas práticas no atendimento ao cliente”.

Recai sobre os empreendimentos a recomendação de que novos comportamentos exigidos pelo mercado de trabalho devem ser aplicados em qualquer lugar, inclusive no processo produtivo dos grupos solidários informais ou formalizados. O discurso vem carregado da ideia quase matemática segundo a qual maior qualificação profissional leva proporcionalmente à diminuição da pobreza, por meio de, no caso dos empreendedores, empregabilidade e criatividade na própria produção. Fica, assim, estabelecida a crença de que os trabalhadores precisam aprender as multifunções exigidas no mercado para que atinjam o êxito da produção. É dessa forma que Luciana, da cooperativa de sabão, justifica sua participação no curso de Formação de Lideranças no Sesi e Empreendedorismo no Sebrae e Senai. Esses trabalhadores se encarregam de acessar uma formação profissional que não condiz com o modelo teórico de desenvolvimento econômico projetado pela economia solidária, pois se objetiva a competitividade econômica da forma mais pragmática possível.

Vejamos que dos cinco empreendimentos analisados somente um deles tem a maioria dos cooperados com ensino médio completo e que chegaram a acessar o Ensino Superior – é o caso da Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente que possui registro para prestar serviços especializados e específicos, carecendo de conhecimentos cuja habilitação só pode ser concebida se o cooperado passa pelos bancos das instituições de ensino superior ou profissionalizante. Nos outros empreendimentos (Cooperativa de Alimentação, Cooperativa de Serviço e da Microempresa solidária) a maioria dos trabalhadores não conseguiu acessar ou concluir o ensino médio regular. O campo de estudo da economia solidária não deu conta de tratar profundamente do assunto, nem a política pública de economia solidária conseguiu dar saídas à demanda de qualificação profissional e muito menos associou tal demanda às políticas educacionais no geral.

Uma alternativa a ser considerada para que os trabalhadores envolvidos com a economia solidária continuem seus estudos é a integração³⁸ dos currículos de educação profissional com o Ensino Fundamental ou Médio. Assim, é possível incorporar o público da economia solidária na política pública educacional, como, por exemplo, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído em 2006, através do Decreto nº 5.840, que prevê no projeto político-pedagógico um currículo integrado.

A discussão ensejou análise mais detalhada sobre os processos de educação formal, conforme expomos a seguir. Verificamos, por exemplo, que algumas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica já consolidaram relação com o movimento de economia solidária de algumas regiões do país e passaram a ofertar formações, porém nenhum de tipo PROEJA. São eles o curso Gestão de Direção e de Produtos em Economia Solidária (IFPR); especialização em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia (IF Baiano); especialização em Economia solidária e arranjos produtivos locais (IFSC); e programa de Economia Solidária “Paul Singer” (IFSP).

Identificamos, ainda, na Plataforma Nilo Peçanha (PNP)³⁹, a oferta de cursos que poderiam fundamentar seus projetos político-pedagógicos a partir da compreensão do trabalho associado e solidário como um potencial fator de transformação do processo econômico. Sabemos que já existem exemplos de articulações com outros movimentos, como é o caso do MST e os Institutos Federais, que oferecem cursos de Agroecologia acessados por assentados da Reforma Agrária.

Faz-se necessário apontar que já existem alguns cursos de cooperativismo (técnico e tecnólogo) dos Instituto Federais do Paraná e do Rio Grande do Norte, por exemplo, que cumprem o papel de formar os trabalhadores

³⁸ O campo de pesquisa Trabalho-Educação (TREIN; CIAVATTA, 2009) há tempos vem discutindo a potencialidade e limites da oferta de educação profissional integrada à educação geral, com foco nas disposições legais que propuseram as modalidades curriculares de educação profissional de nível médio subsequente, concomitante e integrada.

³⁹ A plataforma Nilo Peçanha abriga os dados estatísticos oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Em relação ao tema discutido, verificamos cursos PROEJA de formação para Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Produção Alimentícia, Produção Cultural e Design, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.

conforme suas demandas. Também encontramos a oferta de inúmeros cursos curtos de formação inicial e continuada (FIC) – como técnico em panificação e reciclagem, salgadeiro, agricultura familiar, agente cooperativista, costureiro etc. – cujo objetivo central é transmitir as principais técnicas que qualifiquem o trabalhador. Sendo assim, tais cursos poderiam ter como principal público alvo os trabalhadores jovens e adultos dos empreendimentos econômicos solidários que já exercem atividades com esse perfil em suas localidades.

Moacir Gadotti (2009) declara que a “educação e a qualificação social e profissional são importantes para o fortalecimento dos empreendimentos solidários e para evitar a dispersão num campo onde a diversidade é enorme.” (p. 54) Portanto, apesar das contradições, a formação técnica é necessária para que os trabalhadores consigam tanto operar e dirigir seus empreendimentos como lidar com questões externas ligadas ao mercado. Entretanto, identificamos em nosso caso que os trabalhadores possuem grande necessidade por qualificação profissional e muitas vezes acabam se matriculando em instituições de ensino que não compartilham da visão de mercado e de sociedade proposta teoricamente pela economia solidária. Para ilustrar, foi possível elaborar um quadro (Quadro 3) com os cursos de qualificação acessados pelos trabalhadores dos empreendimentos entrevistados e as instituições ofertantes.

Quadro 3 - Cursos acessados pelos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários entrevistados e as respectivas instituições ofertantes

Empreendimento	Nome do curso	Nome da Instituição ofertante
Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais	Confecção de bonecos e brinquedos educativos; bijuterias de crochê com fio de metal; corte e costura.	Incubadora do Centro Público de Osasco
	Confeccionista de bolsa de couro.	Senai
	Confecção de bolsas e bonecas.	Instituição privada não declarada
Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente	-	-
Cooperativa de Alimentação	Confeitaria panificação; Manipulação de alimentos.	Consulado da Mulher

	Empreendedorismo e desenvolvimento local.	Senac
	Administração básica.	Senai
Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos	Manipulação de alimentos.	Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos	Empreendedorismo.	Senai
	Liderança.	Sesi
	Empreendedorismo.	Sebrae

Fonte: A autora, 2019.

A contradição se faz presente quando as lideranças das organizações declaram, ao mesmo tempo, que não buscam o lucro indeterminado e que objetivam consolidar um grande “negócio”. Portanto, vemos o choque entre diferentes concepções pedagógicas vivenciadas pelos trabalhadores das organizações econômicas solidárias. Enquanto a qualificação sociopolítica almeja formar sujeitos que vão contra a “acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular”⁴⁰ – portanto alinhadas a uma Pedagogia Crítica –, a educação profissional acessada por esses trabalhadores possui no seu projeto uma Pedagogia da Exclusão e das Competências, a qual se investe na ideia de que é possível encontrar destaque entre o contingente de desempregados e em situação de miséria ao adquirir conhecimentos no mercado educacional. Assim, os trabalhadores acabam responsabilizando a si mesmos pelo sucesso ou insucesso do empreendimento. Helen levanta indagações que afligem o seu trabalho:

Então como é que nós vamos ter o nosso negócio, nos profissionalizar no negócio, saber fazer o que a gente faz, mas profissionalmente, não fazer um trabalho amador? E ao mesmo tempo, ser essa mulher empreendedora, mas estar próxima da nossa família? (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

O trabalhador do chão da economia solidária é interpelado noite e dia pelo “discurso das elites visando conseguir, também no plano da produção, a sua

⁴⁰ Essa citação está contida na página 12 de um dos cadernos de formação em Economia Solidária distribuídos pelo CFES. O texto é de Bertucci e Kirsch (2012).

hegemonia política.” (OLIVEIRA, 2003, p. 259) Confunde-se a ideia de brilhantismo individual dos empreendimentos, sob a batuta de uma gestão criativa, de trabalhadores polivalentes e ao mesmo tempo vinculados a um projeto de desenvolvimento local sustentável de base participativa e socialmente construído. A identificação da necessidade de ruptura com o padrão de desenvolvimento estruturado pelo capitalismo (rigor ideológico) fica escamoteado entre o hibridismo de ideias e contradições, mostrando que somente a formação sociopolítica pode não ser suficiente para a mudança total das práticas presentes em estratégias de trabalho associado existente.

Dessa forma, consolidam-se grupos de produção que combinam práticas educativas que absorvem as demandas dos modelos vigente de produção, acumulação e de organização do trabalho, mas que ao mesmo tempo buscam construir uma sociedade em que tudo o que é produzido seja riqueza pública, apropriada de forma coletiva.

A cartilha de Sistematização de Experiência em Desenvolvimento Local Sustentável e Solidário (Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, 2012) (CFES SUDESTE, 2012), desenvolvida pelo CFES da rede Sudeste, coloca a economia solidária como um movimento anticapitalista e por isso visualiza para o Estado uma mudança de concepção de desenvolvimento econômico. Identificamos que, no confronto com as práticas dos empreendimentos, a teoria acaba revelando contradições e diferentes concepções sobre posicionamentos de cunho ideológico:

[...] tudo tem decisão política, né? Então a gente precisa tá por dentro dessas decisões e entender e saber assim que a gente não vai conseguir transformar o mundo, a gente fala assim: “ah, a economia solidária é a economia do bem-viver é uma nova proposta de sociedade.” É a gente pensar no outro setor econômico, fazer um setor econômico diferente do que tem aí, que é o capitalista. Eu particularmente, eu digo: eu não tenho nada contra os *capitalistas*. Até porque 90% dos nossos produtos quem compra são os capitalistas, mas não é o que eu quero para o meu trabalho, né? Eu não sou contra, mas a minha alternativa de trabalho é outra, da forma de trabalhar. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais, grifo nosso)

Nos momentos organizativos, nas oficinas temáticas, nos cursos de qualificação e em outros espaços educativos, os trabalhadores aos poucos vão

se conformando como sujeitos pertencentes a um grupo, com convicções e percepções sobre o mundo que o cerca.

Eu vou sair, vai entrando novas pessoas. Então esse projeto de trabalhar em cima do meio ambiente, de poder melhorar, a gente tá vendo que daqui a um pouco tempo nós vamos ficar sem água. Porque a gente costuma falar assim: “imagina, o mundo é 70% de água, é sim, mas água potável? E se continuar assim não vai ter....” Então quer dizer, vai acabar água potável se a gente não tomar providência, se a gente não fizer... não dar continuidade nesse trabalho. É trabalho de formiguinha? É, mas vale a pena, né? Pode fluir muitos efeitos como já tá fluindo. Pra mim, eu acho que nós já demos um grande avanço trabalhando assim [...] (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

Muitas vezes essas percepções se chocam com prescrições divulgadas pelos meios de comunicação de massa que trabalham para a constituição de um mercado favorável ao sistema de consumo de mercadorias e acabam educando os sujeitos para saídas pragmáticas e individualizadas. Ao mesmo tempo em que analisam a participação política e a militância como uma forma de combater a retirada de direitos e a apreensão privada dos recursos naturais, os trabalhadores envolvidos com a economia solidária, no caso deste estudo, por exemplo, colocam o peso da poluição ambiental como um crime cometido pela população: o humano, “em geral”, polui os rios. Portanto, percebemos um aprendizado ambíguo: a mudança de comportamento e a tomada de consciência podem assumir dois caminhos.

A educação ambiental que se veicula na economia solidária é aquela que analisa o modelo de desenvolvimento capitalista como intensificador “da destruição da natureza no processo de expansão da sociedade produtora de mercadorias” (LOUREIRO, 2015, p. 160). Portanto, a discussão teórica (Educação Ambiental Crítica⁴¹) dentro do movimento propõe a transformação irrestrita desse modelo, apresentando um novo que não dissocia sociedade de natureza. No entanto, nas práticas concretas dos empreendimentos existe grande dificuldade de conectar o debate da educação ambiental crítica. Não se

⁴¹ Loureiro (2014) caracteriza a educação ambiental como um campo amplo, diverso e contraditório. Sob a perspectiva teórica crítica, a educação ambiental assume caráter político, pois coloca em evidência práticas antissistêmicas que buscam a transformação radical “de uma sociedade historicamente desigual nos usos e apropriações materiais e simbólicas da natureza” (LOUREIRO, 2019).

evidencia a compreensão por parte dos trabalhadores da cooperativa de sabão das relações existentes entre o cultural, o social, o político e a natureza.

Portanto, apresenta-se a perspectiva conservadora de educação ambiental quando buscam, por meio da produção de sabão, da coleta de óleo usado e das campanhas de educação ambiental nas escolas e condomínios residenciais, oferecer informações sobre o meio ambiente e as consequências de sua poluição. Todavia, essa metodologia consegue aproximar a cooperativa da comunidade, construindo laços de confiança com os moradores para se debater e problematizar as condições sócio-históricas enfrentadas no bairro periférico, como a falta de saneamento. Loureiro (2019) aponta que

[...] historicidade passa a ser constitutiva da prática pedagógica, não cabendo mais suficiente a constatação do problema ou o voluntarismo para resolvê-lo, sendo vital a problematização que leve ao conhecimento da sua dinâmica causal e dos agentes sociais envolvidos (p. 44)

Dessa forma, contraditoriamente, conseguimos observar a construção de uma educação comunitária e popular (GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993) nos bairros próximos do empreendimento, possibilitando o debate sobre trabalho e produção autogestionária e solidária, estratégias de enfrentamento das desigualdades e mutirões/obras coletivas para melhorar a qualidade de vida dos moradores.

O nosso empreendimento é na periferia de Osasco, né? No local de produção, né? Então a gente fala assim: “como é que começa a transformar, né?” Porque isso é o princípio da economia solidária, né? [...] “o empreendimento não é nosso, ele é da comunidade, a comunidade tem que se apropriar também do empreendimento, o empreendimento tem que ajudar a desenvolver a comunidade”. [...] A gente ficou, poxa vida, mas nosso empreendimento tá ali e a única coisa que ele faz é as peças, né? Só serve pra produzir as peças, não tem esse envolvimento social e político ali na localidade e precisa! (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Desenvolve-se uma compreensão do potencial educador que as práticas da economia solidária proporcionam às redondezas do território onde está inserido. Os princípios do trabalho produtivo socialmente referenciado florescem. Tiriba (2001) afirma que a instância produtiva pode ser fonte de consciência coletiva dos problemas dos trabalhadores associados e da comunidade,

extrapolando o meio individual e familiar. Para além dos muros da organização autogestionária, existe um espaço possível de ser transformado a partir de uma atuação político-educativa. A educação popular se evidencia também quando a realidade externa do empreendimento aponta as necessidades comunitárias imediatas que carecem de atenção.

Lá onde eu moro é periferia mesmo. Aí eu fico pensando, eu começaria a falar de economia solidária como uma forma de transformar a sociedade, mas baseado no que já existe na comunidade, no que tem e no que a gente precisa de mudar. E esses jovem que estão aí, a gente quer que nossos jovens morram? Que nossos jovens se acabam nas drogas, né? E aquele pai que tá lá com o seu filho ou aquela mãe que não encontra uma creche pra criança. Será que não tem ninguém? Não pode fazer uma troca? Cuidar do seu filho, enquanto você faz um favor pra outra. Porque a gente tá falando de uma economia ... a gente tá falando de uma transformação da sociedade, um novo modelo de sociedade. E um novo modelo de sociedade é as pessoas que tem que ter importância, né? (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

A educação popular, segundo a liderança entrevistada, é uma ferramenta para transformar a realidade problemática da periferia onde está inserido o empreendimento. É nos momentos de troca e criação coletiva dos meios necessários de sobrevivência que a educação popular se efetiva (GUTIERREZ, 1993). Como educadora popular, Helen, compreende que ensinar inexiste sem aprender e vice-versa (FREIRE, 2016).

Porque a gente não só ensina, a gente aprende muito. E a gente não aprende só de quem sabe, que tá mais tempo que a gente. A gente aprende economia solidária de quem chegou agora, sem saber nada sobre o assunto. De repente a pessoa dá uma sacada em alguma coisa e poxa vida, eu to aqui há mais de dez anos e não teve essa sacada, né? (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Assim, podemos afirmar, a partir do apontamento de Freire (2016) de que “foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar” (p. 25-26), que a economia solidária se mostra como um estimulante formador de sujeitos conscientes de seu papel educador. Helen compreende que não poderá “chegar” em sua comunidade educando seus vizinhos para o trabalho, mas que ao apresentar o trabalho cooperativo e solidário como uma possibilidade talvez seja capaz de influenciá-

los – ou ensiná-los, assim como aprendeu – a se organizarem para provocar mudanças práticas no território.

Lia Tiriba (2001) levanta o debate a respeito da constituição de um mercado solidário, questionando as relações privilegiadas na comercialização dos produtos. A educação popular “tem como um de seus objetivos a constituição de uma pedagogia da produção associada que questione a atual lógica excludente do mercado e, ao mesmo tempo, crie alternativa para ela” (p. 221). Assim, formam-se mercados solidários que partem de outra visão sobre o fator econômico. O Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos aponta que a alimentação saudável pode chegar na mesa de quem também não tem condições financeiras:

[...] não é uma coisa que a pessoa precisa ter dinheiro. O que pega principalmente é que as pessoas falam: “ah, o orgânico é caro”. Isso é o que mais pega. E a gente trabalha pra tornar isso uma mentira. Não, o orgânico é popular, ele tem que ser acessado popular pra todos e não só pra uma parcela da população que tem dinheiro. Então, o que torna caro o alimento orgânico é o atravessador e não o produtor. Então se o produtor consegue atingir o consumidor final, ele consegue ganhar mais e consegue vender num preço menor. Então, a gente trabalha dentro da educação popular nesse sentido, educar as pessoas, para que elas possam ter acesso... fácil aos produtores e não aos grandes. (Adriano, Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos)

No entanto, a prática reflexiva da realidade ainda parece nebulosa quando os empreendimentos buscam a identificação dos grupos/classes sociais responsáveis pela poluição das águas da comunidade onde os empreendimentos estão inseridos (exemplo no nível “micro”) ou na compreensão dos motivos da pauperização da condição de vida dos trabalhadores (exemplo no “nível macro”) (GUTIÉRREZ apud GADOTTI; GUTIÉRREZ, 1993, p. 101).

É necessário registrar que, dentro da metodologia elaborada pela SENAES – colocada em prática nos cursos ligados ao CFES –, foi enfatizada a importância do desenvolvimento de processos coletivos de análise da conjuntura, indicando categorias de análise que partem da realidade dos trabalhadores associados, tendo a prática como ponto de partida. Fazer análises de conjuntura é um ato político, nos possibilita conhecer e descobrir a realidade, cuja leitura do real está encharcada de “alguma necessidade ou interesse”, e exige “não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados

importantes e disponíveis de uma situação determinada, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações” (SOUZA, 1985, p. 8). Ao mesmo tempo, a formação deveria abarcar os conhecimentos sobre a “História e as contradições do capitalismo e da luta dos povos, e dos brasileiros em particular, por sua superação, incluindo a história das formas organizativas alternativas de produção, como o Cooperativismo, o Socialismo e a Autogestão.” (SENAES, 2006, p. 18). Assim, objetivava-se que os empreendimentos econômicos solidários tivessem ferramentas para montar coletivamente um retrato da vida de quem trabalha, conforme a sua atuação local, mas também identificar as causas estruturais da situação de precariedade da classe trabalhadora.

Conforme exposto anteriormente, a cooperativa de serviço e produção de sabão organiza momentos educativos que procuram alcançar a conscientização do bairro sobre os problemas ambientais, na expectativa de o empreendimento influenciar nos impactos ambientais. Acaba que o movimento de aproximação com a comunidade, importante no seu potencial formador e de organização dos trabalhadores, carrega o discurso pragmático de educação ambiental, que propõe reflexões e práticas menos coletivas para os problemas de cunho político.

Percebemos que, no geral, existem dificuldades nos empreendimentos em diagnosticar os problemas como resultado da estrutura socioeconômica em que vivemos. Dessa forma, acabam imputando aos sujeitos a empreitada da preservação ambiental solitária, não colocando em evidência questionamentos necessários “quanto a projetos de sociedade e de sustentabilidade almejados” (LOUREIRO, 2019, p. 45).

[...] as crianças [da escola] são aquelas que mais são parceira da gente, que ajuda, porque tem muita gente que já passa lá [e fala:] “Olha a tia do óleo!” (risos) Aí a gente chega lá [na escola], tem encontro com as mães, aí elas falam assim: “Nossa, olha o que que vocês fizeram? Minha filha chega em casa e fala: “mãe, não joga óleo na pia porque a tia do óleo falou que não pode porque vai entupir o cano”. Então quer dizer, uma parceria muito bacana, é um trabalho gratificante que a gente faz, né? E contribui muito pro meio ambiente. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

Falta clareza e, portanto, formações nesse sentido que esclareçam o *modus operandi* de consumo estimulado pelo padrão societário dominante de

produção, que nada tem a ver com o modo de vida da classe trabalhadora, cuja demanda fica muito aquém das elites. Apesar do projeto de formação (CFES) tentar proporcionar sistematizações sobre práticas que conseguiram dar conta do debate sobre a questão socioambiental – desde discussões pedagógicas sobre o “reencontro dos seres humanos consigo mesmo, com o planeta e com o universo” (MTE, 2006, p. 23), como a auto-organização política para enfrentamento dos problemas ambientais (CFES SUDESTE, 2012) –, nem toda ampla base da economia solidária conseguiu ter acesso aos momentos de educação sociopolítica com esse e outros temas. Exemplificando o conteúdo das formações do CFES que tinham como proposta a discussão da sustentabilidade ambiental, trazemos um trecho:

As nossas relações com os movimentos sociais devem ser de parceria, inclusive para a promoção do consumo solidário, sensibilizando para a necessidade de efetivamente contribuirmos para a construção de uma nova sociedade, colaborando para que o desenvolvimento local, sustentável e solidário seja uma realidade e para que possamos garantir a todas e a todos o direito à produção coletiva e à apropriação coletiva dos resultados, eliminando a mais-valia, isto é, o lucro instrumentos que colocaram o nosso planeta em risco e que definitivamente precisam ser postos em seu devido lugar. (CFES SUDESTE, 2012, p.25)

Um dos debates que surgem a partir das práticas da economia solidária é o da sustentabilidade, vinculado à produção da problemática ambiental. Percebe-se, por exemplo, que no último Mapeamento de Economia Solidária no Brasil, entre as ações praticadas pelos empreendimentos, existe alguma preocupação com a temática ambiental (33,5%). Entre os principais desafios a serem enfrentados pelo empreendimento, um deles é conseguir a conscientização ambiental dos seus sócios (37,1%) (SILVA; CARNEIRO, 2016).

Além disso, consta no mapeamento que, entre os principais movimentos sociais que dialogam com os empreendimentos, 10,1% deles são de movimentos ambientalistas ou de agroecologia. No entanto, segundo a classificação, outros movimentos também se relacionam e possuem a temática ambiental como cerne da luta (movimento de luta pela terra e agricultura familiar, movimento de combate à fome e movimento de ameaçados ou atingidos por barragens). Esses dados nos mostram que muitos movimentos sociais e grupos com práticas autogestionárias estão organizados politicamente em torno da

pauta ambiental ou, pelo menos, visam à sustentabilidade ambiental e à valorização de saberes tradicionais de produção. Apontamos que a relação da economia solidária com a Pedagogia dos Movimentos Sociais consegue tornar “mais explícitas as contradições do sistema capitalista, contradições que são sociais, mas também ambientais e relacionadas ao futuro do planeta, da humanidade.” (CALDART, 2009, p. 48)

Para dar respostas a inquietações sobre a questão ambiental, muitos grupos buscam cursos e formação para conseguirem desenvolver suas atividades da maneira mais consciente possível, procurando eliminar sobras desnecessárias, reduzir o lixo e realizar outras práticas alinhadas com o discurso da sustentabilidade ambiental.

A prefeitura de São Paulo, por meio da Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ), oferece contínuos cursos para formar Agentes Socioambientais Urbanos, cuja ementa está alinhada com a agenda da ONU, especificamente a Campanha de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). São 17 objetivos com 169 metas a serem alcançadas até 2030. Observamos, conforme o trabalho de Cardoso-Costa e Gonçalves (2017), que essa e outras políticas globais, como a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) e Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), não conferem uma avaliação histórica dos problemas sociais e ambientais, os quais são apresentados sem reflexão e acabam sendo naturalizados.

[...] eu fiz um [curso] da UMAPAZ de formação... não sei se você conhece aqui a Universidade do Meio Ambiente, [...] era pra tratar de carga da terra. Então, lá a gente se formou em agente socioambiental. São várias aulas assim, cada aula tem um especialista em determinado assunto, né? Foi fantástico assim, tudo voltado pra ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A gente desenvolveu um trabalho lá também de produção de alimento. Teve mediação de conflitos... (Adriano, Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos)

Dessa forma, o Grupo Informal com o intento de articular sua prática de produção de alimentos saudáveis e educação ambiental, formou-se como agente socioambiental pela UMAPAZ, carregando para o empreendimento uma perspectiva mais pragmática de educação ambiental. As orientações da

campanha ODS visam instruir as “competências-chaves” para alcançar os objetivos propostos e atingir um desenvolvimento sustentável planetário. Apagam-se assim, as causas dos problemas gerados pelo atual padrão hegemônico de desenvolvimento, delegando “aos homens”, em abstrato, a solução da crise ambiental, que, na verdade, é manifestação histórica da crise societária e “intrínseca ao movimento de expansão do modo de produção capitalista, de universalização de relações sociais alienadas e redução da vida ao status de mercadoria.” (LOUREIRO, 2015)

Assim, notamos a dificuldade dos empreendimentos, acompanhados por entidades parceiras da economia solidária (como a UNISOL Brasil ou a AMESOL), em identificar as filiações ideológicas presentes nos espaços educativos nos quais estão envolvidos. Eles necessitam formação para responder às diversas questões que atravessam as frentes da produção e, dessa forma, vão procurar um ferramental teórico e técnico que circulem mais facilmente. Além dos meios de comunicação e a internet que propagandeam informações pragmáticas para resolução dos problemas ambientais, ainda há a opção de os trabalhadores buscarem diferentes instituições na iniciativa privada, pública e filantrópica. Dessa maneira, os empreendimentos estão sujeitos a encontrar uma gama de perspectivas pedagógicas, possibilitando brechas à disputa do projeto socioeconômico da economia solidária.

Ainda que envolvidos em momentos de qualificação profissional e formação sociopolítica, uma parte importante do trabalho cotidiano na economia solidária está nos processos de sistematização de experiências práticas e teóricas. Constatamos no campo de pesquisa que, ainda assim, existe resistência por parte dos trabalhadores em sistematizar os conhecimentos construídos nos espaços organizativos e pouco estímulo para que haja momentos coletivos, de análise do que foi produzido, apreendido e compartilhado entre os trabalhadores. Ainda lhes faltam a compreensão da importância do registro do saber como forma de memória e identidade, documentação que cumpre a função de guardar a cultura e a história, passível de ser disseminada e compartilhada aos que virão a compor o grupo futuramente.

Se a economia solidária, segundo Kruppa (2005), requer “uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida e da organização da

sociedade” (p. 27), assume-se a necessidade daqueles envolvidos com tal projeto tornarem o espaço de trabalho e todas as suas atividades momentos conscientes do seu papel no mundo. De acordo com a autora, a metodologia que vincula o pensar ao fazer proporciona aos sujeitos a recuperação do protagonismo de suas vidas. Vincula o pensar do fazer e por isso, a fala, a reprodução e a elaboração de novos conhecimentos – resultado do novo sujeito que nasce e das possibilidades de vida carregadas junto dele.

Toda teoria advém das práticas e toda prática produz teorias, que são as sistematizações históricas e sociais do conhecimento. Daí a importância de falar, refletir, relatar, sistematizar e produzir materiais fruto das atividades do trabalho associado. Assim, a cultura acumulada no cotidiano desse trabalho possibilita o nascimento de conteúdos intrínsecos a ela e, portanto, novas teorias. A prática busca um produto, uma finalidade, por isso, precisa de um substrato para fazer alcançar o objetivo final. Ao longo dessa atividade, buscam-se formas de deixar registrado e sistematizar essa prática com o propósito de passá-la para outras pessoas, podendo repeti-las. Desta forma, os conceitos, hipóteses, teorias e leis nascem a partir da prática, da necessidade humana e por isso, são interdependentes.

Gadotti (2009) identifica a importância da prática de sistematização na economia solidária como parte do processo de formação:

A sistematização das práticas de economia solidária é estratégica para o seu próprio desenvolvimento. Ela evita a retomada da estaca zero a cada novo empreendimento. Para ser eficaz, a sistematização, para ser eficiente, deverá não só acompanhar o processo como parte da sua avaliação, mas, ainda, apontar perspectivas e desdobramentos. A sistematização é um momento do próprio processo de formação e de construção do conhecimento e deve ser incluída no seu planejamento metodológico. [...]

O movimento de educação popular na América Latina tem uma longa tradição de sistematização de experiências. Não se trata apenas de ordenar, catalogar ou classificar informações. A sistematização exige apreensão crítica da realidade e interpretação do vivido. (p. 60)

Destacamos que as considerações da I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia solidária, organizada pela SENAES e o FBES em 2005, já indicava a relevância pedagógica da sistematização para a política pública de formação:

Considerados como momentos educativos, inclusive para os próprios trabalhadores educadores, a avaliação e sistematização das experiências concretas dos trabalhadores e trabalhadoras acontecem de forma permanente, permitindo a (re)construção das práticas sociais e dos sentidos do trabalho. (MTE, 2006, p. 17)

Dessa forma, evidenciamos o esforço do CFES Sudeste em elaborar um conjunto de cartilhas para guiar as atividades formativas nos empreendimentos de economia solidária nos estados. Uma delas foi elaborada por entidades do Fórum de Cooperativismo Popular (FCP) do Rio de Janeiro (2012), apontando a necessidade de um plano de sistematização com o objetivo de que todos os grupos pudessem pensar sobre suas experiências coletivas, procurando aprender com elas. Assinalam que tanto o trabalho deve ser autogestionário como o saber e, logo, a integração da prática com o conhecimento deve envolver todos os trabalhadores no registro, organização, classificação, avaliação, validação e sensibilização das práticas e aprendizados do empreendimento.

Nenhum dos entrevistados participou dos encontros do Projeto CFES, mas assinalaram que os técnicos e formadores que estiveram em contato com eles nos momentos de educação não formal passaram pelos cursos estaduais de formação de formadores, retornando, assim, com o acúmulo dos espaços para dentro dos empreendimentos.

Nesse sentido, percebemos o empenho dos empreendimentos incubados pelo Centro Público de Economia Solidária de Osasco em sistematizar os aprendizados e revelações que emergem do trabalho coletivizado. A experiência de sensibilização para o trabalho associado com os valores da economia solidária foi transposta no tecido e bordada pelas mãos das trabalhadoras da Microempresa Solidária de Artesanato. Assim, nasceu um livro de pano que foi escaneado, transformado em livro de papel e distribuído para aqueles que ingressavam no processo de incubação. A sensação de produzir um material feito pelas próprias mãos, lido por muitas pessoas elevou a autoestima dos participantes do empreendimento. Além disso, o processo de produção do livro possibilitou a retrospectiva dos aprendizados que aquele grupo de mulheres tinha vivenciado na incubação e nos momentos mais amplos de formação e articulação política que a economia solidária proporcionou.

Foi um livro que a gente fez daqui, junto com a incubadora, sobre o processo de incubação de Osasco. A gente fez aquele livro. Nós bordamos ele a mão, escrevemos e bordamos os momentos, como é que acontecia as coisas que tinham aqui em Osasco. E aí o município, na época, o município levou para uma gráfica aquele livro de pano, feito a mão e transformou num livro de papel, pra distribuir. Ele é grande assim, um vermelho. É o máximo de sistematização que o [grupo] fez, foi isso. Hoje a técnica [da Incubadora Pública de Osasco] tava falando pra mim que eles estão conversando com o diretor do programa pra ver se eles mandam fazer mais uma tiragem. Que na época foram 5 mil quando a gente fez, né? É pra distribuir mesmo. Fazer a sensibilização da incubação. Então eles tão pensando agora em produzir mais alguns, ai que bom!!! (risada empolgada). (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais, grifo nosso)

Notemos, na Figura 8, que os elementos do livro foram pensados cuidadosamente e, para isso, exigiu reflexão e sistematização sobre a prática na economia solidária.

Figura 8- Páginas do livro “Economia Solidária: pelo direito de produzir e viver em cooperação de maneira sustentável”



Fonte: A entrevistada, s.d.

O Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos trabalha com uma “agendinha”, em que a cada reunião o planejamento mensal do grupo é anotado, acertando os combinados e tarefas que serão assumidas por cada integrante. Também consideram importante realizar os registros da produção. Pesam e anotam o resultado do plantio, reconhecendo a produtividade da terra na qual trabalham. Além disso,

organizam a plantação e a colheita conforme o calendário agrícola, diversificando os alimentos conforme a sazonalidade e o bioma local. O coletivo tenta sempre alimentar o blog criado com receitas caseiras e curiosidades sobre espécies de plantas convencionais e não convencionais (como as plantas alimentícias não convencionais – PANCs) cultivadas na sua produção; acreditam que é uma forma de compartilhar o conhecimento popular com o público que acessa seus alimentos e incentivar o consumo de forma alternativa, tornando o conhecimento o mais acessível possível.

O conhecimento que a gente tenta passar, porque assim, num é tipo uma coisa que a pessoa vai ter que ter cinquenta reais pra uma receita que tá no site lá. Não, ela vai ter que ter alguns alimentos sabe tipo... ou ter acesso a algum alimento ou começar a identificar algum alimento que de repente ela tem acesso na calçada dela, tem no quintal dela e não come, não utiliza, estraga, sem saber que são alimentos não convencionais. (Adriano, Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/agroecológicos)

A cooperativa de trabalho, por ter a grande maioria dos cooperados com graduação e pós-graduação, confere outro olhar para a sistematização dos conhecimentos produzidos na prática de suas atividades. Nos espaços coletivos de decisão, optaram por documentar experiências exitosas e que consideram relevantes em serem compartilhadas com aqueles que pesquisam e trabalham com questões relativas ao campo brasileiro. Dessa forma, produziram alguns artigos acadêmicos:

De uns anos para cá, isso é bem recente, a gente está começando. [...] está documentando e em algumas situações, até apresentando essas experiências em, vamos dizer como um produto, em seminários, jornadas de estudos, congressos. A gente apresentou o primeiro em 2017, no Congresso Brasileiro de Agroecologia, que foi uma experiência que a gente desenvolveu de formação com agricultores urbanos na cidade de São Paulo. E era uma formação voltada para geração de trabalho e renda, mas com aspecto da produção agroecológica. Então esse trabalho durou alguns meses, depois a gente sentiu na obrigação de fazer o registro desse material e apresentamos nesse congresso. (João, Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente)

No caso da cooperativa de serviço, passou a ser estratégico acompanhar o andamento da produção, anotando os acertos, erros das fórmulas e sistematizando os conhecimentos adquiridos ao longo da história da cooperativa. No caderno ao qual a liderança entrevistada deu o nome de “apostila”, ficam os

registros com todas as informações necessárias para repetir a produção dos itens de limpeza desenvolvidos pelo grupo. As anotações são o resultado das atividades práticas e da elaboração teórica sobre a química dos produtos, quantidade, potencialidade de venda, rendimento e outros elementos necessários para a cooperativa não sair perdendo na produção e comercialização. Observa-se como o esforço de sistematizar as práticas do processo coletivo de produção proporciona a geração de conhecimentos, cujo ensino-aprendizado acontece de maneira autogestionária (todos os envolvidos aprendem e ensinam entre si).

[...] Apostila que a gente fez. A gente vai fabricando [os produtos de limpeza], aí deu certo, então você já tem que anotar aqui porque a gente começa... Por exemplo, se eu vou preparar um álcool perfumado, então eu vou ver o que que eu vou precisar pra fazer ele. Eu fiz? Deu certo? Então vamo anotar. Tem alguma coisa que não ficou bem? Então vamos fazer teste, vamos descobrir o quê que tá errado nele. Então ó, esses produtos aqui não vai. Não vai por quê? Tem tudo os porquê e o porquê. Então é tudo controlado e qualquer pessoa que vier pra fazer, ela vai conseguir porque tem tudo por escrito. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos)

Ao explicar como funcionava o processo de produção do sabão e detergentes, Luciana nos apresentou uma ferramenta desenvolvida pelos trabalhadores para fechar as embalagens. Batizou essa e outras invenções de “engenhocas”: necessidades que se revelam nos momentos laborais e que possibilitam criações. Evidencia-se um conjunto de aprendizagens e sistematizações como marcas permanentes do interior do trabalho associado. Diante disso, entende-se que a construção de tecnologias sociais parte da reflexão coletiva da realidade, das necessidades concretas que afligem o cotidiano e o trabalho. A partir dos conhecimentos tácitos dos trabalhadores e daqueles apreendidos nos momentos formativos, nascem proposições para a mudança do imediato, construindo saberes implícitos ao trabalho que, nessas condições, passa a ser princípio educativo, pois nele o trabalhador se realiza, produzindo respostas às necessidades básicas e às necessidades sociais (culturais, lúdicas, estéticas etc.), isto é, mundo da necessidade e da liberdade. (FRIGOTTO, 2009)

Os trabalhadores passam a ter controle de todo o processo de produção e de forma criativa vão acrescentando conhecimentos elaborados para a cultura

do empreendimento. Kuenzer (2002) afirma que o trabalhador inegavelmente produz conhecimento, fruto das relações travadas durante o processo de produção de existência; a consciência se forma a partir do trabalho.

[...] o trabalho compreendido como todas as formas de atividade humana pelas quais o homem apreende, compreende e transforma as circunstâncias ao mesmo tempo que se transforma é a categoria que se constitui no fundamento do processo de elaboração do conhecimento. (KUENZER, 2002, p. 183)

O trabalhador vai cumprindo diferentes funções e tarefas, se distancia da posição de “mero executor de tarefas predeterminadas e parciais” (KEUNZER, 2002, p. 183), tornando o trabalho menos alienado e, portanto, proporcionando desenvolvimento humano. O protagonismo está no trabalhador. Depende do coletivo de trabalhadores, no empenho conjunto de deixar a irresponsabilidade e a falta de conhecimento sobre a gestão do processo produtivo para trás e assumir os riscos e os ganhos da empresa solidária. Tal responsabilidade e conhecimento sobre a produção estavam concentrados na figura do patrão e do gerente. Na economia solidária, essa relação hierárquica da heterogestão é negada pelos trabalhadores; os aprendizados da auto-organização criam um ambiente de horizontalidade, recusando o processo pedagógico da fábrica capitalista de formatação dos trabalhadores e negando situações em que alguns irão desempenhar funções de maior responsabilidade e por isso poderão ter mais autoridade sobre os outros.

As relações de produção vivenciadas fora do ambiente da economia solidária mostram a condição de exploração e subalternidade que deve ser repelida pelos trabalhadores associados. Em uma empresa de capitais, os trabalhadores passam por situações que geram “medo de descontar o dia” (Benedita, Cooperativa de Alimentação); se existem problemas urgentes, os trabalhadores não se sentem à vontade de pedir permissão para deixar o trabalho, por receio de o dia ser “descontado”, mesmo sabendo que se poderia “pagar” (Benedita), e pelos “olhares feios” dos supervisores (Helen, Cooperativa de Artesanato). Por outro lado, a nova realidade (autonomia, liberdade, responsabilidades sobre a produção etc.) dos empreendimentos solidários não é assimilada rapidamente pelos jovens associados ou pelos trabalhadores mais velhos, que já vivenciaram as regras da heterogestão.

Muitos trabalhadores somam-se ao trabalho associado e estranham a liberdade e autonomia praticada na economia solidária. Podemos citar: a auto-organização dos horários a serem cumpridos, as saídas da produção para tratar de pendências familiares e de saúde ou a participação enquanto indivíduos ou representando o coletivo em espaços formativos. Benedita constatou que “tem gente que não sabe lidar com a liberdade”. Assim, compreendemos que esse trabalhador, citado por Benedita, foi formado para trabalhar em ambientes extremamente controlados, “constituindo-se em meio à ideologia liberal” (TIRIBA, 2001, p. 280), onde a indagação, a criação e a autodeterminação são movimentos reprimidos. Deparamo-nos com o “roubo” diário do sentido do trabalho.

Paulo Freire, em *Pedagogia da Autonomia* (2016), expõe que “é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade ética e se impõe a responsabilidade” (p. 20). Então, tal responsabilidade só se constrói a partir de um “contrato social” firmado, mesmo que inconsciente, entre os trabalhadores dos empreendimentos. Nesse sentido, todos têm o dever com a produção, o que não impede o trabalhador, por exemplo, de “fazer a sua prospecção de trabalho e trazer essa prospecção para dentro da cooperativa” (João, Cooperativa de Trabalho).

Então, esse princípio para nós, da autonomia, é fundamental, seja pro produtor rural, seja para o próprio profissional, para nós. A nossa cooperativa pode até ter algumas questões ainda, como todas tem, mas, não resolvidas sob o aspecto organizacional. Porque muitas vezes as pessoas entendem que o organizacional, você tem que ter alguém que mande você fazer. No princípio do cooperativismo isso não tem, você pode delegar, né? Mas o princípio é o da autogestão e para você ter autogestão as pessoas têm que entender e praticar a autonomia. Esse é outro princípio também para nós muito importante. (João, Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente)

Esse aprendizado vem com a prática cotidiana, pois são vivenciados momentos em que os sujeitos exercem a liberdade, a avaliação e a decisão a serem tomadas e, assim, medem coletivamente os problemas e qualidades de cada posicionamento tomado pelo conjunto dos trabalhadores. O anseio por um comportamento participante dos cooperados torna-se visível no depoimento de Benedita, que percebe a dificuldade em solidificar uma organização coletiva para resolver impasses do cotidiano de trabalho. Além disso, a competição e a

individualidade estimulada pelos cooperados desestabiliza a relação de companheirismo: “as vezes eu via uma cooperada se recusar a ensinar a outra como fazer a massa do pão, para não fazer melhor que ela!”.

Benedita, que já trabalhou em empresas capitalistas, aponta que o trabalho autogestionário necessita posicionamento ativo de todos frente às decisões que dizem respeito à organização da produção. Assim, Benedita busca formação para que todo o grupo tenha conhecimentos necessários para se desenvolver uma gestão participativa e satisfatória para todos os sujeitos envolvidos no processo.

Eu valorizo muito isso, a busca de conhecimento, né? Porque eu sou aposentada por tempo de serviço, mas eu nunca aceitei a regra de patrão e empregado. Tanto que eu acho que não, tenho certeza, fui uma das funcionária, das empregada mais rebelde, que eu não era de me confrontar né? Mas eu, 50% das regras de empresa eu não cumpriria, às vezes até pagava um preço. (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

O desafio de desenvolver um processo educativo que forme os trabalhadores para o trabalho horizontal está no esforço de orientá-los para a constituição de uma nova cultura do trabalho, menos competitiva, individualista e que não gere adoecimentos; que seja uma cultura de trabalho socialmente referenciada e requerida pelos trabalhadores. Para serem criadas novas relações sociais, o grupo precisa compreender e colocar-se em oposição às regras de socialização da empresa capitalista. Dependem assim, das condições objetivas para acessarem ferramentas teóricas e práticas que lhes permitam enxergar o mundo a partir de uma visão crítica e construída a partir do ponto de vista de classe. Como constatou uma educadora da associação que abriga a cooperativa de serviço a economia solidária é uma “possibilidade real de organizar as relações sociais, sem ter patrão e empregado, e reorganizar a estrutura econômica no espaço, no território.”

Como aprender a trabalhar associativamente? O primeiro passo é diferenciar o trabalho autogestionário do mercado formal, afinal “não faz disso uma empresa privada, que tem patrão e empregado” (Benedita, Cooperativa de Alimentação). Esse desafio permanente é colocado às organizações de economia solidária que pretendem se posicionar como possibilidade econômica aos trabalhadores, gerando renda e viabilidade para satisfazer às necessidades

básicas dos associados, mas que também se opõem às arbitrariedades do mercado de trabalho – dispendo de postos cada vez mais desprotegidos dos direitos trabalhistas, geram adoecimento físico e mental. Por isso, essas organizações buscam criar condições (estrutura, recursos, direitos) para transformar – ao menos onde estão inseridos – as relações sociais de subordinação e alienação do trabalhador.

O pensar e o fazer se relacionam estrategicamente como ato imprescindível para a prosperidade do empreendimento, sendo por isso tão urgente. A pedagogia que emerge do método de trabalho da economia solidária congrega a mudança de condutas com a produção de novos conhecimentos e práticas, propondo uma nova cultura do trabalho e de sociedade. Portanto, evidencia-se a Pedagogia da Autogestão, cuja metodologia busca articular as dimensões educativas do trabalho associado e autogestionário, unindo os saberes fragmentados pelo modus operandi do capital. (ADAMS; SANTOS, 2013)

Quando alguns dos cooperados da Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente vão prestar serviço de assessoria técnica e de extensão rural, são muitas as inquietações manifestadas a partir do contato com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Suas reflexões acabam sendo compartilhadas entre os companheiros que não estiveram no trabalho de campo, conseguindo, assim, estruturar uma linha de pensamento coletivo e opiniões sobre a variedade de assuntos que atravessam o dia a dia da cooperativa. Contudo, essas reflexões extrapolam a cooperativa, e não basta o compartilhamento com parceiros acadêmicos. Os cooperados começaram a sentir a necessidade de aprofundar o debate com outros atores que discutiam a questão agrária brasileira e com isso foram criando redes de cooperação e formação que ampliou a capacidade de influenciar sobre o tema. Em relação à alimentação saudável e à produção de alimentos, João comenta:

[...] a gente vem alguns anos fazendo reflexões sobre: “a, porque tem a produção orgânica e nem todo mundo na cidade tem acesso e o por que o agricultor não é estimulado a produzir orgânico?”. Então essas questões todas entra na nossa reflexão. O abastecimento alimentar é um tema muito chave para nós, porque quem produz diz que não tem gente para consumir e quem consome fala que não tem produto pra comprar. Aí você fala: “como assim?” Aí, todo mundo fala que o problema é na comercialização e vem outros que falam que é da

produção. Então na verdade, tudo isso não é... você não pode dizer que o problema é na comercialização. Da porteira para fora. Não. O problema é da produção, da porteira para dentro. Não, não é. Tem questões distintas? Pode até ter. Mas tem um pano de fundo que é o abastecimento alimentar. Como que as pessoas se alimentam. Porque elas se alimentam dessa forma, quais são as tendências. Então assim, são cinco, seis grandes temas que demandam uma reflexão muito maior. E que também, elas não precisam ser feitas, a cooperativa fazer individualmente, só a cooperativa fazer. A gente tenta buscar, eu fico também nessa tarefa de buscar outros parceiros, outros lugares pra... aí a academia, a incubadora, os seminários, as jornadas de estudos. Esse tipo de discussão, esse tipo de intercâmbio, essas trocas e aprofundar essas reflexões. Assim, por exemplo, nós, como cooperativa, nós tiramos que teríamos muito interesse de participar da Feira da Reforma Agrária que acontece no parque da Água Branca em maio [de 2019, em São Paulo]. E nós iríamos fazer uma oferta para os organizadores, se eles pudessem ceder um espaço, ou se permitisse organizar um espaço ali durante a feira para a gente fazer discussão sobre ATER, sobre assistência técnica e extensão rural. (João, Cooperativa de Trabalho, Assessoria Técnica, Extensão Rural e Meio Ambiente)

Partindo da identidade da cooperativa, de todo acúmulo sobre alimentação saudável e produção orgânica/agroecológica, juntamente com a reflexão e perplexidade diante das alterações retrógradas da política brasileira, a cooperativa de trabalho se colocou em luta contra o fim do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). As manifestações públicas chamadas de “Banquetaço” aconteceram na rua, em fevereiro de 2019. Foram feitas mobilizações em que refeições saudáveis e orgânicas/agroecológicas eram preparadas e distribuídas em praça pública, envolvendo movimentos sociais ligados à alimentação e saúde, organizados por produtores orgânicos e de comunidades religiosas.

É nesse sentido que a economia solidária, com suas relações entre os movimentos e organizações sociais, possibilita a reeducação política e cultural dos trabalhadores associados. Na medida em que os momentos educativos de organização interna e de formação sociopolítica proporcionam inserção dos trabalhadores em debates conscientizadores, vão ensinando e evidenciando a capacidade de ação conjunta e de mobilização para alcance de direitos sociais. Como mostra Arroyo (2003), “a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte” (p. 31).

As perguntas que levaram às diferentes respostas sobre as práticas educativas foram centradas na tentativa de compreender as especificidades que

a economia solidária assume em relação ao seu papel educador. Identificamos três categorias de respostas em que os trabalhadores da economia solidária se enquadram, que podem ser excludentes ou não, sem que necessariamente estejam relacionadas às pedagogias críticas ou conservadoras. A economia solidária proporciona a formação de: a) sujeitos críticos em relação a situação da classe trabalhadora e solidários à luta por direitos; b) sujeitos que se transformam individualmente – tornando-se “profissionais”; c) sujeitos em busca por cidadania.

Organizar-se em práticas de economia solidária proporciona aos trabalhadores entrar em um padrão de vida e de consumo substancialmente diferente daqueles em que se encontravam anteriormente. Vemos a inclusão social viabilizada pelo acesso à renda que as redes de solidariedade construídas no campo da economia solidária e o trabalho associado proporcionaram a muitos trabalhadores, agora minimamente garantidos de suas necessidades básicas e enquadrados à nível de cidadãos. No entanto, essa articulação da formação e a luta por direitos para a consolidação da cidadania dos sujeitos envolvidos na economia solidária (MTE, 2006) impõe limites sociopolíticos, pois significam o esforço individual pelo bem-estar e segurança material nos marcos de uma sociedade capitalista (SAES, 2003). Quando não articulada com a organização e a busca por controle popular nas políticas públicas, essa cidadania formaliza o contrato entre os indivíduos e o estado liberal (ou neoliberal) para garantir os direitos e deveres de ambos – portanto o modelo vigente de acumulação, produção e organização da sociedade não é criticado, muito menos é colocado em pauta a questão do poder do estado pelos trabalhadores. Apaga-se dessa narrativa a pressão da classe trabalhadora e, também, a concessão do Estado. Assim, os direitos sociais (direitos civis e políticos) propagandeados pelos que defendem a cidadania por ela mesma possibilitam somente “o acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente.” (SAES, 2003, p. 11)

Ester Buffa (1993), discutindo sobre educação e cidadania burguesas, comenta que a educação viabilizada pelo Estado faz do trabalhador pobre um cidadão passivo, disciplinado para a produção. No Brasil, a autora afirma que as elites se camuflam nos seus privilégios e, por isso, para a classe dominante, os direitos do homem e do cidadão – à vida, à saúde, à educação, à moradia,

liberdade, igualdade jurídica e justiça – são dispensáveis. Em uma sociedade desigual, os despossuídos tentam “no braço” (através de organização e lutas) conseguir seus direitos, cabendo-lhes como resposta a “extrema repressão” (p. 28).

Desde 2001, a Associação que cede espaço para a Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos produzir e articula a economia solidária às suas práticas como uma forma de fortalecer o empreendedorismo solidário e a cooperação mútua. Tem no seu projeto pedagógico processos sensibilizadores que vinculam a cidadania à formação do trabalhador por meio de cursos profissionalizantes: “aqui a ideia nunca foi passar técnica, foi fazer bons operários, mas bons cidadãos.”

Segundo Saes (2003), nos países de capitalismo periférico, as classes dominantes atacam mais intensamente os direitos sociais, pois onde o “leque de direitos sociais é invariavelmente bem menos amplo e a capacidade de resistência das classes trabalhadoras às políticas neoliberais é regularmente bem inferior” (p. 21). Os direitos a serem concedidos à classe trabalhadora seriam definidos em um limite consideravelmente satisfatório a não transgredir o avanço do capital. Portanto, a cidadania aqui articulada passa a ser o caminho viável construído para assegurar a “harmonia” social, isto é: não inflar os conflitos de classe por conta das desigualdades típicas do capitalismo. A cidadania vai evoluindo, aumentando seu escopo de novos direitos às custas das pressões dos trabalhadores, mas nem por isso foram de bom grado cedidas e muito menos impactam decisivamente na estrutura do sistema capitalista.

Dessa forma, a busca por cidadania é acompanhada pela construção de uma Economia Solidária voltada à geração de emprego e renda (GONTIJO, 2012) e que não faz a crítica direta ao capitalismo conformando-se, por isso mesmo, nessa relação sujeitos que fazem das suas atividades uma tentativa limitada de mudar as condições de vida dos trabalhadores do empreendimento. São formados sujeitos que ao mesmo tempo juntam suas forças para angariar fundos para o sustento próprio e levantam “bandeiras” em defesa de pautas que nascem do próprio movimento do capital, cujo discurso é alimentado propositivamente como forma de torná-lo mais democrático e compatível com a luta pela cidadania e pelos direitos humanos. Em resumo, temos conteúdos de pautas identitárias de caráter crítico ao sistema, como o feminismo ou o

antirracismo, sendo apropriado pela indústria da moda e de cosméticos; a questão ambiental transformada em demandas individuais de cuidado com o planeta, gerando novos objetos e necessidades que impulsiona o consumo de produtos “responsáveis”; a cultura de paz sendo investida como uma formação necessária para abrandar os ânimos exaltados contra as desigualdades e injustiças sociais.

Pra mim a educação é a pessoa respeitar o espaço, respeitar o seu próximo, a pessoa viver aquele momento como se fosse uma coisa... não uma obrigação, mas é saber que aquele espaço ou lugar que você está, você tem que ter respeito por ele. Você tem que ter zelo por aquelas coisas que já colocaram ali. *Eu acho que é natureza de gente pra gente uma coisa e a gente tem que conservar isso. Educação é não agredir o meio ambiente.* Eu acho que isso aí. Já defini o que eu acho da educação, é não agredir. (Luciana, Cooperativa de Prestadores de Serviços de Educação Ambiental, Coleta e Reciclagem de Óleos, grifo nosso)

Ao mesmo tempo, a busca por mudança se articula para além dos direitos humanos individuais. A economia solidária se situa frente à transformação mais imediata da vida dos trabalhadores do território onde seus empreendimentos estão inseridos.

[...] o empreendimento, ele veio mesmo pra fazer mudança na nossa vida tanto pessoal, porque, você sai pra ser dona de casa, pra fazer um trabalhinho ali, pra ser uma empreendedora, né? Pra ser hoje, essa cabeça que a gente tem, política, de saber a importância da transformação, que a gente tem que participar da política da nossa cidade. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Importante destacar que os grupos econômicos solidários vão amadurecendo conforme se deparam com conjunturas ímpares, organizam-se em lutas, conquistam o direito ao trabalho e passam a consumir artigos básicos para a sobrevivência e produção da vida. Por conseguinte, é mister considerar que muitos trabalhadores iniciam suas atividades com o impulsionamento e apoio estrutural da “vanguarda” da economia solidária, como entidades representativas, partidos, sindicatos, assessores técnicos, gestores e funcionários públicos, intelectuais e lideranças de empreendimentos, cooperativas e fábricas recuperadas; para exemplificar: a CUT, UNISOL Brasil, AMESOL, Paul Singer etc.

No entanto, alguns casos de organizações econômicas solidárias têm apoio estrutural de entidades filantrópicas, assistenciais, institutos ou fundações empresariais (terceiro setor), cujos perfis liberais associados ao mundo empresarial e dos negócios acabam influenciando a gestão e os princípios dos empreendimentos. Posteriormente, em alguma circunstância, acabam encontrando o caminho da economia solidária e construindo relações de trabalho a partir do “aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos” (SINGER, 2009, p. 13)

É o caso da Cooperativa de Alimentação, que começou suas atividades com o apoio da ação social da Consul, denominado Instituto Consulado da Mulher, que investe ainda hoje no assessoramento de mulheres com o fim de torná-las empreendedoras e com autonomia financeira para saírem da informalidade. Dessa forma, ao se depararem com os valores colocados pela economia solidária, o grupo deu um salto qualitativo na consciência de projeto.

[...] quando eu falo que cooperativa não tá no mercado pra ganhar dinheiro, porque não é dinheiro que a gente precisa, a gente precisa de muito mais do que dinheiro, a gente precisa de cuidar um do outro, a gente precisa de apoiar um ao outro, a gente precisa de transformar, de transformação, o dinheiro é consequência daquilo que você precisa. [...] Então a cooperativa não é pra ganhar, tem que ter dinheiro, a gente precisa ter renda. Porque se fosse assim, eu tinha abrido uma empresa e tava alí onde eu tô? Se eu tivesse o perfil de trabalhar no capitalismo, eu estaria muito bem? Não, porque esse bem que eu falo, não é isso. Bem para mim é isso que eu vivo. Eu tenho saúde, de eu poder ter esse tempo [de participar de um curso introdutório de economia solidária no Heliópolis e ter tempo de conceder a entrevista]. Porque se eu trabalhasse de empregada eu não teria esse tempo, não tinha feito o que eu fiz hoje. Você viu? Então pra mim a cooperativa é liberdade, a cooperativa é companheirismo, a cooperativa é você escolher o que você... todos nós fazemos tudo, mas cada um de nós identifica com aquilo que a gente gosta de fazer. (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

Benedita é fruto do movimento por moradia na favela de Heliópolis e foi compreendendo aos poucos a importância da luta coletiva para a conquista de direitos. A economia solidária chegou para potencializar a sua formação e aos demais trabalhadores associados à cooperativa de alimentação. Benedita assumiu papel de liderança e transmite o aprendizado de lutas passadas aos trabalhadores associados.

[...] eu me eduquei em viver em grupo dentro de Heliópolis. Nos espaços de reuniões, de busca das nossas necessidades, a gente se juntava os grupos pra decidir quem ia para frente da prefeitura, quem ia fazer as compra, quem ia trabalhar, que sempre foi o meu caso. De eu ir trabalhar e no final do mês contribuir com a cesta básica, porque quem tava indo pra prefeitura, eles precisava de comer. Tinha que ter um grupo lá, aqueles mais agitado, aqueles mais, né? Que tinha que tá lá, levando os recados do que a gente tinha decidido nas rodas de conversa. E então, eu me eduquei por que a educação é aquilo que a gente aprende, né? Na minha concepção, é aquilo que a gente aprende. E eu me eduquei... Eu aprendi muita coisa. Em Heliópolis eu aprendi a ser solidária [...] E aqui eu aprendi como lutar, aprendi a não ter medo, aprendi a entender que somos fortes juntos, que nós sozinhos não somos nada. Eu aprendi... metade do que eu sou hoje... eu vou dizer para você mais da metade, 70% eu aprendi dentro de Heliópolis. [...] Eu aprendi isso como? Em reuniões, porque você não aprende as coisas selecionando por onde você anda, com quem você mora. Eu aprendi sentando, juntando com o coletivo e indo almoçar com o presidente [ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva]. A gente chegou a almoçar com ele no mesmo lugar, na mesma mesa. (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

Os aprendizados acumulados durante anos de trabalho autogestionário só são valorizados pelo todo dos trabalhadores quando a dimensão coletiva é privilegiada, e principalmente quando essa dimensão extrapola o ambiente de trabalho e passa a dar sentido de pertencimento a um projeto maior – cria-se um movimento de organizações parceiras, cujo objetivo motivador para construí-lo é o senso de comunidade. Os momentos coletivos e de enfrentamento, que constituem parte da prática educativa dos movimentos sociais, sindical e outras “partes” organizadas da sociedade, evidenciam a exclusão e a marginalização que os trabalhadores estão submetidos. Nota-se que as condições impostas aos trabalhadores pela dinâmica do capital só conseguirão ser enfrentadas por meio de acompanhamento político das organizações parceiras e com o fortalecimento do movimento, que também fortalece a educação do trabalhador para o confronto dos mecanismos de exclusão social.

Saltam aos olhos questionamentos sobre o estado das coisas que antes não eram percebidos: Por que não temos trabalho? Por que não conseguimos assumir os custos do aluguel? Por que o transporte é tão caro? Como a economia solidária pode virar investimento público? Como fortalecer as organizações econômicas solidárias no meu território? Como discutir com as mulheres sobre emancipação feminina, trabalho e economia solidária?

[...] a economia solidária, ela parece que é uma coisa pequena, mas não é. A gente tá falando de uma nova sociedade, a gente tá falando

de uma forma diferente de lidar com as pessoas, de lidar com as coisas e de lidar inclusive com a política. Então a gente não pode fazer nada, não pode fazer essa transformação se a gente não se incluir nesse mundo político[...]. Mas assim, a gente sempre fala: “você não precisa de ser uma política, mas você precisa entender de política.” Como é que você entende o que tá acontecendo no seu bairro, como é que você começa a conversar com as pessoas, como você quer fazer transformação se você não entende de política. [...] quando a gente conversou com o deputado, tava conversando exatamente quando ele foi o prefeito de Osasco que iniciou a economia solidária lá em 2005, que é o Emídio. Então a gente foi falar pra ele como tá enfraquecido a economia solidária de Osasco. Como não existem mais investimentos como existiam e quando vem, tá vindo, tem alguns investimentos lá muito tímidos que vem e a gente não vê resultados nesses investimentos, né? Então a gente veio conversar tudo isso com ele, porque a gente acredita na economia solidária, como economia transformadora. E como uma economia que ela pode ser um setor econômico forte, a gente precisa discutir isso com políticos. São eles que tem a caneta na mão, né? Como é que a gente fica de fora disso? Não dá pra você ficar só, aqui, aproveitando uma feira que tem ali, um encontro que tem ali, um seminário que tem ali, gente... mas, vamos ajudar a melhorar isso, transformar. A questão política ela é muito importante. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Assim, os trabalhadores vão enxergando a si mesmo como sujeitos ativos do processo de produção, pertencentes a um grupo muito maior que o seu empreendimento. Vão estabelecendo relações de caráter cultural e econômico, educando a si mesmos e a comunidade ao seu redor. Querendo ou não, o empreendimento vira um ponto de referência da comunidade onde produz, recebe apelidos, cria uma identidade própria, destacando-se e diferenciando-se das empresas capitalistas “comuns” do bairro. Quando as organizações se articulam politicamente com as redes, outros empreendimentos e movimentos sociais, isso faz com que seja mantida a “chama” para que a economia solidária continue viva.⁴² Todas as lideranças entrevistadas afirmaram convictas, entre respostas e explicações, que os empreendimentos dos quais fazem parte são fruto da luta coletiva por melhores condições de vida e de renda. Nesse emaranhado de relações, edifica-se uma educação crítica – fundada na autogestão, autonomia do indivíduo e na solidariedade –, que se nega a produzir e reproduzir o capital, isto é, que leva à produção e à ampliação de um

⁴² Fazemos um destaque para a importância das lideranças dos trabalhadores que se organizam nesses empreendimentos, pois são fundamentais para as parcerias e articulações com outros atores da economia solidária e fora dela. Muitos possuem um histórico de organização anterior à entrada na economia solidária, como é o caso de Benedita; outros passaram por processos mais intensos de formação sociopolítica ou estiveram em momentos históricos em linhas de frente de lutas que potencializaram a consciência de classe e a compreensão sobre a realidade.

trabalhador ativo e coletivo. Podemos denominar os espaços onde circulam esses atores sociais de Escolas Populares, assumindo, com diferentes metodologias e mediadores do processo,

à crítica ao paternalismo, aumento da politização, das relações com os bairros, pesquisa pedagógica e a elaboração de material, consciência da luta na frente ideológica e o problema da manipulação; consciência do papel básico da assembleia e experiências autogestionárias, experiência coletiva e alternativa. (TRAGTENBERG, 1980, p. 85)

As formas não escolares de educação são destacadas como principais formadoras das lideranças entrevistadas. Helen, da microempresa solidária de artesanato, comenta que aprendeu com a irmã Lourdes Dill, vice-presidenta da Cáritas Brasileira e coordenadora Geral da Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) que “a economia solidária é uma experiência aprendente e ensinante.” Essa simples frase pode ser a síntese conceitual de como as lideranças compreendem os momentos proporcionados pelo movimento da economia solidária.

O Grupo Informal de Educação Ambiental e Produção de Alimentos Orgânicos/Agroecológicos entende que “a economia solidária de certa forma ensinou pra gente assim, que a gente tem que tá aberto ali a compartilhar o que a gente sabe, o que a gente tem e receber também”. Para Helen, estar envolvida com os valores investidos pela economia solidária proporcionou

[...] o pensar crítico, porque eu digo assim: hoje, por exemplo, quando a gente fala de economia solidária, você pode aprender o básico, pegar um texto e lê a economia solidária. Mas coloca na prática? Porque você vai ter que pensar como é que aquilo vai ser feito. É principalmente isso, é ensinar você a pensar. [...] Porque falava economia, pra mim, eu já relacionava a dinheiro, né? Quando falava de economia, já tinha a ver com dinheiro. E aí eu fui aprendendo, aprendendo sobre economia solidária e foi um tema que foi me conquistando. Daí a gente ouvia muito isso, eu lembro quando a gente fazia incubação e formação, eu ouvia muito, né? O importante é o ser e não o ter. E como a gente transforma? A gente não vai ter acesso a dinheiro, a muito dinheiro. Talvez tenha, talvez nunca tenha. Mas a gente tem acesso as pessoas. Então vamos trabalhar com as pessoas. É com as pessoas que a gente tem que trabalhar, né? O dinheiro tá fora? Não, a gente precisa do dinheiro. Porque alguns serviços a gente não troca por favores, nem por outros serviços. Você precisa do dinheiro pra pagar. Por aquele serviço, pra acessar aquele serviço. Mas tem algumas que não, que a gente como pessoas pode fazer um pelo outro. (Helen, Microempresa Solidária de Artesanato de Acessórios Femininos e Brinquedos Artesanais)

Já Benedita acentua o seu apreço pelos momentos de educação não formal. Ela acredita que fora das intuições de ensino também ocorre atividade educacional, mesmo que esses espaços não possuam sistematização, metodologia e intencionalidade. É deslocado para as instâncias relacionais da vida cotidiana o papel formativo, fruto da organização coletiva e reivindicatória. A escola não é o único lugar privilegiado de conformação dos sujeitos e geração do saber:

[...] não tem um lugar exclusivo pra você ser educado, na tua casa, no teu trabalho, no ponto de ônibus, dentro do ônibus, no metrô, educação. Porque tem muitas coisas que você não sabe, que você tá ali, às vezes uma pessoa que tá conversando do teu lado você escuta algo que te educa, né? E aquilo vai acrescentar na tua vida, na minha vida, quem quer que seja, uma atitude. Então educação não tem um lugar exclusivo, né? Agora, as formação que tá dentro das universidades, mas educação não tá dentro de sala de aula não. Educação não tá nas melhores universidades, nas melhores escola. Educação está nos convívio. (Benedita, Cooperativa de Alimentação)

Os trabalhadores associados reinventam cotidianamente formas de educar a comunidade, o próprio grupo, a sociedade – educam por meio da internet, manifestações, ações no bairro. A educação não formal, popular e comunitária aparece como grande protagonista na economia solidária.

Destacam-se nos projetos vinculados à economia solidária o protagonismo do convívio, da comunhão entre os trabalhadores e suas formas de aprender, criar e articular. Portanto, a luta contra o abandono da classe trabalhadora pelo Estado suscita formas de rearranjo estratégico como uma maneira de superação da condição de oprimido e explorado.

De acordo com as lideranças entrevistadas, todas participaram ou participam dos fóruns (metropolitanos, regionais ou o estadual) de economia solidária, que por sua vez, configuram-se como uma ferramenta estratégica para elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas e de impulsionamento das iniciativas econômicas existentes. Os trabalhadores constroem um instrumento de participação política que educa os trabalhadores para serem “governantes”. Conjuntamente, defendem a educação escolar e a qualificação profissional como fortificação da formação que os coloca como sujeitos mais capazes de desenvolver os princípios e os valores da economia

solidária. Tornam-se assim, sujeitos do seu tempo, agentes ativos na construção de um novo projeto de produção-reprodução material e social da existência.

Fora da escola, nos espaços do “viver em grupo”, destaca-se a manifestação de práticas de uma Pedagogia Crítica. Repleto de contradições, o empreendimento econômico solidário se constitui, também, a partir da mútua relação entre a Pedagogia Conservadora (que deseja conservar a ordem vigente) e a Pedagogia Crítica, esta última em evidência na economia solidária e que tem como base do seu pensamento filosófico, o desenvolvimento de uma economia socialista e a contínua construção da transição da ordem vigente (SINGER, 2000). Os setores populares carregam consigo o confronto dialético entre ação e reflexão, isto é, a práxis educativa – que não esconde o conflito, expõe a contradição, afronta e desoculta seus meandros através da crítica e da história. (GADOTTI, 2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século, expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora – Paulo Freire, 1996

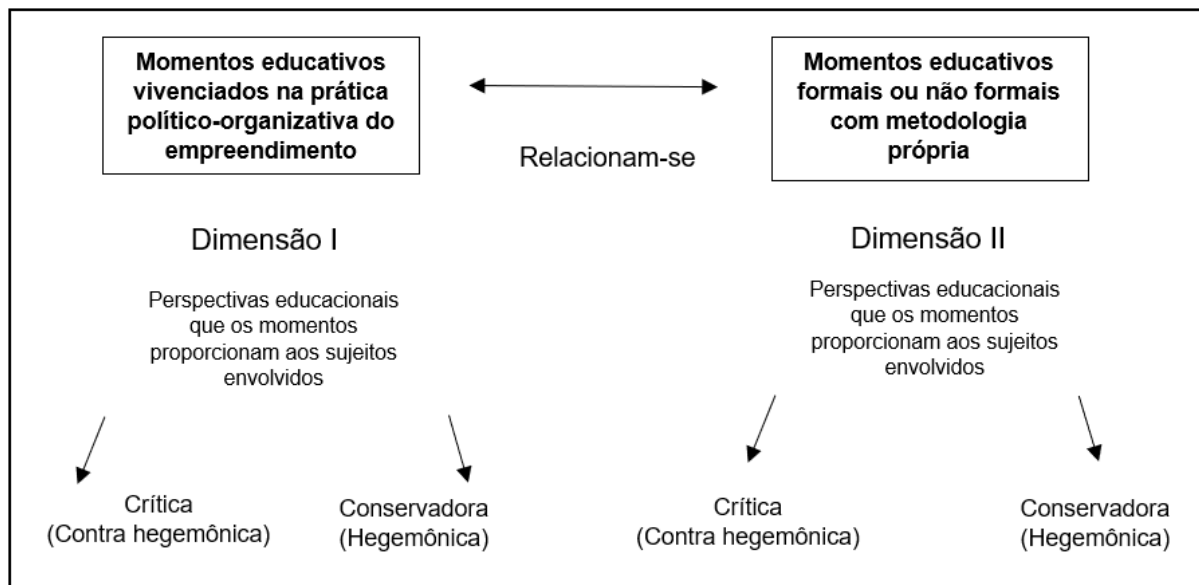
Acreditamos que entre projetos educativos que permeiam os trabalhadores participantes da economia solidária no Brasil, conforma-se um tipo de sujeito “crítico”, produto de exclusões e desigualdades e ao mesmo tempo resultado do envolvimento de um projeto socioeconômico distoante dos preceitos da sociedade capitalista. Por isso, constituem-se trabalhadores forjados nas contradições que emergem do mundo do trabalho. Dessa forma, a economia solidária impulsiona momentos de reflexão e prática sobre a realidade social dos trabalhadores, levando-os intencional e organizadamente à luta por direitos sociais.⁴³ Buscam compreender e transformar o processo produtivo e de circulação de mercadorias e as relações sociais existentes. No entanto, limites são colocados na formação desses trabalhadores, que acabam se deparando com momentos formativos formais e não formais de educação que muitas vezes carregam uma perspectiva hegemônica individualista e competitiva.

A prática educativa da economia solidária possui duas dimensões que se relacionam: momentos vivenciados na prática organizativa de trabalho e reivindicação por direitos; momentos formais ou não formais de educação, que seriam os cursos, seminários e encontros. Essas dimensões possuem perspectivas educacionais implícitas, pois proporcionam sentido ao trabalho e orientam tais sujeitos a realizarem suas individualidades de forma coletiva e solidária ou para si mesmos. Assim, verificamos que são desenvolvidas práticas que os educam e imprimem nas relações sociais do coletivo as mais diferentes formas de sentir, agir e refletir sobre a realidade. Contraditoriamente, percebemos que está em destaque a formação de sujeitos que transmitem e assimilam conteúdos e práticas críticas, isto é, sujeitos cientes das contradições sociais, que negam o que está posto como sociedade, produzindo alternativas

⁴³ A práxis pedagógica proporcionada pelas atividades da economia solidária é determinada em dois movimentos: “o da reflexão crítica de sua prática e o da consciência das intencionalidades que presidem suas práticas.” (FRANCO, 2016, p. 543)

concretas e construindo-se como novos seres humanos (LOUREIRO, 2019). Sintetizando essa conclusão, montamos uma figura explicativa (Figura 9).

Figura 9- Momentos educativos vivenciados na economia solidária



Fonte: a autora, 2019.

Constatamos a influência de projetos educacionais distintos nos diversos momentos vivenciados pelos trabalhadores dos empreendimentos. As perspectivas educacionais podem ser evidenciadas em duas categorias principais, a primeira chamada de Pedagogia Hegemônica, que engloba toda prática educativa organizada em processos de instrução com objetivos de conquistar a eficiência e eficácia. Nesse sentido, se balizam pela concepção do aprender a aprender, da produtividade a qualquer custo, da formação para o empreendedorismo, da educação ambiental conservadora, qualificando-se como uma educação ausente da "perspectiva de superação da sociedade capitalista" (DUARTE, 2010, p. 34).

Em contraponto, a segunda categoria educacional em evidência na economia solidária denominou-se como Pedagogia Crítica, pois envolve todas aquelas práticas que buscam a concretização de um modelo socioeconômico diferente do atual: as práticas sociais de comércio justo, de decisão coletiva dos rumos da empresa solidária e todos os momentos de formação e movimentação ativa/reivindicatória, que são compreendidos como processos educacionais que se orientam a partir da contribuição de uma racionalidade pedagógica crítico-

emancipatória (FRANCO, 2016). São as Pedagogias da Autogestão, Popular, Comunitária, da Práxis e dos Movimentos Sociais.

Não obstante, como a figura 9 expõe, é importante apontar que existe um movimento relacional entre os momentos educativos, tão custoso para identificar suas filiações ideológicas como para evidenciar as nuances em que uma ou outra se sobressai e influencia o coletivo conforme seu sentido político. Como produto sócio-histórico contraditório, a economia solidária se constitui como uma contraposição ao modo de produção capitalista, mas ao mesmo tempo só existe através dessa sociedade, por isso funcional e uma alternativa incorporada pelo capitalismo. Dessa forma, as pedagogias que tensionam ora para conservar, ora para transformar essa sociedade se colocam em disputa conjunta em diversos momentos práticos/teóricos desse outro modo de (se tentar) produzir e compartilhar as riquezas produzidas em sociedade que é a economia solidária.

No geral, o campo de pesquisa nos mostrou que na produção da vida concreta, a partir dos princípios da economia solidária, a maioria dos sujeitos envolvidos nos processos de trabalho, formação e luta política está em tensionamento entre a busca por mais rendimentos do empreendimento e a superação das formas de exploração e injustiças que afetam a classe trabalhadora. As observações de campo mostraram a relevância social dos empreendimentos econômico-solidários: mobilizam debates, organizam sujeitos, direcionam os trabalhadores ao consumo solidário, ao comércio justo e à produção autogestionária.

O capital que circula entre os moradores dos bairros periféricos dos grandes centros urbanos é investido fora dali; o consumo também não é realizado na comunidade e quem acaba lucrando com os salários e parcelamentos (que geram juros) são grandes redes do mercado e grandes bancos. A moda é um fator que influencia a produção e venda de itens criados com pequeno tempo de vida útil, incentivando a prática do consumo excessivo e compulsivo. A moda da favela é andar com vestuário e acessórios de “marca”, divulgadas pelos meios de comunicação e redes sociais que adentram nos lares dos trabalhadores; essa contraposição, de que a marca (produzida com os critérios de justiça social) também pode ser produzida na favela, é investida e valorizada pela economia solidária, ajudando a fortalecer os grupos econômicos solidários formados no interior dos bairros.

Esse processo, de valorizar a produção local e incentivar a criação de marcas dentro das zonas periféricas, descortina a fetichização da mercadoria. O valor de uso dessa mercadoria só existe por conta do trabalho humano. Desta forma, a energia gasta do cérebro, músculos e nervos é de pessoas que compartilham o mesmo território: ao comprar um produto produzido pelo seu vizinho, o comprador sabe de onde saiu a mercadoria. Nesse sentido, quanto ao valor de troca, os consumidores compreendem o processo de produção e, portanto, o tempo socialmente necessário para ser produzido algo. Além disso, na medida que a consciência de comunidade cresce, os produtores determinam quais mercadorias irão satisfazer as necessidades sociais e não ao contrário – as mercadorias não irão determinar a vontade do produtor.

Soma-se ao debate sobre divisão social do trabalho a questão do consumo responsável. A noção de que produzir e consumir deve ser um ato consciente e político determina que os sujeitos envolvidos com os empreendimentos econômicos solidários devem ter a capacidade de conhecer a origem do processo produtivo e, assim, “escolher bens e serviços, de maneira ética, para melhorar a qualidade de vida de cada um, da sociedade e do ambiente” (BADUE et al., 2005, p. 21).

Além da falta de reconhecimento e desvalorização pela comunidade onde produzem, os trabalhadores enfrentam a ausência de estímulos para seguirem produzindo coletivamente, sendo a falta de identificação formal e de existência social devidamente legalizada um grande impasse. A invisibilidade impede que prossigam, caindo ou voltando para a informalidade precarizada da economia popular. Haja vista o tamanho e a promoção de trabalho, renda e bem-estar social produzido pelo empreendimento econômico solidário, a política pública brasileira⁴⁴ não conseguiu ainda dar saídas pertinentes à redução de alíquota de imposto, de isenção e de compensação. Lia Tiriba afirma que a conquista de crédito popular e a resolução de problemas de ordem jurídica, legislativa ou tributária requer apoio estatal, pois o “êxito dos empreendimentos econômicos geridos pelos próprios trabalhadores depende de o poder público assumir os

⁴⁴ Está em tramitação a Política Nacional de Economia Solidária (Projeto de Lei 137/2017) que dispõe sobre os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências, como a busca gradativa de regularização jurídica para os seus grupos econômicos se inserirem plenamente no regime legal associativo e nas determinações desta Lei.

efeitos da crise do trabalho assalariado e reconhecer os empreendimentos populares como alternativas legítimas de geração de trabalho.” (TIRIBA, 2001, p. 291)

A dificuldade de conseguir incentivo financeiro, de crédito e outros abatimentos fiscais também impossibilitam grupos com responsabilidade socioambiental se organizarem produtivamente e gerar renda. Muitos deles estão ligados à rede de saúde mental, feminista e de juventude e têm como horizonte a (re)introdução dos sujeitos ao mundo dos direitos e por meio do trabalho autogestionário. Como é possível àqueles que vivem com a renda de 89 reais ao mês⁴⁵ terem condições de saírem em busca de trabalho ou começar um “negócio”? Aqueles que de alguma forma conseguem romper com o descaso e os empecilhos burocráticos e financeiros tornam-se células-modelo que sobrevivem dentro da ordem.⁴⁶ Lançam à comunidade possibilidades de trabalho em que os sujeitos estão no centro do processo produtivo – este reduzido de mazelas que afetam a saúde mental e física do trabalhador, estimulador do desenvolvimento de capacidades e potencialidades físicas, mentais e culturais, e formador para a consciência política, gerando conhecimento sobre as instâncias democráticas e de luta reivindicatória de direitos.

Assim, essas células diferem-se qualitativamente de empresas que embrutecem o trabalhador, operando à base da superexploração do trabalho (muitas análogas à escravidão), de condições insalubres e que pouco desenvolvem e retornam o capital adquirido no território onde estão fixadas.

Essas observações gerais, somadas às constatações produzidas na seção anterior, declaram o caminhar da economia solidária. Contraditoriamente, a dinâmica social impulsionada pelo movimento da base de sustentação (os empreendimentos) e as entidades de apoio e fomento geram práticas sociais diferenciadas. De um lado, temos a formação sociopolítica impulsionada pelas entidades de apoio que organizam o fazer econômico solidário a partir das contribuições e influências teórico-metodológicas críticas ao movimento do capitalismo. Por outro lado, por vezes, encontramos espaço para

⁴⁵ “Miséria extrema no país cresce e atinge 13,2 milhões de brasileiros”, jornal Correio Braziliense, 14/08/2019. Brasília.

⁴⁶ Importante não esquecermos que incessantemente esses espaços são mediados pelo capital e por isso tão contraditórias em suas práticas.

desdobramentos práticos da Pedagogia Hegemônica. Assim ocorrem as práticas sociais na economia solidária: todas educam pelo seu caráter formador de sujeitos e pelo impacto social que geram; porém, algumas delas são pedagógicas, carregam intencionalidades estabelecidas num projeto de sociedade, querendo influenciá-la.

Franco (2016) aponta que as “epistemologias críticas da Pedagogia tem estado cada vez mais distante das práticas educativas contemporâneas” (p. 538). Acreditamos, por isso, que falta olharmos para o movimento da classe trabalhadora que se encharca dessas epistemologias. As práticas educativas carregam sentidos, muitas vezes difusos, mas que já conformaram uma cultura, marcas de ações, identidade e posicionamentos. Muitas dessas práticas são influenciadas por outras, até porque, entendemos que elas são mediadas por muitas determinações relacionais.

Dessa forma, as práticas educativas têm como intencionalidade (filosofia, metodologias e método) atuar e influenciar na vida dos sujeitos. Essas práticas são objeto da Pedagogia, que procurando compreendê-las – e também multiplicá-las em outros ambientes, envolvendo outros sujeitos – dão sentido e um filtro de significado à prática pedagógica. (FRANCO, 2016).

Como partimos da concepção dialética do mundo, observamos e analisamos o movimento da contradição (TSE-TUNG, 2009) existente nas práticas educativas de economia solidária. Importante dizer que, na análise concreta da economia solidária, é na unidade da prática que encontramos duas pedagogias. Mesmo se contrapondo, elas vivem e se constituem mutuamente. Somente verificaremos uma ou outra pedagogia de forma estanque em um exame da realidade superficial e unilateral; também não cabe dizer que há uma dualidade, uma pedagogia ou outra, em separado. Tais práticas educativas estão em interdependência, mas, ainda assim, distinguem-se uma da outra, sendo possível somente haver uma mudança no caráter pedagógico das práticas da economia solidária quando, no seu processo de desenvolvimento, se manifestar a “força do novo que vem substituir o velho” (p. 65).

Em relação à contradição existente entre as pedagogias conservadora e crítica, as duas também coexistem sob uma ligação recíproca, mas uma de forma a hegemonizar o processo educativo no geral e a outra se opondo a essa. No interior dos empreendimentos econômicos solidários, não poderia ser

diferente. As duas pedagogias são partes de uma mesma unidade, no entanto, naquilo que se propõem, a Pedagogia Crítica está influenciando fundamentalmente o processo educativo dos trabalhadores. O conjunto de atividades organizativas, de formação, qualificação e reivindicação acaba tornando a economia solidária um instrumento do processo de humanização, imprimindo à prática educativa um caráter crítico e solidário.

As diferentes influências pedagógicas que atingem as práticas na economia solidária formam e/ou humanizam os sujeitos. A contribuição desse trabalho foi encontrar essas influências. Entre elas encontramos predominantemente práticas que realçaram o caráter político, de pensamento crítico, potencializadoras da práxis (revolucionária) – que une a historicidade para a transformação social –, a superação da opressão e, também, práticas que objetivam a organização dos trabalhadores para que esses assumam o controle coletivo da produção de suas vidas.

Ao longo da escrita deste trabalho, encontramos traços de práticas pouco reflexivas, que tendiam ao pragmatismo dos atos dos trabalhadores dos empreendimentos, e seu atrelamento à competição e maximização da produtividade. Esse cenário foi impulsionado por práticas pedagógicas formais de ensino (educação profissional), que se ancoram no discurso das habilidades e competências para o empreendedorismo inovador como saída do trabalhador à crise do emprego, estimulada pela cartilha neoliberal. Indicamos que essa é uma lacuna investigativa que pode ser preenchida por trabalhos futuros, na medida que estes se debrucem nas necessidades e potencialidades que a educação profissional poder vir a contribuir na formação desse trabalhador. O acesso à educação básica e profissional em instituições formais públicas é um direito que pouco se defende em pautas da economia solidária e que pode fortalecer qualitativamente a produção e outros processos de comercialização e consumo. Por isso, identificamos aqui que a estrutura pública educacional que se encontra traduzida nos IFs poderia ser disputada pelos sujeitos da economia solidária para suprir a necessidade de articulação entre os conhecimentos propedêuticos e a formação profissional.

A conjuntura política brasileira após o golpe político de 2016 está impedindo que a economia solidária se mantenha como política pública. Com o fim do Ministério do Trabalho e o deslocamento da SENAES para a pasta do

Ministério da Cidadania, revela-se que a economia solidária está muito longe de ser uma das estratégias de desenvolvimento do governo atual. Acompanhamos também que os cortes de recursos para a educação pública, indicando o seu desmonte, inviabilizam tanto a construção de políticas de formação sociopolítica e profissional com foco nos sujeitos envolvidos no trabalho em economia solidária como o acesso dos trabalhadores aos conhecimentos mínimos que a escola de educação formal proporciona.

O conjunto de fatores que favorecem a constituição de um estado brasileiro neoliberal – que julga a empresa privada e a iniciativa de empreendedores como “as chaves da inovação e da criação de riqueza” (HARVEY, 2008, p. 75) – levou às últimas consequências a desestruturação do emprego formal. Deparamo-nos com o aumento de desempregados (ANTUNES, 2018), a marginalização dos despossuídos (FERNANDES, 2008) e o crescente exército de reserva (KOWARICK, 1977). A imobilização da classe trabalhadora frente a esse cenário é resultado da “construção de um aparato de mecanismos de hegemonia de função de direção intelectual e moral voltado para educar o conformismo” (MOTTA, 2008)

No entanto, os trabalhadores vão criando saídas de enfrentamento às condições desiguais que o capitalismo aprofunda. Os marginalizados do sistema se organizam nos movimentos e grupos sociais que apontam o trabalho associado, autogestionário e solidário como a melhor oportunidade de mudança qualitativa das relações concretas de produção. Acabam educando a si e a sociedade em uma perspectiva pedagógica que vai “além do capital” (MÉSZÁROS, 2008).

Importante ressaltar que aqueles que tomam a direção do processo político e a base produtiva da economia solidária posicionam-se diferentemente quanto à defesa de projetos econômicos e sociais. Não somente, as decisões tomadas pelas frações individuais e o todo da economia solidária podem, muitas vezes, expressar avaliações e atitudes que indicam interesses e necessidades conjunturais, sempre com uma ou outra carga ideológica. Estas podem resultar em práticas educativas e que tendem a diferentes pedagogias.

O que identificamos é que nesse momento histórico as organizações na base produtiva da economia solidária não se posicionam de maneira radicalmente oposta ao capitalismo, com uma perspectiva revolucionária e com

sentido de tomada do poder do Estado. Seriam importantes pesquisas que aprofundassem a identificação ideológica entre a direção e essa base: quais as filiações políticas entre lideranças, dirigentes e a base da economia solidária?

Indicamos que a economia solidária, por não ser um partido político e um grupo coeso a respeito do posicionamento estratégico quanto ao futuro da sociedade que se quer construir, não tendo compromisso para além da responsabilidade de resolver as questões mais imediatas que se propôs, pode ser identificada, talvez, como um movimento da sociedade, como declaram muitos autores (GAIGER, 2013; GADOTTI, 2009; ADAMS; SANTOS, 2013) e entidades representativas (FBES, 2019). Também apontamos a necessidade de trabalhos encararem o desafio de identificar qual o caráter das práticas da economia solidária – seria ou não um movimento social?

Demos um passo, recortamos São Paulo, chegamos na Região Metropolitana e identificamos algumas das perspectivas pedagógicas assumidas pelas práticas educativas dos empreendimentos econômicos solidários. Um passo à frente para que futuros trabalhos consigam analisar os sentidos de projeto de sociedade que a economia solidária defende e está delineando.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo; SANTOS, Aline Mendonça dos. Economia Solidária: um espaço peculiar de educação popular. In: STREC, Danilo R.; ESTEBAN, Maria Tereza (Orgs). **Educação Popular. Lugar de construção social coletiva.** São Paulo: Vozes, 2013.
- ALVAREZ, Alejandro; SANDOVAL, Elena; ARROYO, Raymundo; NUN, José. **A situação da classe trabalhadora na América Latina.** Paz e Terra: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, 1978.
- ALVES, Ana Elizabeth Santos; TIRIBA, Lia. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Comunidades Tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital.** Trabalho Necessário, v. 16, nº31, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo, Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. **A sociedade dos adoecimentos no trabalho.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ARANHA, Adriana Veiga (Org.). **Fome Zero: Uma História Brasileira.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 1, 2010.
- ARROYO, Miguel G. **Pedagogias em Movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?** Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp. 28-49, Jan/Jun 2003.
- BADUE, Ana Flávia Borges Badue. **Manual pedagógico: entender para intervir. Por uma educação para o consumo responsável e o comércio justo.** São Paulo: Instituto Kairós; Paris: Artisans du Monde, 2005.
- BERTUCCI, Ademar; KIRSCH, Rosana. **Economia Solidária: documentos, trajetórias e organização do movimento.** Brasília: Ideograf, 2012.
- BÓGUS, Lucia Maria Machado; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização.** Cadernos MetrÓpole, Grupo de Pesquisa Pronex. São Paulo: Educ, n. 3., 2000.
- BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M. (Orgs). **Por que gritamos golpe?** São Paulo: Boitempo, 2016. pp. 49-55.

BRASIL. **Boletim Epidemiológico Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho no Brasil, 2006–2017**. Edição nº 13, ano IX, 2019a. Disponível em:

<<https://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/documentos/noticias/ccvisa-t-bol-transtmentaisfinal-260419/>> Acesso em: 13 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Centro Nacional de Formação em Economia Solidária é inaugurado**. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < <https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/1061812/centro-nacional-de-formacao-emeconomia-solidaria-e-inaugurado> >

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel G.; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009.

CARDOSO-COSTA, Gil; GONÇALVEZ, Patricia Martins. **Omissões do Gargamel: os 17 Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável da ONU e os Smurfs**. Anais do IX Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

CASTRO, B. G. **A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000440645>>. Acesso em 08 dez. 2019.

CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CAZZUNI, Dulce; PRAXEDES, Sandra Faé; PATRONE, Maria Paula; GUIMARÃES, Gonçalo. (Orgs.) Osasco construindo uma economia mais justa e solidária. **A Incubadora Pública de Empreendimentos Populares e Solidários**. ITCP/Coppe/UFRJ, Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e inclusão da Prefeitura do Município de Osasco, Osasco, 2008.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (UNISOL). **Quem somos**. São Paulo, 2019a. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 12 jan. 2019.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS (UNISOL). **Quem representamos**. São Paulo, 2019b. Disponível em: < <http://www.unisolbrasil.org.br/quem-representamos/>> Acesso em: 2 fev. 2019.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS (UNISOL). **Quais são os direitos dos cooperados?** São Paulo, 2019c. Disponível em: <<http://www.unisolbrasil.org.br/quais-sao-os-direitos-dos-cooperados/>> Acesso em: 2 fev. 2019.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT.** São Paulo, CUT, 1999.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES - REGIÃO SUDESTE). Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária. **Desenvolvimento local sustentável e solidário – DLSS: Outra economia é necessária e urgente (Minas Gerais).** Ano de Publicação: 2012.

CENTRO DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (CFES - REGIÃO SUDESTE). Coletivo Estadual de Formação. **Passos Trilhados no Rio de Janeiro: exercício de sistematização do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro.** Ano de Publicação: 2012.

COMISSÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina.** Documento informativo. Janeiro, 2019. Disponível em: < <https://www.cepal.org/es/publicaciones/44395-panorama-social-america-latina-2018-documento-informativo>> Acesso em 02 fev. 2019.

CORAGGIO, José Luis. **Economia do Trabalho.** In: CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs.). **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

CORAGGIO, José Luis. Economia do trabalho. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. **Economia solidária: desafios para um novo tempo.** Salvador: FLEM, 2003.

CORAGGIO, José Luis. **Economia social, acción pública y política: hay vida después del neoliberalismo;** 2ª ed. – Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad (CICCUS), 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho por conta própria cresce na crise, mas em piores condições.** Boletim Emprego em pauta. Número 8, Jul, 2018a. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta8.pdf> Acesso em 02 fev. 2019.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Trabalho novo, precarização antiga.** Boletim Emprego em pauta. Número 10, nov, 2018b. Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2018/boletimEmpregoEmPauta10.pdf>> Acesso em 02 fev. 2019.

- DIMOV, Tatiana; NÓBREGA, Juliana da Silva. **A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários.** Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2014, vol. 17, n. 1, p.129-14.
- DOWBOR, Ladislau. "Administrar a metrópole: um desafio sempre adiado." In: SÃO PAULO (Prefeitura), Secretaria do Governo Municipal (SGM). **Região Metropolitana de São Paulo – Gestão em debate.** São Paulo: [s.n.], 2004. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/governo/publicacoes/RMCADERNO2.pdf>> Acesso em: 09 jan 2020.
- DUARTE, Newton. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. IN: MARTINS, Ligia Márcia; DUARTE, Newton (orgs.). **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A (EMPLASA). **Sobre a RMSP.** São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>> Acesso em: 14 out. 2019.
- FACHIN, Patricia. **A desindustrialização brasileira e a desigualdade social. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que 95% da população. Entrevista especial com Márcio Pochmann.** São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592901-em-40-anos-brasil-tem-duas-decadas-perdidas-entrevista-especial-com-marcio-pochmann>> Acesso em: 13 nov. 2019.
- FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.** [on-line]. Disponível em: <<https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>>. Acessado em: 05 nov 2019.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global: 2009.
- FERNANDES, Florestan. Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina. In: ZENTENO, Raúl Benítez. **As classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 173 – 246.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5. Ed. Ver- São Paulo: Global, 2008.
- FIGUEIREDO FILHO, Carolina; OLIVEIRA, Nathalia C. **Contribuições das teses marxistas da marginalidade para a análise das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais.** VII Colóquio Internacional Marx e Engels, 2012.
- FLORA, Kátia. **Funcionários da Ford em São Bernardo vivem incertezas sobre o futuro.** São Paulo, Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <

<https://mural.blogfolha.uol.com.br/2019/06/11/funcionarios-da-ford-em-sao-bernardo-vivem-incertezas-sobre-o-futuro/> > Acesso em: 13 nov. 2019.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, crises e conjuntura**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n.130, p 409-425, set./dez. 2017.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Exclusões e Inclusão forçada**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 34-58.

FONTES, Virgínia. **Da atualidade da servidão voluntária**. Trabalho, Educação e Saúde, v. 4 n. 2, p. 431-440, 2006.

FÓRUM NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Carta de princípios da Economia Solidária**. III Plenária Nacional da Economia Solidária. Brasília, junho de 2003. Disponível em <<https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>> Acesso realizado em 31 out 2019.

FRANCO, Maria Amélia do Rosario Santoro. **Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito**. Rev. Bras. Estud. Pedagog., Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, Dec. 2016.

FRANCO, Tânia. **Alienação do Trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza**. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 171-191, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo e Cooperativismo: a economia solidária em debate, transformações no mundo do trabalho**. São Paulo, Rede Unitrabalho, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEDAE). **Trabalho e Rendimento: RM de São Paulo, 2º trimestre de 2019**. Informativos do mercado paulista, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/2019/08/trabalho-e-rendimento-rm-de-sao-paulo-2o-trimestre-de-2019/>> Acesso em: 09 Jan 2020.

- GADOTTI, Moacir, GUTIÉRREZ, Francisco. Apresentação: Educação popular comunitária. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.
- GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. 5 ed., São Paulo, Cortez, Instituto Paulo Freire, 2010.
- GAIGER, Luiz Inácio. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 28, n. 82, p. 211-228, Jun 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200013>>. Acesso em: 12 Jan. 2020.
- GAIGER, Luiz Inácio. **Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da economia solidária**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 73, 2012.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: Frigotto, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal nas instituições sociais**. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 39, p. 59-75, set./dez. 2016.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.
- GOOGLE MAPS. **Localização dos empreendimentos econômicos solidários entrevistados**. Google. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?hl=pt-BR&mid=1hDRAPgLEWzAA0Gt95QHSXZcv4jfcNh9m&ll=-23.61881738019591%2C-46.609050300000035&z=11>> Acesso em: 19 nov. 2019.
- GONTIJO, Felipe Marques Carabetti. **Qual economia solidária?: os sentidos da emancipação em um curso de formação**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, volume 2**. Edição e tradução Nelson Carlos Coutinho. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo & cooperativismo: a economia solidária em debate: transformações no mundo do trabalho**. Unitrabalho, 1999.

- HARVEY, David. **O Neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- INDICADORES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios contínua (PNAD CONTÍNUA): **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2018**. Rio de Janeiro, janeiro, 2019a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.
- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). **Desindustrialização Setorial No Brasil**. São Paulo, abr.2019. Disponível em:
<https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190418_desindustrializacao_t3rPaHz.pdf> Acesso em: 13 nov. 2019.
- JUVESOL. **Quem somos**. <<http://juvesol.com.br/quem-somos/>> Acesso em: 13 nov. 2019.
- KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KREIN, José Dri. **O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, 2018.
- KRUPPA, Sônia M. Portella. Uma outra economia pode acontecer na educação: para além da Teoria do Capital Humano. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (ORG.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2005, p.21 – 30.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica**. 6 ed. – São Paulo, Cortez, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 1985.
- LEVY, Charmain. **Influência e contribuição: a igreja atólica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 29(2): 177-197, 2009.
- LIMA, Jacob Carlos. **Cooperativas de Trabalho**. In: CATTANI A. D.; LAVILLE. J. L.; GAIGER, L.I.; HESPANHA, P. (Coord.). Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009. p 91-95.

- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Educação Ambiental e Epistemologia Crítica**. Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient. E-ISSN 1517-1256, v. 32, n.2, p. 159-176, jul./dez. 2015.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro**. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.9 n. 26, p. 39-71, set.-dez. 2014.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 53-71, jan./abr. 2013.
- MARCHESAN, Ricardo. **Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo (entrevista com Ricardo Antunes)**. São Paulo, SP: UOL, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empreendedorismo.htm>> Acesso em: 19 nov. 2019.
- MELLO, Sylvia Leser de. Saber e fazer, fazer e aprender: escola itinerante, políticas públicas e Economia Solidária. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (ORG.). **Economia Solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), 2005.
- MENDES, Jaqueline. **Ford faz maior reestruturação desde crise de 2008 e demite 7 mil empregados**. Brasília, Correio Braziliense, 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/21/internas_economia,756106/ford-faz-maior-reestruturacao-desde-a-crise-de-2008.shtml> Acesso em: 13 nov. 2019.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. **Qualidade de vida e saúde: um debate necessário**. Ciência & Saúde Coletiva, 5(1):7-18, 2000.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária: documento final**. – Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2006.

- MINISTÉRIO DO TRABALHO (MTE). **Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social**. Brasília, MTE, SENAES, FBES, 2007a.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE); SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Manual para formadores: descobrindo a outra economia que já acontece**. Brasília, 2007b.
- MOTTA, V. C. **Gerar capital social: tarefa da “educação periférica” segundo Banco Mundial**. In: Anais do VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação. Marília, SP: UNESP 2008.
- NAGEM, Fernanda Abreu. **Os caminhos do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento**. Dissertação (Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2011.
- NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. **Institucionalização e execução das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**. Revista de Sociologia e Política v. 21, nº 46: 159-175 jun. 2013.
- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- NOVAES, Henrique T. (Org.) **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. 1 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- ODA, Nilson Tadashi. Sindicato e Cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- OLIVEIRA, Ramon de. **Empresariado industrial e a educação profissional brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 249-263, jul./dez. 2003.
- PALUDO, Conceição. Educação popular e movimentos sociais. In: **Formação para o controle social do SUS: materiais**. [2005]. Disponível em: <https://rest.formacontrolesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.
- PINA, Rute. **Saídas para a crise, cooperativismo e economia solidária são abandonados pelo governo**. São Paulo, Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/06/saidas-para-a-crise-cooperativismo-e-economia-solidaria-sao-abandonados-pelo-governo/>. Acesso em: 07 dez. 2019.
- PIRES, Marília Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a Educação**. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.1, n.1, 1997.

PISTELLI, Renata de Salles S.; MASCARENHAS, Thais Silva. **Organização de grupos de consumo responsável**. Instituto Kairós – São Paulo: O Instituto, 2011. Disponível em: <<https://issuu.com/organicsnetalimentosorganicos/docs/grupos-de-consumo>> Acesso em 13 jan. 2020.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Como ficará a questão trabalhista após o esquiteamento do Ministério do Trabalho**. Congresso em Foco. Brasília, DF, 08 jan, 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/como-ficara-a-questao-trabalhista-apos-o-esquiteamento-do-ministerio-do-trabalho/>> Acesso em 02 fev. 2019.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993.

REDE DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA. Documentos da Rede. [S.l.]. [2016?]. Disponível em: <<http://saudeecosol.org/imprensa/>> Acesso em: 17 jan. 2020.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p. 9-38.

SANTANA JR., Gildásio. **Economia solidária nos trópicos**. IV Encontro Internacional de Economia Solidária: Educação, Política e Integração da América Latina. USP, São Paulo, 2006.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CRUZ, Antônio Carlos Martins da. **Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: interdisciplinariedade articulando ensino, pesquisa e extensão universitária**. E-cadernos ces [Online], 02 | 2008, colocado online em 01 dez. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/eces/1354>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

SANTOS, Ubiratan de Paula. Comunidade Metropolitana de São Paulo. In: SÃO PAULO (Prefeitura), Secretaria do Governo Municipal (SGM). **Região Metropolitana de São Paulo – Gestão em debate**. São Paulo: [s.n.], 2004. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/governo/publicacoes/RMCADERNO2.pdf>> Acesso em: 09 jan 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013b.

SECRETARIA DO TRABALHO, EMPREGO, RENDA E ESPORTE DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Governo realiza encontro indígena da economia solidária no sul da Bahia**. Disponível em:

<<http://www.setre.ba.gov.br/galeria/1676/5813/Foto-01.html>> Acesso em 21 nov. 2019.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES). **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. São Leopoldo: Projeto SIES - Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa da Unisinos, 2013. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>> Acesso em 21 nov. 2019.

SILVA, Roberto Marinho A. da. (Org.) **Cadernos 2 da Cáritas Brasileira: Economia Popular Solidária**. Brasília - DF, outubro de 2001.

SILVA, Sandro Pereira. **O campo de pesquisa da economia solidária no Brasil: abordagens metodológicas e dimensões analíticas**. Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília, 2018.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate**. In: Mercado de trabalho: conjuntura e análise, n. 57. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2014.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Relatório de Pesquisa. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2016.

SINGER, Paul. **Economia solidária versus economia capitalista**. Soc. estado., Brasília, v16, n. 1-2, p. 100-112, Dec. 2001.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, PAUL. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas**. 3. Ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª ed., São Paulo, 2002.

SINGER, Paul. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

SOUZA, André Ricardo de. **Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 27(1): 156-174, 2007

- SOUZA, André Ricardo de. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, André Ricardo de. **Um exame da economia solidária**. Outra Economia, vol. 5, n. 9, julho-deciembre, 2011.
- SOUZA, Felipe. **Como é a rotina dos trabalhadores que passam quase um terço do dia dentro de ônibus, metrô ou trem**. British Broadcasting Corporation News Brasil (BBC), São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46226332>> Acesso em 13 jan. 2020.
- SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. Petrópolis, Vozes, 1985.
- TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.
- TIRIBA, Lia. **Educação Popular e Pedagogia(s) da Produção Associada**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007.
- TRAGTENBERG, Maurício. O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operário. In: PRADO JUNIOR, Bento; TRAGTENBERG, Maurício; CHAUI, Marilena de Sousa; ROMANO, Roberto. **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- TSE-TUNG. **Sobre a prática – Sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RESF NACIONAL. **Logomarca Rede de Economia Solidária e Feminista**. Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2019. Facebook: Rede de Economia Solidária e Feminista - RESF Nacional. Disponível em: <https://www.facebook.com/RedeEcoSolFeminista/photos/a.691952864216406/2043678605710485/?type=1&theater>. Acesso em: data de acesso em 18 dez. 2019.
- VECHIA, Renato Della; TILLMANN, Reinaldo; CRUZ, Antônio; NUNES, Tiago. **A Rede de ITCPs - Passado, presente e alguns desafios para o futuro**. Revista Diálogo (Canoas), v. 18, p. 115-144, 2011.

ANEXO

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Eu, Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, o(a) convido a participar da pesquisa **“Economia Solidária No Brasil: as práticas educativas no trabalho associado”** orientada pelo Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

A partir do entendimento dos referenciais teóricos do trabalho-educação, educação popular e economia solidária, a proposta desta pesquisa é **conhecer as práticas educativas e formativas nas organizações econômicas populares e solidárias.**

Você foi selecionado (a) por ser um (a) dos (as) sujeitos (as) que vivência uma experiência brasileira de economia solidária. Você será convidado (a) a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem a discussão de educação, práticas educativas, processos formativos e economia solidária.

A entrevista será individual e realizada no seu local de trabalho ou em outro local de sua preferência ou virtualmente através de mecanismo como skype ou hangout, caso não seja possível o deslocamento da pesquisadora ou do (a) entrevistado (a). As perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e suposições teóricas, e também constrangimento e intimidação, pelo fato da pesquisadora atuar na mesma área de pesquisa que os entrevistados. Diante dessas situações, os participantes terão garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando as considerarem constrangedoras, podendo interromper ou desistir da entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer, estando os participantes livres para desistir da entrevista a qualquer momento.

Sua participação nesta pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação e da Economia Solidária, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação da potencialidade educativa das organizações da economia solidária. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. A qualquer momento o (a) senhor (a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo profissional, seja em sua relação ao pesquisador, à Instituição em que trabalha ou à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O uso das informações obtidas através da pesquisa respeitará a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes. Os nomes e as informações

das entrevistas serão transcritos integralmente e, se caso o entrevistado desejar, não serão relacionadas a seus autores.

Solicito sua **autorização para gravação em áudio das entrevistas**, dos encontros e da minha relatoria nesses encontros. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha o mais fidedigna possível. As transcrições das gravações feitas nos encontros serão realizadas na íntegra pela pesquisadora.

Todas as despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, quando for o caso, serão ressarcidas no dia da coleta.

Você terá direito a indenização por qualquer tipo de dano resultante da sua participação na pesquisa.

Você receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (21) 2295-4047 ou ir ao endereço do Programa de Pós-Graduação em Educação – Avenida Pasteur, 250, Urca, Rio de Janeiro-RJ, Brasil CEP: 22290-902. Endereço eletrônico: ppge@fe.ufrj.br.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Endereço para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisador Responsável: Maria Luiza Freitas Marques do Nascimento;
CPF: 422.701.508-13; RG: 37.261.452-8;
Contato telefônico: (41) 99923-1454;
E-mail: maria.luiza.fmn@gmail.com

Local e data:

Nome da pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

Nome do participante

Assinatura do participante

Anexo 2 – Roteiro de Entrevista

1- Identificação

A) Nome do grupo:

B) Endereço/telefone:

Rede social, site etc.:

C) Natureza do grupo

a) setor da economia: () formal () informal

b) forma de organização: () associação () microempresa

() cooperativa () grupo de produção

() empresa Ltda () outros. Qual?

D) Início das atividades do grupo:

E) Breve histórico do grupo (motivações; preocupações econômicas e sociais; relação com algum movimento social/popular).

F) Número de trabalhadores na OEP:

Total:

Homens:

Mulheres:

Idosos:

Jovens:

G) Existem trabalhadores envolvidos indiretamente?

H) Distribuição dos trabalhadores por atividade. Tem alguma especificação por sexo, idade, habilidades?

Homens:

Mulheres:

Idosos:

Jovens:

I) Bens materiais produzidos:

J) Mantem relações:

- com outros produtores associados. Quais?
- com os sindicatos. Quais?
- com movimentos sociais. Quais?
- com outros setores da sociedade. Quais?

K) Quais são os parceiros do empreendimento e o papel que desempenham?
(ex: apoio financeiro, assessoria, formação etc.)

2- Organização e relações de trabalho

A) Principais frentes de trabalho.

B) Princípios quanto às relações de trabalho.

C) Como é o processo de tomada de decisão? (planejamento econômico, produção, comercialização, assumir projetos de instituições e outras questões...)

D) Existem grupos/equipes/oficinas de trabalho? Quais?

E) Além de suas tarefas específicas, os trabalhadores participam/interferem em outras atividades/etapas do processo de trabalho, socializando suas experiências e conhecimentos?

3- Educação, práticas pedagógicas e formativas

3.1 Geral

A) Nível de escolaridade dos integrantes da OEP:

B) Habilidades e conhecimentos necessários para o trabalho:

- C) Algum trabalhador/a já acessou algum curso? Qual curso e quais os motivos o levou a procurar? (qual instituição, modalidade etc.)
- D) Algum trabalhador/a já fez ou quer fazer curso de qualificação profissional? Qual e onde?
- E) Algum trabalhador/a do empreendimento já acessou o supletivo ou esteve na escola por modalidade EJA?
- F) Já tiveram contato com alguma incubadora universitária?
- G) Já tiveram contato com a Rede de Educação Cidadã (Recid), Pró-Jovem, MOVA-Brasil ou o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura?

3.2 Práticas pedagógicas (núcleo da entrevista)

- A) Existem espaços para a reflexão coletiva sobre o trabalho ou assuntos temáticos? Se sim, como são?
- B) Existem atividades desenvolvidas com a comunidade (educacionais, sociais, culturais)?
- C) Se existem atividades formais, internas e externas (com a comunidade): o que elas vêm ensinando para a vida dos trabalhadores do empreendimento?
- D) Existem práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo?
- E) Esses momentos de formação ou participação política são importantes? Por quê?
- F) Existem momentos de socialização de conhecimento no dia a dia do processo de produção?

- G) Ocorre sistematização das experiências e conhecimentos acumulados pelo empreendimento?
- H) Vocês encaram o empreendimento como um formador de ideias, práticas, mudança de comportamento?
- I) O empreendimento tem produzido material para formações ou debates internos ou externos?
- J) Se vocês fossem ajudar um empreendimento a construir um roteiro de formações, quais são os conteúdos básicos indicados? Vocês já trabalharam esses conteúdos?
- K) Enquanto sujeito da economia solidária, o que é educação para você?
- L) Qual é a **sua opinião** sobre o papel que a educação cumpre para o empreendimento?
- M) Qual a concepção que o **empreendimento** tem sobre educação?
- N) Se couber: Vocês acham que fazem educação popular?